

KLAUS HOLZKAMP

CIÊNCIA MARXISTA DO SUJEITO

UMA INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA CRÍTICA

TOMO I





Diagramação: Ana Nascimento e Zilas Nogueira

Revisão: Débora Accioly

Capa: Ana Nascimento e Ranny Belo

Revisão Técnica: Eduardo Alessandro Kawamura

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Bibliotecário Responsável: Leonardo de O. Cavalcante CRB15/662

Holzkamp, Klaus

S237e Ciência marxista do sujeito : uma introdução à psicologia crítica. Tomo I / Klaus Holzkamp; Santiano Vollmer , editor. – 1. ed. – Maceió : Coletivo Veredas, 2016.

206 p.; 21 cm

Inclui bibliografia :(p.199-203) e índice : (p. 204-206)

ISBN 978-85-92836-05-4

1. Filosofia marxista. 2. Psicologia social - Filosofia. 3. Capital (Economia). 4. Psicologia fenomenológica. 5. Sujeito (Filosofia) I. Vollmer, Santiano. II. Título.

CDU:316.6

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>. Esta licença permite cópia (total ou parcial), distribuição, e ainda, que outros remixem, adaptem, e criem a partir deste trabalho, desde que atribuam o devido crédito ao autor(a) pela criação original.

1º Edição 2016

Coletivo Veredas

www.coletivoveredas.com

KLAUS HOLZKAMP

CIÊNCIA MARXISTA DO SUJEITO

UMA INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA CRÍTICA

TOMO I

SANTIAGO VOLLMER (editor)

TRADUTORES PARA A VERSÃO BRASILEIRA:

Eduardo Alessandro Kawamura, Jacqueline Meireles,
Lucian Borges, Raquel Sousa Lobo Guzzo.

1º Edição
Coletivo Veredas
Maceió 2016



Agradecimentos

Quero agradecer, pela ajuda e dedicação prestadas, à Morus Markard, Nadine Müller, Ute Osterkamp, Thomas Pappritz, Gisela Ulmann, Christian Wille y Michael Zander. Um trabalho essencial na realização desse projeto foi o realizado por Iván Maté; sua correção não se limitou a revisão de fluidez textual das traduções ou a questões gramaticais, mas incluiu a reelaboração de passagens completas em discussão com o tradutor. Também quero agradecer a Fernando Clemente e a Marion Vollmer por sua ajuda na correção de uma parte fundamental dos textos.

Santiago Vollmer, Berlim, 10 de novembro de 2015



Sumário

Prólogo	9
Sobre a seleção dos textos	25
Prefácio do Tradutor e Editor	31
Equipe de Tradução	37
Apresentação para a edição brasileira	41
TOMO 1- OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA CIÊNCIA DO SUJEITO.	
Capítulo I - ‘Os indivíduos não estão presos no capitalismo como se estivessem em uma jaula’	47
Capítulo II - Conceitos básicos da Psicologia Crítica	67
Capítulo III - O processo social e individual da vida	81
Capítulo IV - A que se refere o par conceitual ‘capacidade restritiva de ação’ versus ‘capacidade generalizada de ação’?	107
I- Resposta às ‘observações’ de Maretzky.....	107
II - Não um determinado grupo de indivíduos (por exemplo ‘os oprimidos’), senão ‘eu’ como sujeito da alternativa entre a ‘capacidade restritiva de ação’ e a ‘capacidade generalizada de ação’.	109
III- A ‘capacidade restritiva de ação’ e a ‘capacidade generalizada de ação’ não representam uma ‘tipologia’ intersubjetiva, mas, uma alternativa intrasubjetiva de ação.	112
IV- A relação entre a ‘capacidade restritiva de ação’ e a ‘capacidade generalizada de ação’ não se refere ao movimento histórico-social, mas à prática existencial e à biografia do indivíduo.....	116

Capítulo V - Psicologia Crítica e Psicologia Fenomenológica: o caminho da Psicologia Crítica para a ciência do sujeito	125
I- Formulação do problema	125
II- O enfoque e os conceitos da análise psicológica-fenomenológica da estrutura da experiência imediata.....	127
III- Procedimento e conceitos da análise categorial genético-reconstrutiva na Psicologia Crítica	134
IV- Desatenção ao plano fenomenológico de análise: a falta de desenvolvimento e de explicação das mediações entre o processo social e a subjetividade individual.	147
V- A promoção de novas orientações categoriais na Psicologia Crítica: o 'modelo do conflito' da subjetividade do indivíduo nas relações de vida burguesas	161
VI- A relação de possibilidade e as razões ou fundamentações de ação subjetivas: diferenciação sujeito-científica dos planos categoriais da mediação entre a reprodução da sociedade em seu conjunto e a reprodução individual.....	169
VII- A consideração sistemática das determinações fenomênico-analíticas da estrutura: o giro sujeito-científico da análise categorial na Psicologia Crítica.	183
VIII- O caráter incontornável da experiência imediata e a ação que a transcende: uma relação contraditória sob condições da existência individual mediada pela sociedade	188
IX. A relevância da análise fenomenológica dentro da metodologia marxista: especificação sujeito-científica	191
Referências.....	199
Índice Onomástico	205

Prólogo

Com a edição do presente volume, a cargo de Santiago Vollmer, publica-se pela primeira vez em língua portuguesa uma seleção de escritos representativos da obra de Klaus Holzkamp. Atendendo, a todo o momento, às exigências de compreensão, os textos têm sido traduzidos da maneira mais rigorosa, respondendo assim, notavelmente, ao enorme grau de complexidade que os mesmos oferecem. Neste prólogo, o leitor será brevemente introduzido ao pensamento de Holzkamp, a partir da caracterização, de maneira geral, do autor e sua obra e de comentários sobre os escritos incluídos na edição.

O enfoque da *Psicologia Crítica* fundado por Holzkamp representa a crítica sistemática a uma psicologia que busca conciliar os indivíduos com a inumanidade das relações capitalistas e que, ao mesmo tempo, deixa de lado a pergunta de como e até que ponto essas relações inumanas são permanentemente reproduzidas. Portanto, a crítica de tal psicologia também vai unida a uma crítica dessas relações inumanas, para as quais, precisamente, uma psicologia desse tipo é funcional. Dessa maneira, a *Psicologia Crítica*, com seus próprios conceitos, quer tornar clara a necessária relação entre emancipação individual e social e contribuir para a realização dessas emancipações.

É claro que quem “outorga um ferrão ao conceito de crítica” é “o escandaloso nome de Marx” (W. F. HAUG, 2006). Klaus Holzkamp era um exitoso professor “burguês” no Instituto de Psicologia da Universidade Livre de Berlim quando, durante a ascensão do movimento estudantil, sentiu a “picada desse ferrão”. O movimento estudantil era um fenômeno internacional, um de seus pontos de partida havia sido o *Berkeley Free Speech Move-*

ment que, com uma crítica à guerra do Vietnã, o qual marcara o começo do movimento estudantil estadunidense. O ano 1968 daria seu nome ao movimento: “o 68”. Na Alemanha, o movimento estudantil estava vinculado aos seguintes momentos: uma crise econômica, a crise de um sistema educativo que não lidava com as exigências de desenvolvimento da economia, o escasso e deficiente trabalho com relação ao esclarecimento e memória do fascismo (tanto na sociedade, como na universidade), além de uma fraca democracia nas universidades. Uma das demandas pelas quais lutavam os estudantes se referia ao sistema universitário para que também se fizesse acessível para aquelas camadas da população, às quais, até o momento, a educação universitária estava fechada. Além disso, era essencial (não somente na Alemanha) o questionamento da função da ciência, por exemplo, em relação ao esclarecimento de escandalosas ligações entre a ciência e a técnica com repressão social e exploração internacional (ver, por exemplo, BARTZ, 1960).

Aqui, junto à otimização das estratégias de “motivação” para um aumento de produtividade (ver OSTERKAMP, 1975) era importante para a psicologia a (assim chamada) investigação de contra insurgência (ver STREIFFELER, 1975), ou seja: investigação científico-social com o objetivo de evitar a erupção de revoltas contra a exploração neocolonial em países do terceiro mundo, sem mudanças fundamentais nas condições, ou em lugar dessas mudanças e onde esse tipo de revolta já não se poderia evitar, com o objetivo de derrubá-las, isolá-las ou canalizá-las.

Ao lado de Frankfurt, o centro do movimento estudantil na Alemanha era, sobretudo, Berlim; seguramente também pela razão de que, nesta cidade, estavam em contato os sistemas de leste e oeste. O que Klaus Holzkamp tinha a ver com tudo isso?

Desde 1949, como colaborador científico no Instituto de Psicologia da Universidade Livre de Berlim, Klaus Holzkamp se dedicou teórica e experimentalmente à “psicologia da expressão” (mímica, gesto, “linguagem corporal”). Foi nesse terreno que, em 1957, ele obteve título de doutor. De 1954 a 1957 participou como

colaborador científico de um levantamento sobre preconceitos nacionais alemães, mas também tinha começado a dedicar-se à percepção social, sob outros aspectos. Em 1957, foi nomeado professor titular na disciplina Psicologia Social e mais adiante também deu aulas de Psicologia Pedagógica.

Um conteúdo que àquele momento somente havia acompanhado seus trabalhos, agora se tornava cada vez mais importante para Klaus Holzkamp: o problema das bases teórico-científicas e metodológicas da Psicologia. Dessa fase resultaram suas duas monografias: *Wissenschaft als Handlung*¹(1968) e *Theorie und Experiment in der Psychologie*²(1964); esta última escrita no marco de sua admissão no corpo docente como catedrático. Nesses dois trabalhos, tratou o problema da inexistência de critérios claros de apreciação sobre o valor informativo dos resultados obtidos em um experimento. Ressaltou o aspecto ativo no conhecimento científico, criticando a ideia segundo a qual o conhecimento científico ou psicológico seria, sobretudo, resultado de observação e análise das relações causais. Diante disso, buscava entender em qual medida a ação humana e a produção de condições, sob as quais se efetuavam as observações, contribuíam à extração dos conhecimentos científicos.

Um exemplo é a conhecida experiência de Stanley MILGRAM sobre a 'obediência' (em que os participantes deviam aplicar, com intensidade progressiva, eletrochoques de até 450 volts em outras pessoas, como castigo por erros de aprendizagem). Milgram havia conseguido construir a situação em que dois terços dos participantes demonstraram obediência somente após muitos pré-experimentos. Anteriormente, havia desenvolvido desenhos experimentais variados, tanto sob os que ninguém obedecia quanto sob os que todos obedeciam.

Na psicologia foi bem vista a crítica de Holzkamp (e também ele, como seu autor), à medida em que ela parecia culminar

1 A ciência como ação

2 Teoria e experimento na Psicologia

num melhoramento da psicologia experimental. Mas ele ainda não havia chegado à conclusão que, em 1981, para a reedição de “Teoria e experimento”, em seu olhar retrospectivo, expressaria da seguinte maneira: as ideias que havia tido em seu tempo eram “um exemplo do que se pode alcançar e do ponto em que se estanca quando, em sua própria visão, o ator científico [...] aparece tão somente como um indivíduo isolado, frente a uma realidade até agora intacta, ou seja: quando não se concebe que o conhecimento é um aspecto da apropriação objetiva da natureza por meio do trabalho da sociedade no processo histórico”.

O movimento estudantil o confrontava exatamente com isso, o impressionando, particularmente, um seminário organizado pelos estudantes. Ali, então, Klaus Holzkamp viveu na própria pele, o que só formularia mais tarde: quem se dedica a MARX no plano teórico e não se transforma em um prático, não o terá entendido.

O que agora Holzkamp compreendia era o caráter limitado da crítica da psicologia que havia desenvolvido até o momento. E assim, incluiria em seus questionamentos, a função social da investigação científica. O chamado “sujeito experimental” escrevia Holzkamp, fazendo referência a MARX nas *Teses sobre Feurbach*, é tratado como um “indivíduo humano abstrato, isolado”, (sexta tese) “exposto às condições de um entorno que não produziu ele mesmo, cujo caráter essencial e gestão não são transparentes e aos que aceita como imutáveis e inamovíveis”. Estilizada em uma espécie de ‘antropologia organicista’ esta práxis metodológica era o fundo sobre o qual se constituía uma psicologia, que tão somente podia servir a interesses ‘técnicos’ (HABERMAS) de dominação. Uma investigação desse tipo permaneceria sempre distante de uma perspectiva ‘emancipatória’.

Dali se derivava, naturalmente, a questão sobre se era possível desenvolver essa perspectiva na psicologia e de que modo seria, questão sobre a qual, nos anos 70, na Universidade Livre de Berlim, assim como em outras universidades, se discutiu com uma intensidade imensa, hoje difícil de imaginar. Estes deba-

tes estavam ligados a disputas políticas pela constituição de uma universidade, na qual a relação entre conhecimento e interesse pudesse ser, decididamente, um objeto de investigação e ensino. Como já mencionamos (em referência às estratégias de motivação, etc.), tratava-se de discutir, sistematicamente, aos quais interesses sociais estavam ligados as investigações e práxis psicológicas. Dentro da faculdade de psicologia, as disputas alcançaram um nível tal que as frações “conservadoras” consideravam poder sustentar-se tão somente através da fundação de um próprio instituto, uma estratégia imposta em 1970. De 1970 até 1995, havia duas faculdades: a original, o “*Psychologische Institut*”, com Klaus Holzkamp como uma de suas figuras centrais, e o dividido “*Institut für Psychologie*”. Por trás da reunificação dos dois institutos em 1995, largamente disputada, iniciou-se um período de redução de pessoal, renovação de cátedras nas mãos da psicologia hegemônica e o fechamento de todos os espaços críticos.

Em respeito à atitude de Holzkamp e frente a esta divisão da psicologia na Universidade Livre de Berlim, com a qual se buscava suspender “administrativamente” os debates sobre os conteúdos da disciplina, é destacável a fundação da revista de psicologia social “*Zeitschrift für Sozialpsychologie*” no mesmo ano de 1970. No editorial do primeiro número, seus editores, Hubert FEGER (da metodologia psicológica hegemônica), Carl-Friedrich GRAUMANN (da fenomenologia), Martin IRLE (da psicologia social hegemônica) e precisamente Klaus HOLZKAMP, ressaltavam a necessidade de coerência de uma discussão científica entre os enfoques que eles representavam.

Durante esses anos, o “*Psychologische Institut*”, o instituto progressista, vivia uma fase de enorme produtividade teórica, ciência prática fora do isolamento das “torres de marfim”, democratização político-universitária e transparência.

Todos os participantes deste processo (professores, colaboradores científicos, estudantes e colaboradores não-cientistas) podiam ser co-gestores ou contribuir, em grêmios democráticos, às decisões, as quais eram preparadas em discussões públicas.

Os estudos se dividiam não somente nas subdisciplinas tradicionais da psicologia, mas também em matérias como, por exemplo, *“Função da psicologia”*, *“Umweltgestaltung”* (Acondicionamento ecológico-ambiental), ou *“Base científica-social dos estudos”*; também deu-se início a uma variedade de projetos de investigação, por exemplo: *“Condições estruturais da angústia social”*, *“Processos de aprendizagem informal nos estabelecimentos penitenciários”* ou *“A mulher no processo de produção”*.

Mas também se deixava claro que a pergunta sobre se era possível alcançar uma perspectiva emancipadora na psicologia e de que modo isso aconteceria, provocava divisão de opiniões entre duas posições: por um lado, os que pensavam que a crítica devia qualificar-se primeiramente – ou unicamente – como crítica da função social da psicologia em sua história e atualidade de ciência, a serviço do controle e adaptação das pessoas, e, por outro, dos que pensavam poder desenvolver uma psicologia marxista. Como modo de diferenciação, passou-se a escrever o nome da primeira variante com *k* minúscula e da segunda com *K* maiúscula. Assim havia (e há) uma *“kritische Psychologie”* e uma *“Kritische Psychologie”*. (Hoje também se fala, de um modo mais geral, de *“critical psychology”* para designar enfoques que abarcam desde a psicologia comunitária, passando por orientações psicanalíticas, psicológico-culturais e feministas até posições pós-estruturalistas).

Com seu livro *Sinnliche Erkenntnis*³, que foi publicado em 1973, Klaus Holzkamp mostrou que era possível o desenvolvimento positivo de uma *Kritische Psychologie* (com *K* maiúsculo). “Uma crítica adequada da Psicologia”, escrevia ali, “equivale a seu desenvolvimento ulterior como ciência”. O subtítulo deste livro, que traduzido para o português seria *“Origem histórica e função social da percepção”*, marca o procedimento a ser seguido e as metas quanto ao conhecimento, e não se trata somente da reconstrução da psicologia, senão da reconstrução histórica do

3 Conhecimento sensorial

psiquismo como tal (para o qual a percepção, além de ter um valor de exemplificação, é central). Em referência à Escola histórico-cultural da psicologia soviética, em especial a Alexei N. LEONTIEV, o proceder de Holzkamp significava a realização do método lógico-histórico de MARX no âmbito da história natural e social do psiquismo. Pois, embora o ser humano seja, ao mesmo tempo, um ser natural, social e individual, não se pode deixar claro, considerando as pessoas que estão em uma determinada sociedade, qual parte de suas expressões de vida são naturais, quais possuem uma forma determinada pela sociedade e quais são de origem biográfico-individual. De uma perspectiva emancipadora não se pode superestimar, nem teórica e nem praticamente, o significado da questão – por exemplo, no campo da educação – se os seres humanos são ou não são competitivos, antissociais ou xenófobos “por natureza”. Se alguém quer fazer algo para além de afirmações gratuitas, não somente tem que examinar a história *social* do psiquismo, mas também sua história *natural*. O biólogo Volker SCHURIG, membro do círculo de trabalho da *Kritische Psychologie*, abordou essa questão em suas obras *Naturgeschichte des Psychischen*⁴(1975⁵) e *Die Entstehung des Bewusstseins*⁶ (1976). Ali desenvolveu um conceito de ‘*natureza humana*’ ou ‘*natureza social do ser humano*’, conceito que cumpre, antes de tudo, a função de rechaçar, tanto a naturalização das relações de vida (in-)humanas, como as naturalizações no contexto das abordagens psicologizantes dos problemas, naturalização que subjaz, por exemplo, na *teoria da pulsão* da psicanálise, como mostrara Ute OSTERKAMP nos dois volumes de *Motivationsforschung*⁷(1975-1976, outra obra de importância no desenvolvimento *Psicologia Críti-*

4 História natural do psiquismo

5 Obra em dois volumes: 1 - *Psychogenese und elementare Formen der Tierkommunikation* (Psicogênese e formas elementares da comunicação animal) e 2 - *Lernen und Abstraktionsleistungen bei Tieren* (A aprendizagem e as faculdades abstrativas nos animais).

6 O surgimento da consciência

7 Bases da investigação psicológica da motivação

ca, na qual foi abordada também a concepção freudiana de “defesa”). Porém, o sentido psicológico-científico do enfoque histórico radica, sobretudo, na *elaboração de conceitos psicológicos básicos (“categorias”)* ou, respectivamente, na possibilidade de *analisar o conteúdo cognoscitivo de conceitos* já existentes. Este enfoque orienta-se segundo a ideia central de conceber aquilo que *no* desenvolvimento evolutivo é “filogeneticamente” mais anterior, como o mais geral, e o filogeneticamente mais tardio, como o mais específico e diferenciado.

Isto se pode ilustrar com um exemplo simples: a aprendizagem estímulo-resposta, entre outras coisas investigadas experimentalmente no condicionamento clássico, é um modo de adaptar-se ao entorno que, filogeneticamente, tem uma origem “anterior”; é um modo de aprendizagem que – como possibilidade – compartilhamos com muitas espécies. No entanto, a aprendizagem intermediada por significados surge muito mais tarde e é específica aos humanos. Um exemplo: se o flash da luz de freio de um carro fosse apenas um *estímulo*, no sentido do condicionamento clássico, a pessoa, ao aprender a dirigir um carro, teria que aprender sua função por meio de uma série de choques, mas, felizmente, é possível explicar verbalmente às pessoas o *significado* da luz de freio. Mas o fato de que as pessoas possam aprender no nível específico da “intermediação dos significados” não significa que não esteja à sua disposição a aprendizagem estímulo-resposta, filogeneticamente anterior, por exemplo, quando tem que passar por situações sem possuir informações claras sobre elas. Um pescador solitário, por exemplo, que se encontra em águas novas para ele, só pode calcular o potencial de suas atividades baseando-se em tentativas e erros, à maneira de “*trial and error*”. Seja como for, nos conceitos psicológicos, tem-se que expressar claramente que a aprendizagem estímulo-resposta, geneticamente anterior, é mais geral que a aprendizagem mediada por significados, geneticamente mais tardia, mais específica e *essencial* para a aprendizagem humana.

A influência intelectual que haviam alcançado Klaus

Holzkamp e a *Kritische Psychologie* não somente se mostrava pelo fato de ter se tornado comum equiparar a psicologia da *Freie Universität* de Berlim com a *Kritische Psychologie*, mas também se tornou visível na repercussão do primeiro congresso de *Kritische Psychologie* na cidade alemã de Marburgo, com cerca de 3.000 participantes, no qual Klaus Holzkamp tematizou a relação da *Psicologia Crítica* com o ‘marxismo’ da seguinte maneira: como o marxismo, que pelo modo em que estabelece “a relação entre a determinação objetiva *por* e a determinação subjetiva *do* processo histórico”, é “por excelência a ciência histórica do sujeito”, assim, a Psicologia Crítica, como uma “especial ciência do sujeito”, aponta para o “desenvolvimento do componente de caráter subjetivo-ativo, ou seja, da autodeterminação na atividade da vida individual”.

Em sua obra principal, *Grundlegung der Psychologie*⁸, publicada em 1983, Klaus Holzkamp conjugou as conquistas que tinha alcançado até o momento em seu círculo de trabalho, generalizando-as em um conceito: Psicologia Crítica como ciência marxista do sujeito, com a categoria central de *capacidade de ação*. O plano referencial teórico-social da Psicologia Crítica, no qual se analisam as relações de poder nas sociedades capitalistas, considera que, ao indivíduo, as *possibilidades de ação* jamais estão dadas sem falhas, mas se dão sempre em uma determinada relação – às *limitações sociais de ação* –, uma relação que corresponderá ao esclarecimento em cada caso concreto. Para o indivíduo, como formulou Holzkamp, existe uma “*dupla possibilidade*”: por um lado, enfrentando a situação de um modo ‘*restritivo*’, pode limitar-se a usar somente as possibilidades que lhe são concedidas, reproduzindo as formas de pensar sugeridas em sua situação imediata (comportando-se, por exemplo, de um modo competitivo); e, por outro lado, pode ele mesmo - dado o caso em união com outros indivíduos - ampliar ou transformar estas possibilidades em direção a uma “*capacidade generalizada de ação*”. O par con-

8 Fundamentação da psicologia

ceitual *capacidade generalizada de ação vs. Capacidade restritiva de ação* significa, portanto, persistir em perguntar, do ponto de vista de cada qual: onde, como, por que, sob quais condições ou em que relações, em minhas tentativas de encarar minha vida, atento, ao mesmo tempo, contra meus próprios interesses de vida e dos demais? E, como isto se relaciona com o fato de que os indivíduos sejam excluídos do controle comum ou coletivo sobre suas condições sociais de vida? Aqui, interessa, sobretudo, a questão: por que pode ser subjetivamente funcional desistir da ampliação das possibilidades de ação e atuar de acordo com as circunstâncias limitativas? Basicamente, trata-se de esclarecer de que modo e por que os indivíduos não percebem as possibilidades de ação, de que riscos fogem, e em que medida os riscos que supõem defender-se, se parecem maiores do que as perspectivas que possam surgir com esse modo de agir, quais experiências levam a ver a coisa dessa maneira.

Que material ideológico é oferecido? Como se reprimem os próprios impulsos de rebeldia? Que ajuda ou que restrições apresentam a situação? Quais compromissos são feitos e à custa de quem? Que experiências conduziram à quais resignações? É melhor um pássaro na mão do que dois voando? De quais emoções me sinto prisioneiro, e qual penso que deveria controlar e de que maneira? Que emoções me são sugeridas como emoções inadequadas e que outras como adequadas? É um objetivo geral da investigação crítico-psicológica analisar em que medida as estratégias restritivas não somente prejudicam os demais, mas também são – inconscientemente – prejudiciais para si mesmo.

Esta pesquisa se entende como “pesquisa a partir do ponto de vista do sujeito”. Segundo esta, os indivíduos não são objetos da pesquisa psicológica, mas eles mesmos estão ao lado da pesquisa. O objeto da pesquisa é o mundo, tal como o sujeito o experimenta sentindo, pensando e atuando. Afirmações *sujeito-científicas*⁹ não são afirmações que apontem para a classifica-

9 N.d.T.: sujeito-científico. No alemão, *subjektwissenschaftlich*. Adj. Referido à “ciência do sujeito” (Subjektwissenschaft), formalmente análogo a adjetivos

ção de indivíduos ou grupos humanos, mas sim, afirmações sobre suas *possibilidades de ação*. Uma pesquisa do ponto de vista do sujeito como esta, inclui a existência de uma relação mais simétrica e com maior igualdade de direito possível entre seus participantes.

Em *Lernen – subjektwissenschaftliche Grundlegung*¹⁰(1993), sua última monografia, Klaus Holzkamp tratou o “desenvolvimento de uma teoria de aprendizagem a partir do ponto de vista do sujeito, ou seja, sem mescla de conceitos com atividades de ensino estabelecidas externamente”. Ali, referindo-se, entre outros, a *Vigiar e punir*, de Michel FOUCAULT, assim como ao enfoque de *aprendizagem situada* de Jean LAVE – examinou também os problemas que estão unidos ao modo escolar que dá forma a uma aprendizagem pensada tão somente como efeito de instruções.

Sua referência a FOUCAULT, disse Holzkamp em uma conferência dada em 1994, um ano antes de sua morte, incomodou “notavelmente a alguns leitores, em especial amigos políticos: como é que Holzkamp prontamente se refere positivamente a Foucault? – que é estruturalista, pós-estruturalista, pós-moderno ou algo parecido, sendo Holzkamp marxista –. Ou será que abandonou agora seu marxismo, seguindo o sinal dos tempos, e fez uso das correntes de moda usuais hoje?” Não; em seu livro sobre aprendizagem, Holzkamp fez referência a Foucault no sentido de que achou convincente sua análise da instituição ‘escola’ (no livro *Vigiar e Punir*), usando-a para suas próprias análises. De um modo geral, pode-se dizer que na investigação crítico-psicológica é essencial a *análise da instituição* ou, de modo mais amplo, a

como, por exemplo, “científico-natural”, “histórico-cultural”, etc. Posto que a ciência do sujeito para Holzkamp não trata a subjetividade como uma entidade separada e nem oposta ao mundo social-objetal, não podemos introduzir a palavra “subjetivo” e falar, por exemplo, de um enfoque “científico-subjetivo” (além disso, esta seria a tradução de um termo distinto, *subjektivwissenschaftlich*, que não faria referência à ciência do sujeito, mas a uma “ciência subjetiva”).

10 Aprender – Fundamentação sujeito-científica

análise das condições em que se encontram os indivíduos, porque suas vivências e vidas precisam ser entendidas em relação com o significado que estas condições têm para eles. Assim é que Holzkamp, depois de mostrar que Foucault lhe deu incentivos que, em sua opinião, eram irrenunciáveis para uma análise da instituição, resume: “Portanto, por favor, nada de renúncia ou sequer relativização de nossa orientação basicamente marxista” - uma pontuação frente à diversidade de enfoques não marxistas que hoje são chamados de “*critical psychology*” e que vão até aqueles construtivismos psicológicos, segundo os quais, não se poderia definir se Colombo chegou ou se imaginou um novo continente (o texto da conferência citada será incluído no tomo 3 desta edição, veja *Sobre a seleção dos textos*¹¹).

Pouco antes de sua morte, em 1995, Holzkamp fez uma tentativa de uma nova fundamentação de seu enfoque, desde a perspectiva do conceito da “*condução de vida*”¹², uma tentativa que não pôde levar a cabo devido a seus crescentes problemas de saúde. Com a “*condução de vida*”, ele desenvolveu um conceito (originalmente proveniente de Max WEBER) com o qual, na sociologia alemã do começo dos anos 1990, buscava-se considerar o fato de que, nas relações capitalistas pós-fordistas, os indivíduos tinham que unir ativamente os distintos âmbitos da vida em um todo coerente, um pensamento que pouco pode conduzir a uma nova fundamentação da Psicologia Crítica, mas tematiza um aspecto parcial dos problemas relacionados ao conceito de *capa-*

11 N.d.T: O texto “Aprender – Fundamentação sujeito-científica: Introdução aos objetivos principais do livro”, baseia-se em uma conferência na qual Klaus Holzkamp aborda a recepção que teve sua monografia e esboça de maneira concisa as principais passagens de seu livro.

12 Veja a esse respeito os textos de Klaus HOLZKAMP: *ALLTÄGLICHE LEBENSFÜHRUNG ALS SUBJEKTWISSENSCHAFTLICHES GRUNDKONZEPT (A conduta cotidiana de vida como conceito sujeito-científico)*, publicado em 1995 no número 212 da revista *Das Argument* (págs. 817-846) e *Psychologie: Verständigung über Handlungsbegründungen alltäglicher Lebensführung (Psicologia: entendimento mútuo sobre as razões das ações no marco da condução cotidiana de vida)*, publicado em 1996, no número 36 da revista *Forum Kritische Psychologie* (págs. 7-110).

cidade de ação. Quais teriam sido os resultados de seus esforços, é algo que, sobre a base de seus fragmentos (que eu mesmo, logo após sua morte, encontrei em seu computador), dificilmente se pode estimar.

Os debates que se mantêm na e sobre a Psicologia Crítica podem ser observados, sobretudo na revista *Forum Kritische Psychologie*, que Holzkamp e seu círculo fundaram em 1978, e que – aparecendo semestralmente – está pelo número 59. Para os países de língua alemã, graças a uma edição completa de seus escritos em *Argument-Verlag*, foi melhorado (novamente) o acesso à obra de Holzkamp. Ao mesmo tempo, em 2013, publicou-se *Psychology from the Standpoint of the Subject*¹³, a tradução inglesa de uma seleção de seus textos. Dentro da *International Academy for Innovative Pedagogy, Psychology and Economics* (pertencente à faculdade de ciências pedagógicas e psicológicas da *Freie Universität Berlin*), foi fundado, em 2012, o *Instituto Klaus Holzkamp para a ciência do sujeito*. Este instituto se soma – ao nível universitário e internacional – ao trabalho da *Sociedade para a pesquisa e a práxis sujeito-científica*, brindando uma plataforma para a discussão e desenvolvimento psicológico–crítico.

Klaus Holzkamp era um teórico notável, mas não era alguém que temia a prática. Assim como em seus anos pré-críticos havia sido experimentador, posteriormente participou de projetos empíricos fora dos laboratórios. Em 1969, tornou possível a fundação do projeto *Schülerladen “Rote Freiheit”*¹⁴, dirigido por estudantes universitários, cujo objetivo era possibilitar que crianças e jovens de um bairro popular “problemático” da Berlim Ocidental dessem conta de sua situação e encontrassem novas possibilidades de ação. Sobretudo o fato de estas crianças e jovens tematizarem de um modo direto sua opressão sexual, foi algo que, na oficialidade da cidade de Berlim daquela época (e na da Alemanha Ocidental), ainda muito puritanas, transformou-

13 Psicologia do Ponto de Vista do Sujeito

14 Estabelecimento escolar “Liberdade Vermelha”

-se em um escândalo. As campanhas difamatórias, por meio das quais buscavam envolver a Klaus Holzkamp em um escândalo sexual, foram investigadas e analisadas por Wolfgang Fritz HAUG¹⁵. Em 1978, Klaus Holzkamp iniciou o projeto *Subjektentwicklung in der frühen Kindheit*¹⁶, que duraria cinco anos e sobre a base de cujos resultados Gisela ULMANN escreveria sua obra *Über den Umgang mit Kindern*¹⁷ (1987). De modo paralelo e antecipadamente, nos trabalhos do *Projekt Automation und Qualifikation*¹⁸, sem a participação de Holzkamp, mas fazendo também referência à Psicologia Crítica, se investigava o significado que, para os trabalhadores, teria a transição ao modo de produção de alta tecnologia. A investigação da prática (*Theorie-Praxis-Konferenzen*), que Klaus Holzkamp impulsionara nos anos 80, serviu de base para um projeto de formação sobre “*investigação qualitativa e prática profissional sujeito-científica*” na *Freie Universität* que se desenvolveu até 2013, ano em que foi suprimida da carreira de psicologia por não se encaixar nos “novos planos de estudos” (introduzidos a partir de “reformas” de corte neoliberal). Dentro do círculo de trabalho da Psicologia Crítica dinamarquesa, Ole DREIER orientou o enfoque da investigação da prática em direção a uma ação terapêutica consciente da variedade de referências e vínculos da prática, tanto dos psicólogos, como dos clientes (*trajectories*, 2008). Na metade dos anos 80, Klaus Holzkamp iniciou um projeto escolar, mas logo voltou a abandoná-lo para trabalhar em outro projeto de investigação sobre racismo (junto à sua companheira, Ute OSTERKAMP), no qual foram analisados os esquemas justificativos, mediante os quais, as limitações e contradições sociais eram articuladas em forma de acusações pessoais que, desse

15 Wolfgang Fritz HAUG, *Der sexuell-politische Skandal als Instrument antidemokratischer Kampagnen* (O escândalo político-sexual como instrumento de campanhas antidemocráticas); publicado em 1971 em: *Autorenkollektiv Schülerladen Rote Freiheit* (Frankfurt am Main), págs. 389-464.

16 O desenvolvimento do sujeito na primeira infância

17 Sobre a relação com as crianças

18 Projeto Automatização e Qualificação

modo, obstaculizavam a solidariedade.

A variedade de suas atividades mostra seu interesse pela investigação prática, mas também certa dúvida para levar verdadeiramente seus projetos até o final. Nesses momentos, sempre teria alguma outra coisa a fazer, algo que (para ele) era mais importante. E sua principal ocupação – que também era reforçada pelo círculo de trabalho – era o desenvolvimento da teoria.

A atitude científica de Holzkamp manifesta-se em sua definição geral e enfática de ciência: a ciência como “*nadar contra a corrente*, sobretudo contra a corrente dos próprios preconceitos e também, na sociedade burguesa, contra a própria tendência a deixar-se corromper e a ceder frente às forças dominantes, forças que se atormentam com os conhecimentos que poderiam colocar em perigo o exercício dos poderes que reclamam para si. Segundo isso, a ciência é, como tal, crítica e autocrítica; mas não a crítica determinada pela competência, destinada a se destacar de muitos intelectuais burgueses, mas a crítica que busca instaurar o progresso do conhecimento humano pelo interesse de todos, contra os interesses daqueles que exercem a dominância intolerante, contra os interesses na perpetuação da heteronomia e a privação ou limitação dos direitos humanos” (1983d, p. 163).

Esta compreensão levou ao que Klaus Holzkamp considerara, a crítica, como uma espécie de tarefa permanente, uma tarefa que se apresenta, precisamente, quando não se quer renunciar a si mesmo ou ao entendimento e à ação e, justamente, quando se defronta com estas intenções de entender e atuar, uma ou outra vez com barreiras. A este respeito, Holzkamp ressalta dois momentos: a disposição à mudança e autocrítica, e uma resistência frente àquela flexibilidade que corresponde à “competência chave” ou básica da adaptação e agilidade burguesas.

Era, sem dúvidas, um cientista militante, mas não buscava controvérsias sem razões – porque ele, que trabalhava incansável e apaixonadamente, entregava-se com tanto ou mais gosto à sua segunda paixão, a música –, como pianista clássico e logo também de jazz. Mas, em todo caso, não via alternativa a seu

compromisso político, porque não queria evitar as consequências políticas de suas descobertas científicas. Perseguiu os questionamentos que pareciam importantes, independentemente de modas teóricas, sem deixar-se pressionar pelos ordenamentos cronológicos planejados em um começo, uma atitude que não se ajustava muito bem a planejamentos administrativos de pesquisa.

Em todas estas questões, ele era um pesquisador ao velho estilo. Faltavam-lhe as 'qualidades comerciais' (por exemplo, para conseguir um financiamento de algum programa de fomento) que ADORNO já havia criticado e que, entretanto, é algo que hoje se espera oficialmente: as habilidades daquele cientista que se torna 'indispensável', por meio do "conhecimento de todos os canais e disseminadores do poder", adivinhando suas 'sentenças mais secretas' e vivendo de sua "ágil comunicação" (Adorno, 1951), enfim, algo que não possuía. Trabalhava sozinho, precisava de tranquilidade e refúgio e depois discutia os problemas, hipóteses e resultados em distintos contextos de trabalho e nas conferências que dava na universidade, porque não considerava os estudantes como objetos de um sistema educativo canonizado e de provas, mas sim como companheiros e companheiras em um pensamento não conformista que focava o futuro considerando-os *sujeitos*. Assim, era também consciente de que uma hierarquia heterônoma era contrária a uma comunidade de ensino e aprendizagem e à sua correspondente cultura de discussão, debate e entendimento.

Não é somente a Psicologia Crítica que, em suas ideias conceituais e metodológicas, encontra-se em uma tensa relação com a psicologia hegemônica; também a atitude científica de seu fundador, Klaus Holzkamp, era uma crítica vívida da sociedade capitalista e seu sistema científico.

Sobre a seleção dos textos

A recopilação se inicia com cinco textos que permitirão aos leitores e leitoras familiarizarem-se com as bases do pensamento psicológico-crítico de Klaus Holzkamp. O primeiro texto, intitulado *“Os indivíduos não estão encerrados no capitalismo como se estivessem em uma jaula”*, é uma entrevista concedida a uma revista alemã de psicologia com caráter de divulgação, na qual Klaus Holzkamp explica, basicamente, as razões pelas quais as pessoas não estão, absolutamente, determinadas pelas relações sem que possam intervir nelas, transformando-as. Com *“Os conceitos básicos da Psicologia Crítica”* são referidas, por assim dizer, às bases conceituais para compreender esta questão, discutindo sobre as categorias como *capacidade de ação, cognição, emoção e motivação*. O ensaio *“O processo social e individual da vida”* aborda a relação entre economia, sociologia e psicologia, tal como se deve conceber do ponto de vista da Psicologia Crítica: trata-se de esclarecer a relação entre reprodução individual e reprodução social. O conceito de *“existência individual mediada pela sociedade em seu conjunto”* refere-se ao fato de que as estruturas sociais se voltam autônomas à prática vital individual e coletiva. Seja de maneira individual ou coletivamente, os indivíduos se posicionam e se conduzem em relação à estas estruturas autonomizadas e tem que fazê-lo de maneira forçada. A Psicologia Crítica busca analisar como o fazem. A interconexão entre a determinação *pelas* relações sociais, por uma parte, e a determinação subjetiva como intervenção transformadora *dessas* relações, por outra, é uma relação mediada pelo poder e se mostra em uma variedade de formas que vão desde a adaptação e a submissão até à resistência. Mediante o par conceitual ‘capacidade restritiva de ação’ vs.

‘capacidade generalizada de ação’ será elucidado, dentro dessa relação: que razões, com que funcionalidade subjetiva e de que maneira os indivíduos se movem entre essas duas alternativas. Este problema é tratado, precisamente, no texto “*A que se refere o par conceitual ‘capacidade restritiva de ação’ vs. ‘capacidade generalizada de ação’?*”, onde ele nos explica que essa alternativa conceitual não pode ser compreendida em um sentido normativo, senão, pelo contrário, deve servir de ferramenta aos indivíduos que planejam elucidar suas próprias situações e contradições. O texto “*Psicologia Crítica e Psicologia Fenomenológica*” é um texto chave em que Klaus Holzkamp, depois de terminar sua obra principal, a citada “*Grundlegung der Psychologie*”, reconstrói a via por onde chegou à especificidade sujeito-científica do enfoque marxista da Psicologia Crítica. Explica o desenvolvimento mediante o qual (entre outras coisas, tratando e elaborando criticamente a psicanálise) se puderam superar as *próprias* ideias deterministas anteriores: por mais que se fale da socialidade da existência individual, sempre se deve levar em conta o sentido próprio que caracteriza a experiência subjetiva. De maneira que este texto – que, por certo não é de fácil leitura – retoma aspectos dos demais textos da primeira parte (que podem ser entendidos como textos preparatórios), enquanto nos conduz à segunda parte, cujo tema é a relação entre a Psicologia Crítica e Psicanálise.

Como já mencionado, por um lado, Klaus Holzkamp e a Psicologia Crítica rechaçam a teoria das pulsões de FREUD por ser biologicista e, por outro lado, sua *teoria da defesa* se incorporou de maneira modificada (“reinterpretativa”) na concepção das fundamentações ou razões restritivas das ações. O texto “*A relevância da psicanálise de Freud para a psicologia de fundamentação marxista*”, redigido sobre a base de uma conferência na *Universität Leipzig* (Alemanha Democrática), elucidada esta relação diferenciada com respeito à psicanálise, mas ao mesmo tempo, esse rechaço recebe um giro dialético no momento em que Holzkamp escreve: “Justamente na [...] antropologização biologicista dos antagonismos entre as exigências pulsionais e a socialidade se manifesta

toda a importância de Freud como um cientista burguês de grandeza incorruptível” (conferir o tomo 2 desta edição). Mas, diferentemente de Freud, a Psicologia Crítica não faz referência aos problemas psicológicos, que existem sob estas relações sociais, à incompatibilidade da natureza humana com a sociedade, mas esclarece suas mediações com as contradições da mesma sociedade. Em “*A posição que ocupa a psicanálise na história da psicologia*”, Klaus Holzkamp traz, sistematicamente, e do ponto de vista histórico, o desenvolvimento da psicanálise, também posterior a Freud. Analisa posições que variam, entre os extremos do cientificismo nomotético e de uma hermenêutica analítica linguística e, tanto em uma linha quanto em outra, reconhece-se corroída a radicalidade – por demais mitificada – da crítica de Freud à dominação. O texto “*O racismo e o inconsciente segundo a concepção psicanalítica e psicológica-crítica*”, surgido na fase em que Holzkamp colaborava com o projeto sobre racismo já mencionado, ocupa-se de conceitos psicanalíticos que trasladam para a infância (para a timidez e temor infantil frente ao estranho e aos estranhos) as causas dos conflitos que (entre outras coisas) se manifestam no racismo. Nestes contextos, as contradições da sociedade só podem aparecer como uma espécie de marco para os conflitos infantis e não são e nem podem transformar-se em objeto de transformação. O dilema teórico da psicanálise tem suas raízes, precisamente, na afirmação de natureza associal e antissocial das pulsões: nessa condição, a insistência em mostrar que as reivindicações de felicidade e satisfação vital estão condenadas ao fracasso, significa, ao mesmo tempo, a impossibilidade de superar a opressão, que é essencial para dominar as pulsões. No texto “*A colonização da infância*” analisa-se sistematicamente a hipótese ‘pré-teórica’ da determinação da personalidade adulta pela infância, implícita em diferentes enfoques e se mostra de que maneira esta forma de pensar desatende os vínculos autônomos das crianças com seus modos de vida.

Aqui se mostra mais uma vez, a inteligente seleção dos textos por parte do editor, pois a temática de *A colonização da in-*

fância é ponte para a terceira parte dedicada ao desenvolvimento (infantil), a educação e a aprendizagem. Com os textos “*We don’t need no education...*” e “*Que podemos aprender de Marx sobre a educação?*”, a Psicologia Crítica interveio em forte debate sobre os objetivos e métodos de educação “de esquerda” que existiam na Alemanha na década de 1980. Baseando-se nas discussões e experiências do mencionado projeto sobre *O desenvolvimento do sujeito na primeira infância*, Holzkamp problematiza, de um modo fundamental, a forma educativa na qual “educar” significa dar forma “à vontade” ao “educando”. Onde as crianças são tratadas como *objeto* da educação, suas subjetividades são negadas. Porém, em uma vida solidária junto às crianças, trata-se de analisar as relações contraditórias que adultos e crianças tem em comum para melhorá-las tanto quanto seja possível e, neste contexto, refletir sobre o que é isso que se manifesta como “problema educativo”. Nos textos seguintes, que abordam o complexo da “aprendizagem”, pode-se compreender, sob diferentes aspectos, de modo visível nos seus títulos, o desenvolvimento e a formação da teoria de Holzkamp sobre aprendizagem que, em 1993, culminou em sua monografia *Aprender: Fundamentação sujeito-científica*. Aqui se integraram os resultados das discussões e experiências, no mencionado projeto sobre a aprendizagem. Com um elo que – de maneira mais ou menos elaborada – atravessa todos os textos, reconhece-se o pensamento básico da diferenciação analítica entre a aprendizagem fundamentada de maneira ‘expansiva’ e a aprendizagem fundamentada de maneira ‘defensiva’, uma diferenciação que vem representar a alternativa da capacidade generalizada de ação por um lado e a capacidade restritiva de ação por outro, com referência à aprendizagem. A aprendizagem expansiva se fundamenta na possibilidade (prevista) de ampliar a própria capacidade de controle por meio da elucidação do objeto de aprendizagem. Mas, na aprendizagem fundamentada de modo defensivo, a ação de aprendizagem somente tem sentido enquanto serve à defesa contra ameaças, mas, parece inútil e se realiza somente de maneira mais ou menos forçada. O texto “*Aprender – Funda-*

mentação sujeito-científica: Introdução aos objetivos principais do livro” se baseia em uma conferência na qual Klaus Holzkamp aborda a recepção que teve sua monografia e esboça de maneira concisa as principais passagens de seu livro. Da mesma forma, na questão educativa, Holzkamp também situa o sujeito no centro de todos os trabalhos sobre a aprendizagem, mais exatamente: a relação subjetiva dos que aprendem com o objeto de aprendizagem e com as condições sob as quais se deve aprender, se pode aprender e se aprende. Em *Aprendizagem e resistência à aprendizagem* são analisadas as circunstâncias sob as quais os sujeitos percebem as exigências e as propostas de aprendizagem como uma pressão, não esperam que durante a aprendizagem, ou à raiz da mesma, se ampliem suas possibilidades vitais de ação e, portanto, sabotam, infringem ou ignoram as exigências e propostas. *O ensino* pode transformar-se em um *impedimento e dificuldade de aprendizagem*, na mesma medida em que os “ensinantes” não prestam atenção na situação subjetiva daqueles que devem aprender. O texto *“A ficção de uma aprendizagem administrativamente planejada”* aborda o fato de que a escola estabelece, de modo administrativo, os objetivos de ensino (com uma determinada ordem consecutiva e temporal) que, mais adiante, devem ser realizados obedecendo a planos estipulados.

Segundo Holzkamp isto é uma ‘ficção’, porque se atua tal como se o que se pretende ensinar fosse logo também aprendido sem apresentar maior dificuldade. Mas, desta maneira, pensa-se e age-se passando novamente por cima daqueles que serão afetados por um plano administrativo. O problema central é *O curto-circuito ensino = aprendizagem*, contra o qual desenvolve seus argumentos no último texto. A suposição contrária ao fato de que o que se *ensina* é realmente o que também *se aprende*, é uma ideia muito difundida que se expressa, de modo sistemático, dentro dos textos administrativos escolares, onde, por exemplo, falam do que os “alunos aprenderão...” quando, na realidade, somente se referem ao que será ensinado.

Espera-se que, para leitores e leitoras, os textos reunidos

Klaus Holzkamp

neste volume representem um material efetivamente útil e que possam desfrutá-lo, também experimentando a alegria de enfrentar com êxito um material que nem sempre é facilmente acessível. Por último, quero agradecer ao editor Santiago Vollmer, por seu trabalho de tradução árdua e cuidadosa, cujas dificuldades penso poder julgar, pois, frequentemente, tomei parte das discussões em torno dos problemas de tradução e suas soluções. É mérito seu, difícil de estimar, que hoje os textos reunidos neste livro sejam acessíveis para leitores e leitoras de língua espanhola e, agora também graças ao trabalho de Raquel Guzzo e seu grupo de pesquisa, em português.

Morus Markard, Berlim, 10 de novembro de 2015.

Prefácio do Tradutor e Editor

Passados 20 anos da morte de Klaus Holzkamp, ocorrida em 1995, e quase 40 anos depois do primeiro Congresso Internacional de Psicologia Crítica realizado em Marburgo, em 1977, ainda não existem traduções para o espanhol e para o português dos textos de sua Psicologia Crítica. A presente compilação de textos busca facilitar um primeiro acesso à obra de Klaus Holzkamp, uma obra que abarca uma grande quantidade de ensaios, tratados e monografias.

Entre as monografias mais importantes de Klaus Holzkamp estão *Theorie und Experiment in der Psychologie*¹⁹ (1964), *Wissenschaft als Handlung*²⁰ (1968), *Sinnliche Erkenntnis*²¹ (1973), a *Grundlegung der Psychologie*²² (1983), assim como *Lernen: Subjektwissenschaftliche Grundlegung*²³ (1993), livro cuja tradução para o espanhol está em preparação e pronto para ser publicado (em relação às monografias de Klaus Holzkamp, ver o prefácio de Morus Markard, pags. 2-8²⁴; ao mencionado livro *Aprender*, ver a apresentação da obra pelo autor, no tomo 3 desta edição).

A compilação aqui proposta se divide em três partes:

19 Teoria e Experimento na Psicologia

20 A ciência como ação

21 Conhecimento sensório

22 Fundamentação da Psicologia

23 Aprendizagem: Fundamentação sujeito-científica

24 N.d.T.: Dessa fase resultaram suas duas monografias: *Wissenschaft als Handlung* (1968) e *Theorie und Experiment in der Psychologie* (1964). Em *Lernen – subjektwissenschaftliche Grundlegung*(1993), sua última monografia, Klaus Holzkamp tratou o “desenvolvimento de uma teoria de aprendizagem a partir do ponto de vista do sujeito, ou seja, sem mescla de conceitos com atividades de ensino estabelecidas externamente”.

Os conceitos fundamentais da ciência do sujeito, *A Psicologia Crítica e a Psicanálise* e *A educação, o ensino e a aprendizagem da perspectiva dos sujeitos*. Foram escolhidos textos nos quais Holzkamp formula seus pensamentos fundamentais de maneira concisa, fazendo alusão a questionamentos concretos. Os artigos originais foram publicados entre os anos 1984 e 1995, e são posteriores à sua obra mais importante *Grundlegung der Psychologie* (1983). Em *Grundlegung*, Holzkamp se propõe a “outorgar-lhe uma nova base a toda a psicologia mediante a crítica e a revisão de seus conceitos fundamentais e das concepções metodológicas implicadas” (1983, p. 19). Nos textos que compõem a presente edição, os conceitos e as reflexões metodológicas aqui desenvolvidas são questionadas, reelaboradas e integradas.

Dois áreas temáticas que também teriam sido apropriadas para uma “introdução” tiveram que ser omitidas por razões editoriais: por um lado, os trabalhos sobre a “crítica da função” das categorias psicológicas, por exemplo, *‘Persönlichkeit’: Zur Funktionskritik eines Begriffs*²⁵ (1988a) e *Praxis: Funktionskritik eines Begriffs*²⁶ (1988b) e, por outro lado, da etapa tardia de Holzkamp, os textos sobre a “conduta de vida” (*Lebensführung*, 1995 y 1996). Suas traduções ficarão reservadas para uma edição posterior. Aos leitores interessados, recomenda-se a tradução inglesa desses textos, publicada em *Psychology from the Standpoint of the Subject*²⁷(2013).

A primeira parte se inicia com uma entrevista que Holzkamp deu para uma revista de divulgação científica, *Psychologie Heute* (1984), que nesse momento alcançava uma tiragem de 50 mil exemplares. Sob o título *Os indivíduos não estão presos no capitalismo como se estivessem em uma jaula*, Holzkamp se dirige a um público de leitoras e leitores familiarizados com o vocabulário da psicanálise e da terapia comportamental. O concei-

25 Personalidade: Crítica da função de um conceito

26 Práxis: Crítica da função de um conceito

27 Psicologia do Ponto de Vista do Sujeito

to mais importante da Psicologia Crítica, a ‘capacidade de ação’, constitui o ponto a partir do qual Holzkamp vai introduzindo, mediante exemplos simples, novas formas de pensar e novos conceitos sobre a função da psicologia. Desta maneira, por exemplo, se sucedem os conceitos de “possibilidades de ação”, “posicionamento ativo em relação a condições”, “situação subjetiva”.

O texto que se segue à entrevista é o manuscrito de uma conferência realizada no centro de formação do Sindicato Nacional de Educação e Ciência (*Gewerkschaft Erziehung und Wissenschaft*, República Federal da Alemanha) e se dirige a pedagogos e professores comprometidos com a luta sindical e política, diante de quem Holzkamp apresenta *Os conceitos básicos da Psicologia Crítica*.

O terceiro texto, intitulado *O processo social e individual da vida*, foi publicado originalmente na revista *Konsequent*. Este era o órgão de publicação do Partido Socialista Unificado de Berlim Ocidental (*Sozialistische Einheitspartei Westberlins*, SEW), uma força de esquerda que nas décadas dos setenta e oitenta teve uma certa presença dentro do movimento pacifista, nas organizações dos exilados das ditaduras latino-americanas, da mesma forma que dentro dos sindicatos. Conforme a linha editorial da revista, o texto ressalta o enfoque marxista da Psicologia Crítica. Holzkamp expõe a aproximação histórica ao objeto de investigação psicológica (elaborada originalmente por Alekséi N. Leontiev, psicólogo da ‘escola histórico-cultural’ soviética), enfoque fundamental para o desenvolvimento dos conceitos psicológico-críticos. Como resultado da “reconstrução genética” do psiquismo, introduz o conceito de ‘natureza social’ do indivíduo.

O artigo que leva por título *A que se refere o par conceitual “capacidade restritiva de ação” vs. “capacidade generalizada de ação”?* foi publicado em 1990 na revista *Forum Kritische Psychologie*, órgão de publicação da Psicologia Crítica que Klaus Holzkamp fundou em 1978 junto com Barbara Grüter, Frigga Haug, Ute Osterkamp, Wolfgang Maiers, Morus Markard e Christof Ohm. Documenta um gênero característico do Fórum: os de-

bates de “reflexão e autorreflexão”. Holzkamp responde a uma crítica do sociólogo marxista Klaus Maretsky. Nos seminários estudantis berlinenses, este texto tornou-se popular, precisamente porque abordava diretamente os problemas interpretativos dessa categoria central, qual seja a capacidade de ação.

Esta primeira parte é concluída com o texto *Psicologia Crítica y Psicología Fenomenológica*, onde se traça *A via da Psicologia Crítica à ciência do sujeito* por meio da discussão com outro enfoque crítico com respeito à psicologia hegemônica. Expõe-se a aproximação psicológico-crítica como uma resposta frente a questões fundamentais da psicologia, por exemplo, a questão da relação entre “o caráter irreduzível da experiência imediata e a ação que a transcende”.

A segunda parte começa com uma conferência realizada em 1983 na Universidade Karl Marx, em Leipzig, a qual recebe o título de: *A relevância da psicanálise de Freud para a psicologia marxista*. Igualmente à psicologia soviética, também na República Democrática Alemã, considerou-se por muito tempo que “a teoria pavloviana da atividade nervosa superior” representava a mais “completa formação e transformação da psicologia no sentido do materialismo histórico e dialético” (Holzkamp y Schurig, 1973). Contra esta posição e frente às críticas e argumentos que “a partir dos anos vinte [...] foram formulados por muitos marxistas, uma ou outra vez, em oposição à psicanálise”, Holzkamp afirma que “as principais tarefas do trabalho coletivo futuro dos psicólogos marxistas se encontram no terreno de [...] problemas” decididamente “sujeito-científicos”, e agrega que: “na hora de enfrentar estes problemas não há caminho que não passe pela psicanálise”²⁸.

A discussão em torno dessa temática continua em *A posição que ocupa a psicanálise na história da psicologia*, uma conferência realizada em 1985 na *Universidade internacional de verão de Psicologia Crítica*, em Innsbruck (Áustria). Com mais de 700 participantes (principalmente estudantes), esta Universidade de

28 N.d.T.B.: Conferir o tomo 2 desta edição.

Verão, intitulada 'História e crítica da Psicanálise', documentava o crescente interesse na Psicologia Crítica dentro da Europa ocidental (especialmente na Alemanha, Dinamarca e Áustria). Em sua apresentação, Holzkamp se propõe à tarefa de avançar mediante uma 'análise histórica', desde "a manifestação histórica real da psicanálise [...] até chegar a suas contradições internas" sem 'perder de vista seu novo nível sujeito-científico'²⁹.

Encerram a parte psicanalítica dos textos de 1995, nos quais Holzkamp discute sobre *O racismo e o inconsciente segundo a concepção psicanalítica e psicológico-crítica*, assim como sobre *As explicações psicológicas e psicanalíticas do desenvolvimento*. O primeiro ensaio se envolve com o contexto do desenvolvimento de um conceito sujeito-científico do racismo, as investigações de Ute Osterkamp em torno do tema e o trabalho do *Projekt Rassismus und Diskriminierung*³⁰; o segundo artigo, *A colonização da infância*, é a versão reelaborada de uma conferência realizada em 1994, no Instituto de Psicologia da Universidade de Bonn.

A terceira parte inclui textos sobre a educação, o ensino e a aprendizagem. Estes representam uma ocupação de mais de duas décadas com o tema, que culminou na publicação do livro *Lernen – Subjektwissenschaftliche Grundlegung*³¹, em 1993. Nestes textos de Holzkamp confluem tanto suas investigações teóricas, como suas experiências em diversos projetos empíricos (o projeto *Schülerladen 'Rote Freiheit'*³² da etapa inicial de 1969-70, o Projeto escolar dos anos 1993-94 e a investigação do trabalho realizado pelo *Projekt Automation und Qualifikation*³³ (com relação a tais projetos, ver o Prólogo de Morus Markard, p. 9-10³⁴).

29 N.d.T.B.: Conferir os tomos 2 desta edição.

30 Projeto sobre o racismo e a discriminação

31 Aprender: Fundamentação sujeito-científica

32 Estabelecimento escolar "Liberdade Vermelha"

33 Projeto Automação e Qualificação

34 Em 1969 tornou possível a fundação do projeto *Schülerladen "Rote Freiheit"*. *Über den Umgang mit Kindern* (1987). De modo paralelo e antecipadamente,

Os textos deste capítulo trazem o desenvolvimento da teoria de aprendizagem de Holzkamp até o citado livro *Aprender*, que ele mesmo apresenta no penúltimo artigo. O último texto é uma entrevista publicada postumamente e que Rolf Arnold, especialista em pedagogia e formação de adultos e fundador da *Ermöglichungsdidaktik* (didática das possibilidades), realizou com Holzkamp.

Abarcando uma ampla gama de perspectivas teóricas e práticas, as entrevistas, conferências e ensaios incluídos nesta edição buscam oferecer, não somente um, mas muitos canais para permitir e facilitar aos leitores terem acesso à “ciência do sujeito”.

nos trabalhos do *Projekt Automation und Qualifikation*, sem a participação de Holzkamp, mas fazendo também referência à Psicologia Crítica, investigava-se o significado que, para os trabalhadores, teria a transição ao modo de produção de alta tecnologia. A investigação da prática (*Theorie-Praxis-Konferenzen*), que Klaus Holzkamp impulsionara nos anos de 1980.

Equipe de Tradução

A tradução das passagens mais difíceis foi fruto de discussões de um círculo de psicólogos críticos ao qual pertenciam:

Morus MARKARD: professor de psicologia da *Freie Universität Berlin*, se doutorou e titulou como catedrático com Klaus Holzkamp, a quem se uniu em um extenso trabalho em comum. Foi um dos fundadores da revista *Forum Kritische Psychologie* e figura central nos distintos projetos psicológico-críticos (sobretudo em torno à “investigação da práxis”). Entre outras coisas, desenvolveu uma crítica e reinterpretação dos conceitos de psicologia social (a este respeito, cfr. Markard, 1984, livro frequentemente citado por Holzkamp), assim como o enfoque metodológico da Psicologia Crítica (cfr. Markard, 1985, no tomo 3 desta edição). Em 2009, publicou seu livro *Einführung in die Kritische Psychologie* (Introdução à Psicologia Crítica) que, em pouco tempo (em 2012), alcançou sua quarta edição, com um reflorescimento dos grupos autônomos de leitura e estudo de Psicologia Crítica dentro das universidades alemãs.

Ute OSTERKAMP: professora de psicologia na *Freie Universität Berlin*; fez parte do grupo de psicólogos e psicólogas que – juntamente com seu marido, Klaus Holzkamp, como figura central – desenvolveram a Psicologia Crítica. Em 1978 foi uma das fundadoras da revista *Forum Kritische Psychologie*. Desempenhou um papel central em projetos de investigação sobre o racismo (*Projekt ‘Rassismus und Diskriminierung’*) e desenvolveu estudos, sobretudo em torno da psicologia motivacional (autora, dentre outros, do livro *Grundlagen der Motivationspsychologie*, Osterkamp, 1975-76). Junto com Wolfgang Maiers e Frigga Haug, é uma das editoras dos *Schriften* (Escritos) de Klaus Holzkamp

em alemão (seis volumes, publicados por Argument-Verlag). Além disso, é tradutora (com Andrew Boreham) e editora (com Ernst Schraube) da compilação *Psychology from Standpoint of the Subject: Selected Writings of Klaus Holzkamp* (2013, ed. Palgrave).

Thomas PAPPRITZ: psicólogo crítico; docente de psicologia em diversos centros de formação profissional; membro da redação do *Forum Kritische Psychologie*; membro da oficina editorial do *Diccionario Histórico Crítico del Marxismo* (Instituto de teoria crítica de Berlim). Editor e autor, junto a Lorenz Huck e outros, de uma compilação de contribuições à ciência marxista do sujeito (Huck et al., 2008).

Gisela ULMANN: professora de psicologia na *Freie Universität Berlin*; assim como Markard e Osterkamp, psicóloga crítica da primeira geração ao redor de Klaus Holzkamp. Entre outras coisas, e com Holzkamp, foi iniciadora do projeto *Subjektentwicklung in der frühen Kindheit* (O desenvolvimento do sujeito na primeira infância), assim como de projetos de “investigação da práxis” com Morus Markard. Dentro da “divisão de trabalho” da Psicologia Crítica, se ocupou da área “pedagógica” e desenvolveu, sobretudo, investigações sobre a educação, a infância e a ontogenia (autora, por exemplo, do livro *Über den Umgang mit Kindern* ([Sobre a relação com as crianças], 1987).

Santiago VOLLMER: psicólogo crítico; membro da redação do *Forum Kritische Psychologie*; tradutor, iniciador do Projeto de tradução ao espanhol do Dicionário Histórico Crítico do Marxismo (Instituto de teoria crítica de Berlim); diretor da equipe de tradução, assim como editor da presente compilação (elaborada no marco do Projeto de tradução ao espanhol dos Escritos de Klaus Holzkamp).

Christian WILLE: psicólogo crítico; membro da redação do *Forum Kritische Psychologie*; membro da oficina editorial do Dicionário Histórico Crítico do Marxismo (Instituto de teoria crítica de Berlim) e autor, por exemplo, de diversos artigos no mesmo dicionário.

Correção:

Fernando CLEMENTE: Licenciado em Psicologia; Universidade de Buenos Aires.

Iván MATÉ – Politólogo e tradutor, Berlim; Marion VOLL-MER – Antropóloga, Buenos Aires.

Equipe de tradução e edição em português:

Raquel Souza Lobo GUZZO: Professora Titular e membro do Grupo de Pesquisa 'Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação' do Programa de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil.

Eduardo Alessandro KAWAMURA: Pedagogo, Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil.

Jacqueline MEIRELES: Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil.

Lucian BORGES: Psicólogo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil.



Apresentação para a edição brasileira

Com muita esperança, trazemos para a comunidade de leitores da língua portuguesa - especialmente profissionais, estudantes e pesquisadores da Psicologia e da Educação - esse livro, intitulado **Ciência Marxista do Sujeito**, composto por uma seleção de escritos representativos da obra de Klaus Holzkamp, os quais introduzem a história vivida por esse autor da Psicologia Crítica Alemã e suas principais ideias.

Esperança que implica no compromisso de oferecer um novo horizonte a essa área, a qual tem, desde sua origem, servido a um projeto neoliberal de sociedade e à ideologia que o sustenta. Entender os caminhos da Psicologia, sua história e finalidade como um corpo de conhecimentos e de práticas profissionais, revela a urgência da divulgação de ideias e formulações teóricas, problematizações metodológicas e impactos na vida cotidiana de pessoas que questionam os sentidos dessa ciência, e como vem sendo formadas (os) profissionais para o exercício de suas práticas em distintos campos de trabalho.

A história de Klaus Holzkamp é uma evidência contundente de alguém que, por dentro da academia, resolveu dar um outro sentido à formação universitária, além de produzir um corpo de ideias para o enfrentamento de pressupostos da ciência dominante. Diante de um mundo conturbado, na década de 1960, respondendo ao chamado do movimento estudantil, Holzkamp e sua equipe decidiram construir uma nova Psicologia a partir da perspectiva marxista. Docente da Universidade Livre de Berlim, sua produção teórica, originalmente em alemão, tem sido gradativamente traduzida para a língua inglesa por alguns de seus ex-estudantes, hoje docentes em universidades de diversos países. Por

uma feliz coincidência, em um dos encontros científicos em que se discute a perspectiva crítica na Psicologia, incluímo-nos no projeto de traduzir a obra de Holzkamp para a América Latina, em espanhol e em português. Esse é o primeiro tomo de uma coleção de três com suas principais ideias. Os outros dois estão a caminho.

Ao nos debruçarmos sobre a obra de Ignacio Martín-Baró, que ofereceu uma proposta ético-política à Psicologia para a América Latina, percebemos a possibilidade de um outro modelo de ciência e de prática profissional. A partir de 2001, em nosso grupo de pesquisa passamos a fundamentar nossa visão de mundo e entender a realidade que nos cerca por meio da Psicologia da Libertação. Nessa proposta, a Psicologia é ferramenta à disposição de grupos e comunidades, para o fortalecimento no enfrentamento das questões sociais e, principalmente, da opressão nas esferas da vida cotidiana. Esse entendimento foi fundamental para que buscássemos conhecer como os sujeitos históricos agem. E Holzkamp nos proporciona argumentos para que possamos reagir, principalmente à opressão e à violência sistêmica e estrutural. *Não vivemos encerrados no capitalismo como se estivéssemos em uma jaula!*

Ele nos convida a desconstruir a ideia de uma prática inserida em um cenário imutável e inamovível que despreze a capacidade dos seres humanos de transformarem suas próprias condições de existência. Mesmo diante das complexas relações de poder nas sociedades capitalistas, as possibilidades de ação de cada indivíduo jamais estarão dadas *a priori*, sem falhas, resistências e contradições. O conceito de uma *capacidade de ação restrita ou generalizada* nos ajuda a pensar e entender, pela perspectiva marxista, as razões do fatalismo (categoria de análise do Martín-Baró) da alienação e as dificuldades presentes nos processos de tomada de consciência, trabalho por excelência de profissionais militantes na Psicologia. Não obstante, renegando o foco unilateral da psicologia tradicional, Holzkamp propõe uma subversão de posições e poderes no trabalho do psicólogo, promovendo uma *perspectiva do sujeito*. Revela-se, então, a indicação de uma necessária ruptura metodológica e formas possíveis de ação para a mudança. E foi,

principalmente, este pressuposto que nos aproximou desse psicólogo marxista alemão – pela maior compreensão das relações entre a Psicologia, a Economia e a Sociologia – no qual não apenas encontramos elementos que podem nos ajudar a compreender como se constrói a subjetividade no mundo capitalista, como também nos tornamos mais eficazes na contraposição e transformação de um cotidiano que tende a limitar nossas capacidades.

Agradecemos de modo especial a Ute Osterkamp, companheira de Klaus Holzkamp, que, de modo entusiasmado e amigável, nos favoreceu o contato com Santiago Vollmer, organizador desse livro (dividido em três tomos para a edição brasileira), quem se dispôs a formular conosco seminários para o entendimento e o avanço das idéias e conceitos, ora no Brasil, na PUC-Campinas, ora em Berlim, para que essa tradução tivesse a clareza necessária para o entendimento das principais ideias de Klaus Holzkamp.

É preciso agradecer também ao entusiasmo de vários de nossos estudantes do *Grupo de Pesquisa – Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação* que entenderam a importância da tarefa e participaram dos momentos iniciais dessa iniciativa: Luiz Roberto Paiva de Faria, Ana Paula Moreira Gomes, Flávia Ribeiro e Mariana Lemos.

Por fim, é preciso reconhecer que, sem o apoio do CNPq e da CAPES, sob forma de bolsas de estudos e apoio à pesquisa, não teríamos como desenvolver essa tarefa, além do incansável e persistente trabalho de revisão técnica de Eduardo Kawamura, quem, juntamente com Jacqueline Meireles e Lucian Borges, conseguiu tornar disponível a todos nós esta preciosa obra.

Raquel S. L. Guzzo, Campinas, 9 de abril de 2016



TOMO 1

OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA CIÊNCIA DO SUJEITO



Capítulo I

“Os indivíduos não estão presos no capitalismo como se estivessem em uma jaula”

Tradução de uma entrevista com Klaus Holzkamp, realizada por Heiko Ernst e Claus Koch, publicada originalmente na revista *Psychologie Heute*(PH), em novembro de 1984, sob o título: *Die Menschen sitzen nicht im Kapitalismus wie in einem Käfig*. Trata-se de uma revista mensal sobre psicologia em caráter de divulgação e em língua alemã, sendo editada desde 1974 e que hoje chega aos 100.000 exemplares vendidos.

PH: Sr. Holzkamp, em seu *Grundlegung der Psychologie*³⁵, você fala da ‘capacidade generalizada de ação’ como a máxima aspiração humana e psicológica. Dito de grosso modo, você se refere a uma ação coletiva baseada na razão e para o bem de todos. E sem dúvida, pareceria que nunca haveríamos de estar mais longe deste objetivo. Isso não é algo que deveria desesperar um psicólogo crítico?

HOLZKAMP: Esta capacidade de ação depende das possibilidades de ação que a pessoa tenha, da situação social em que deve atuar. É natural que as possibilidades de ação podem ser imensamente reduzidas. Pensemos, por exemplo, em estados fascistas. Mas mesmo sob as condições do fascismo neste país (Alemanha), cada um tinha ainda possibilidades de ação que podia usar ou desperdiçar. Nosso enfoque de uma análise a partir da ciência do sujeito parte da suposição de que, ao longo de sua vida,

35 Fundamentação da Psicologia; no que sucede, citado como *Grundlegung*

um indivíduo sempre tem alternativas de ação. A resignação, venha de onde venha, significa sempre que a pessoa contempla a situação de um modo muito geral e muito global, que não vê ou não pode ver cuidadosamente para reconhecer as possibilidades de ação e de determinação que ele possui. .

PH: Nesta sociedade existem suficientes “espaços de liberdade”. É sabido que se oferecem muitas atividades e alternativas possíveis, seja no âmbito do ócio, as possibilidades de distração para os jovens, por exemplo, as discotecas e outras possibilidades de consumo.

Porém, certamente não são essas as alternativas que você fala...

HOLZKAMP: Por que não? Esforçamo-nos por desenvolver uma perspectiva sujeito-científica³⁶, ou seja, praticamos uma psicologia do ponto de vista do indivíduo. Isso foi o que eu intencionei elaborar no meu *Grundlegung*. Esforçamo-nos para não formar conceitos sobre os indivíduos, mas para os indivíduos. Queremos superar o “ponto de vista externo” da psicologia tradicional com a perspectiva de esclarecer e generalizar o ponto de vista dos indivíduos afetados por determinados problemas. Por esta razão, a Psicologia Crítica não pode prescrever o que é bom ou ruim, o que o indivíduo deve fazer ou deixar de fazer. Em vez disso, se trata de colocar o indivíduo em condições de reconhecer seus interesses e compreender sua própria situação, de maneira tal que possa ver e realizar suas possibilidades de ação e suas possibilidades de vida concretas.

PH: Duvidamos que isto seja possível em nossa sociedade...

HOLZKAMP: Como não? É possível, porém, naturalmente, dentro dos limites estabelecidos pela própria situação de vida e de classe. O Capitalismo não é um tema tão hermético que os indivíduos estejam presos a ele como se estivessem em uma jaula.

36 N.d.T.B.: sujeito-científico. No alemão, *subjektwissenschaftlich*.

Se fosse assim, não seria sequer possível dizer algo sobre a jaula. Nós temos o ponto de vista de fora da jaula, porém dentro da sociedade. Voltando ao exemplo da “discoteca”: Se é somente uma distração ou se é uma realização das necessidades de desenvolvimento é algo que quem deve decidir é o indivíduo concreto, e nós só podemos ajudar a esclarecê-lo.

PH: Porém a jaula está na cabeça. São muitos os indivíduos que não tem o ponto de vista externo à jaula, onde poderia fazer melhor juízo da sua situação. Em seu *Grundlegung* você usou o conceito de autoinimidade, o descrevendo como alguém que pode crer subjetivamente estar realizando-se quando, de fato, só pode fazê-lo no marco de uma hierarquia que o obriga a se submeter e prejudicar a outros indivíduos, em prol de seus próprios interesses.

HOLZKAMP: Não podemos prescrever aos indivíduos as necessidades que estes devem ter. Se alguém crê que, de fato, pode lidar-se bem e viver sob estas ou aquelas condições na sociedade burguesa, tem todo o direito de fazê-lo. Porém, nós acreditamos que isto de ceder, calar-se e adaptar-se é algo que para a maioria dos indivíduos é contraditório e, em longo prazo, insuportável. No fundo, os indivíduos se dão conta que “isto não pode ter sido tudo”. A experiência desta insatisfação é o que deve ser articulado. Porém, onde não se experimenta insatisfação, não há o que articular.

PH: Não é, portanto, a tarefa da Psicologia Crítica ou, em geral, da ciência, fazer propostas aos indivíduos?

HOLZKAMP: Não de fora e sem pedir permissão. Enquanto a experiência da insatisfação não conduzir os indivíduos ao esclarecimento e a transformar suas condições de vida, enquanto o indivíduo considerar que sua vida vai bem, não temos porque nos intrometer.

PH: Não poderia uma pessoa, como psicólogo, também aju-

dar as pessoas quando se trata de questões maiores (coletivamente importantes), como, por exemplo, as da paz, da ecologia e outras? Apenas porque a maioria silenciosa se acomodou no interior de uma falsa consciência e acha que tudo é bastante suportável, não devemos “incomodar” essa falsa consciência?

HOLZKAMP: O problema está em que este tipo de comportamento – por exemplo, a aceitação dos *Pershing*³⁷, ou a aceitação das reduções e restrições dos direitos sociais – não é simplesmente irracional; é por assim dizer, de uma racionalidade limitada, percebem-se certas coisas, e se deixa de lado o resto. Dentro desta perspectiva, para muitos indivíduos, seu comportamento é absolutamente razoável, correto e fundamentado. A função desta limitação consiste em evitar conflitos e riscos. Se alguém tem a força para assumir tais riscos e perigos, isso depende de um sem número de condições históricas e experiências. Minha mãe dizia sempre: “se tudo te transtorna e não compreendes os motivos, olha para fora!”. Tomemos por exemplo o caso das mulheres: o que podia fazer antigamente uma dona de casa que simplesmente tinha que ficar em casa e não podia articular-se socialmente? Agora o movimento das mulheres conseguiu, por sua vez, uma ampla possibilidade de articulação. Não se pode, portanto, dizer simplesmente que no passado os indivíduos não eram capazes de articular-se ou que eram menos inconformados com suas situações. Simplesmente faltavam possibilidades organizativas ou coletivas para superar as respectivas situações pessoais. Em todo caso: as mulheres que hoje não percebem estas possibilidades atuam, deste modo, contra seus interesses. Pois na atualidade, de fato, elas têm uma alternativa.

PH: Se cada vez mais indivíduos adquirem, por seu próprio esforço, este tipo de alternativa, se há novos movimentos sociais: para que se necessita, então, da psicologia? Que papel podem ter justamente os psicólogos críticos, se os indivíduos reconhecem seus interesses e desenvolvem suas possibilidades de ação por si mesmos?

37 N.d.T.: *Pershing* – Denominação de um míssil de médio alcance que, no contexto da Guerra Fria, foi empregado por toda a Europa e pela OTAN, e na Alemanha provocou grandes mobilizações por parte dos movimentos pacifistas.

HOLZKAMP: Podemos, por exemplo, desvelar as múltiplas estruturas que impedem os indivíduos do reconhecimento e da realização de seus interesses mediante o emprego de atribuições pessoais e psicológicas. Isto foi o que intencionamos com respeito à luta pacifista, contra a “xenofobia”, porém, também com respeito à práxis dos trabalhadores sociais...

PH: A psicologia pode, portanto, ajudar a salvar a cisão que há entre aquele que quer fazer e aquele que pode fazer? Pode ajudar a tornar suportável ou talvez até mesmo transformar a cotidianidade no trabalho, a alienação?

HOLZKAMP: A Psicologia Crítica parte sempre do pressuposto de que a superação desta alienação só pode ser alcançada mediante a práxis. Não é suficiente explicar-se mentalmente esta separação entre o que se deseja e o que é. Isso é justamente nossa principal crítica à psicologia burguesa, que intenciona resolver os problemas psíquicos unicamente no terreno psíquico. Em nosso entender, os problemas psíquicos são a expressão “encapsulada”, isolada, de contradições e restrições reais. Um de nossos problemas de investigação mais importantes se refere à questão de como se gestam este tipo de isolamento e de como se pode superar seu caráter “interior”, em direção à realização efetiva de possibilidades de ação e de vida.

PH: A Psicologia Crítica é também uma psicologia prática? Que se entende, neste contexto, por “práxis”?

HOLZKAMP: Uma referência à práxis não pode significar unicamente assegurar, justificar e outorgar-lhe um numen ‘científico’ à práxis do psicólogo... Por exemplo, a maior parte dos conceitos terapêuticos não representa outra coisa do que receitas para o terapeuta, de como organizar-se em determinado enquadre individual e limitado. Pressupõem as condições do entorno como dadas e permitem, ao terapeuta, organizar-se dentro desse cenário. Certamente considera, dentro do possível, os interesses do cliente. Porém, uma coisa é inquestionável para estas teorias: o fato da “terapia” e, portanto, a própria existência do terapeuta. E, sem

dúvida, se alguém quiser entender e também praticar a terapia, a primeira coisa a fazer é esclarecer a sua origem e função social. Que situação é essa em que eu, que sou quem melhor pode conhecer-me, devo recorrer a outro que para mim é um “especialista” e perguntar: “o que ocorre comigo?” Quais são as consequências mais gerais da terapia para a convivência dos indivíduos? É algo estranho: imediatamente não posso acessar mais a alguém com quem trabalho ou, talvez, junto a quem vivo, porque ele ou ela está em terapia. Só está à minha disposição em médio prazo e talvez eu esteja entre os assuntos tratados nessa terapia. Como devo fazer para continuar posicionando-me, como sujeito, em relação ao outro e como esclarecer nossos problemas conjuntos com confiança plena, se isso me escapa na terapia? Não é a reparação terapêutica de um indivíduo particular independente dos demais – e se necessário à custa deles – um sintoma e um reforço do caráter transtornado das relações intersubjetivas? Ou seja, não é, na realidade, ela mesma a enfermidade que deveria ser curada?

PH: A acusação de que a terapia se limita aos indivíduos particulares é algo que os terapeutas familiares rejeitariam decididamente, pois é sabido que eles intencionam justamente incluir e corresponder a todos os indivíduos implicados.

HOLZKAMP: Não é este só um deslocamento do problema, tratando agora a família particular que se antagoniza ao resto do mundo? Pode ser que pareça que os conflitos somente provêm da família e que, portanto, devem ser resolvidos neste âmbito. Porém, a realidade, na maior parte dos casos, se compõe de contradições da situação de vida objetiva, contradições nas quais está submetida à família em seu conjunto e que aqui somente se traduzem, no seu interior, nas contradições entre seus membros.

PH: Se isto não é pensado até as suas últimas consequências, ou seja, se se intenciona transformar as condições de vida externas com o fim de possibilitar que os membros da família não se agriem entre si, porque se pensa que os problemas se originam nela

mesma, e o que é isso, senão uma forma de trabalho social? Que pode ser, em geral, uma terapia?

HOLZKAMP: A questão não é tão simples, somente um trabalho social... Não se pode dizer que vou transformar as condições externas e então tudo correrá bem com as pessoas. Os indivíduos têm que transformar suas condições de vida por si, não se pode transformar as condições em nome deles, que têm que reconhecer sua situação e desenvolver soluções por si mesmos. Tal como entendemos e praticamos, o processo terapêutico é uma reciprocidade. Na cooperação entre terapeuta e cliente somente é possível libertar os encapsulamentos e as contradições se se transformam, paulatinamente, as condições em que elas surgiram. O problema não se resolve dando, por exemplo, uma casa para as pessoas, nem deixando as pessoas em seu lugar anterior e fazendo com que se adaptem a essa situação. Suponhamos basicamente que o psiquismo é um reflexo subjetivo das relações nas quais vive o indivíduo, às vezes, um reflexo incompreendido. Na medida em que posso transformar paulatinamente as relações, também se transforma minha situação subjetiva, o “como me encontro”.

PH: O psiquismo é exclusiva e realmente um reflexo das relações de vida? Não existe um espaço que se tenha desenvolvido, em grande parte independentemente das condições sociais de vida, por exemplo, em íntima interação com o pai ou mãe durante os primeiros anos de vida? Sabemos que nesta fase da vida são aprendidas formas de apropriação afetivas e cognitivas da realidade. Não é necessário prestar atenção também a outros determinantes que não sejam somente sociais, por exemplo, os estilos educativos e questões similares?

HOLZKAMP: Não se deve entender por sociedade somente algo que está “aí fora”, algo que se encontra em uma relação de exclusão com o entorno social imediato, por exemplo, o das relações familiares. Uma mãe com um estilo educativo “super-protetor” jamais compreenderá que isso limita as suas próprias possibilidades de vida e dos demais membros da família, se não

entende o que é uma família tradicional como instituição social de onde ela, ainda que seja “dona de casa” e “mãe”, possa unicamente obter um resto de influência e satisfação por esta via de produção da dependência emocional dos seus filhos. De maneira que, se não quer deslocar simplesmente sua atitude “super-protetora” para outro sintoma de função análoga na sua família, mas efetivamente superá-la, deverá resistir à situação de reclusão na “família”, ou seja, deverá intencionar, dentro do possível, escapar das restrições tradicionais dos papéis de “dona de casa”. Outra questão distinta é a do grau em que o adulto é determinado por sua infância. E neste caso, não acreditamos em absoluto que esteja irremediavelmente entregue a esta determinação. Pelo contrário, pensamos que a prática de querer explicar as dificuldades do presente simplesmente a partir da infância é um esquema explicativo, se bem econômico, não menos simplista para o psicólogo ou para os clientes que se servem dele – “Nada é surpreendente com essa infância!”. Porém, na realidade, a determinação a partir da infância não é fato a se pressupor, mas coloca uma problemática a esclarecer: sob que condições estou fixado à minha infância? E que função tem esta fixação em minha situação de vida atual? Como posso resolver o entrelaçamento e a recaída em minha situação infantil precoce? Se existe um entrelaçamento deste tipo, isto é um momento de minha atual capacidade restritiva de ação, um indício de minhas possibilidades limitadas. Apenas posso desenvolver as minhas possibilidades de ação e de vida na medida em que reconheço minha infância como meu passado, isto é, como uma parte importante de minha história, e na medida em que, com ele, ao mesmo tempo, entendo que hoje não sou mais uma criança que, portanto, não posso mais enfrentar a minha vida de maneira efetiva com meios infantis.

PH: Porém, consta que existem disposições e capacidades individualmente muito diferentes para transformar as condições de vida, para construir as condições da própria existência...

HOLZKAMP: Aumentar a influência essencial sobre os pro-

cessos centrais equivale a transformar o conjunto da sociedade. Isso é algo que naturalmente não me é possível como indivíduo particular; dependemos de condições históricas e possibilidades atuais. A ideia de vencer rapidamente o capitalismo é ingênua: o capitalismo tem uma força vital e de sobrevivência que nunca poderíamos imaginar. Está muito longe de seu fim. Justamente, em função de conflitos internacionais, deve-se estar preparado para um longo caminho de coexistência³⁸ – se é que não se queira implementar uma política de catástrofes. Para nós, como sujeitos, isto significa: lutar por melhorar nossas possibilidades de vida e de desenvolvimento dentro do capitalismo, cujas barreiras vividas fazem, em longo prazo, irrecusável a superação das restrições que o capitalismo impõe a um desenvolvimento humano e humanamente digno.

PH: Gostaria de voltar à tese de que a psicologia não deve influenciar diretamente o indivíduo, senão somente ajudar-lhe a reconhecer, por si mesmo, sua situação. Não é esta uma posição bastante burguesa? Essa é a máxima “não debes doutrinar!”, em respeito ao livre arbítrio. Atrás disso se esconde a ideia de que cada indivíduo é responsável por si mesmo, que cada tentativa de exercer influência coletivamente seria ideologia, etc.

HOLZKAMP: Esta posição só seria burguesa se partíssemos da base de que não existe um conhecimento verdadeiro sobre as relações sociais que, portanto, acerca de seus conteúdos, toda ideia tem o mesmo valor que todas as demais. Porém, se confiamos em nossa própria análise e meios de pensamento, o resultado é outro: se o indivíduo compreende efetivamente sua situação e, desta maneira, reconhece seus interesses, é inevitável que chegue, ele mesmo, a conclusões e formas de práxis que o envolveram, na medida em que para ele seja possível, a união com outros indivíduos e com as forças progressistas. Porém nós não podemos produzir este processo cognitivo por ele e em seu nome. Não po-

³⁸ N.d.T: Holzkamp tematiza a coexistência do bloco oriental e ocidental no marco da “guerra fria”.

demos fazê-lo: desde o princípio seria paradoxal pedir a alguém que assuma seu próprio ponto de vista adotando simplesmente o dos outros. Somente se ele mesmo o desenvolva, este será efetivamente seu próprio ponto de vista. Além disso, deve-se levar em conta que os conhecimentos gerais sobre as relações sociais, ainda que sejam corretos, estão muito distantes de poder elucidar suficiente e concretamente a situação e as possibilidades do indivíduo particular. Para esclarecer sua situação e seus interesses, o sujeito individual precisa desenvolver uma visão geral. Porém esta visão geral deve concretizar-se em suas próprias condições e possibilidades de vida, as que somente ele pode conhecer suficientemente. Se creio poder deduzir, de maneira sociológica, a consciência dos indivíduos a partir de dados sociais externos – como o pertencimento a uma camada ou ambiente social – isto ignora os indivíduos em questão. Com razão, eles não se reconhecerão nessa dedução e sentirão que não se tinha prestado a mínima atenção a suas possibilidades de ação e a situação em que se encontram subjetivamente. Um exemplo: se alguém pensa que, como saída às dificuldades pessoais, beber álcool é uma atitude apolítica que reforça as relações de dependência, em geral, isto é correto. Mas mesmo assim, por trás de uma análise cuidadosa junto à pessoa concreta na situação – por exemplo, com ajuda dos conceitos e do modo de proceder psicológico críticos – alguém pode chegar à conclusão de que para ela, o hábito de beber representa, comparativamente, a melhor solução. Se não lhe é permitido esta consequência, se já concluo de antemão qual deve ser o resultado de minha intervenção psicológica – ou seja, que ela deve deixar de beber – eu desconsidero desde o começo ao outro como sujeito. Em última análise, só simulei que prestava atenção a sua situação e a como se encontra. Porém, de fato, por mais refinado e “psicológico” que seja o modo em que o faça, imponho-lhe as minhas ideias enquanto valores e ações, o que equivale à realização de ideias de ordem, conforme a dominação.

P.H: Outro Exemplo: Você, psicólogo crítico, viaja de metrô e escuta como quatro jovens, evidentemente desempregados, falam desdenhosamente e se vangloriam de ter realizado atos violentos contra imigrantes. Como psicólogo crítico, teria que ser muito tolerante para poder suportar esta conversa sem intervir. Devo deixar ao critério destes jovens se agrirem a um imigrante, ou não? Tenho que começar por deixar isto de lado e procurar explicar passo a passo o vínculo relacional do qual são prisioneiros, porque conheço os verdadeiros nexos e causas de suas agressões?

HOLZKAMP: A compreensão de que o outro tem que desenvolver o seu próprio ponto de vista e que só assim este será o seu, não equivale abandonar ou esconder o meu próprio ponto de vista. Estou comprometido com minhas possibilidades e convicções, na análise – e estou de um modo radical. Em primeiro lugar, o fato de que sou contra o ataque aos imigrantes não é uma questão psicológica, mas se explica a partir das ideias e modos de atuar que defendo. Se, portanto, eu falo com estes jovens, faço-o deixando claro que considero um erro o que eles estão fazendo e que, em última instância, ao fazerem, eles estão prejudicando a si mesmos. Somente esclarecido isto, podemos seguir falando do por que eu adoto este ponto de vista, e eles outro. Pois eu não sou o amável senhor que tudo perdoa e compreende, tenho uma posição absolutamente decidida e bem fundamentada e que, apesar disso, pelas razões que já citei, não posso simplesmente impor ao outro...

PH: Sem dúvida, tenho a esperança de que esse outro demonstre capacidade de compreensão...

HOLZKAMP: Sendo condição que esse outro queira realmente estabelecer uma relação, que queira realmente discutir... Acredito que esses tipos do metrô não têm interesse algum em falar comigo. Porém, se é iniciada uma conversa em que efetivamente se podem esclarecer pontos essenciais, os participantes têm que perceber claramente que os imigrantes são o objeto equivocadamente para as suas agressões, que, ao invés disso, se trata de lutar jun-

to aos imigrantes por condições de vida em que os desfavorecidos não apenas possam conservar um resto de dignidade à custa de outros ainda mais desfavorecidos. Se desta maneira é possível dar um giro político ao debate sobre explicações psicológicas, também se supera a oposição entre os jovens e eu.

PH: Não obstante, como psicólogos, devemos perguntar-nos por que alguns jovens dão vazão à sua frustração agredindo minorias e outros não... Nós não podemos simplesmente assumir causalidades sociais não substanciais, você sabe que, neste caso, também temos de investigar a socialização infantil, ou seja, o processo de integração na sociedade e a influência de outros fatores psicológicos, por exemplo, no âmbito da família.

HOLZKAMP: Naturalmente. Mas, como disse, vejo certos inconvenientes nas suposições de “fatores de influência” provenientes da “socialização” e da “família”: com isto, sempre se corre o risco de perceber o outro somente como produto deste tipo de determinações, negando, por fim, o sujeito. Em nosso projeto *Subjektentwicklung in der frühen Kindheit*³⁹ investigamos, por muitos anos, o complexo processo de interação recíproca em que as crianças e os adultos criam possibilidades de ação na família e em que eles, frequentemente, se limitam uns aos outros. Entre outras coisas, temos investigado determinadas técnicas educativas habituais sob um novo aspecto: o grau em que os pais e as mães, “educando” deste modo, criam obstáculos para o desenvolvimento de seus filhos e, ao mesmo tempo, dificultam suas próprias situações. Tomemos como exemplo uma técnica educativa tradicional, a que temos denominado “regulação equitativa”, na qual todos os filhos recebem sempre o mesmo. Se um dos filhos recebe um brinquedo, então o outro também deve receber um. Se um recebe duas fatias de presunto, então o outro também deve receber duas fatias. Aparentemente, isto é razoável e justo. Parece simples e manejável, porém, no final das contas, faz com que as crianças já não pres-

39 O desenvolvimento do sujeito na primeira infância

tem atenção ao que elas mesmas realmente desejam. Agora, elas só prestam atenção ao que recebe o outro. Este é um impedimento para o desenvolvimento, no sentido de que aqui se lhe colocam barreiras à consciência sobre os próprios interesses e, com eles, as possibilidades de determinação subjetiva da própria vida. Logo, as crianças adotam estas formas de regulação e as aplicam contra os adultos. Já que nunca se pode ser absolutamente justo, as crianças têm permanentemente algo do que reclamar dos pais e mães. O exemplo mais engraçado é o de três crianças que querem, todas elas, sentar-se no meio. Desta forma, ao procurar manipulá-las, não apenas se excluem as crianças como parceiros para vencer os problemas cotidianos, mas até mesmo se transformam em adversários dos pais e mães, infernizando suas vidas, aplicando – quase em uma espécie de contra manipulação – os princípios paternos permanentemente contra os próprios pais. Contudo, durante o processo de investigação, desenvolvemos a hipótese do efeito limitador do desenvolvimento que a “regulação equitativa” produz nas crianças, nos pais e nas mães. Para verificá-la tentamos criar, junto aos indivíduos envolvidos, condições pelas quais se rompa o reforço interativo de manipulação e contra manipulação. Deste modo, as crianças articulam sua subjetividade em maior grau, podem levantar seus próprios interesses e os pais e mães se veem liberados da desesperada tentativa de controlar e considerar suas crianças tão somente enquanto objetos de controle. E é possível alcançar um nível superior de comunidade entre os sujeitos na conduta de vida.

PH: Mas esta regra de equidade não pode ter surgido no interior da família, está claro que esta filosofia administrativa não é um fenômeno da família em si. De onde vem?

HOLZKAMP: Esta é, naturalmente, a lógica das relações de troca na sociedade burguesa. Na esfera distributiva, estamos, inevitavelmente, submetidos a esta lógica. Só que, na família, isto não é necessário. Aqui se trata de uma reprodução cega de formas ideológicas que, como disse, para a vida familiar, apesar de suas

plausibilidades superficiais, ou precisamente devido a elas, não são necessárias nem mesmo favoráveis.

PH: Se é possível excluir da família estas relações de troca, se é possível excluir dela a ideologia proveniente da sociedade, se dentro da família inclusive se pode superá-la, então, a família seria um campo de treinamento para transformações também no campo social.

HOLZKAMP: Porém, deve-se considerar que as pessoas não vivem somente em família, mas se movem, por exemplo, em meio às tensões existentes entre o âmbito da família e da atividade profissional, e é desta relação contraditória entre estes dois campos sociais que devemos produzir conhecimentos e extrair consequências. Aí temos, por exemplo, Ole DREIER, um psicólogo crítico da Dinamarca, que expõe um processo terapêutico (Dreier, 1980) e relata o caso de um pai de família que como assalariado devia cumprir com o desempenho que lhe era exigido, e isto imediatamente, porque caso contrário, perderia seu trabalho. O pai projeta agora esta exigência em seu filho pequeno, colocando também a ele diante da alternativa: “ou pode, ou não pode; bem, então me dê que eu o faço”. Na terapia, este pai foi percebendo, pouco a pouco, que na família, este comportamento não é necessário, que ali existem margens para o desenvolvimento, que no exterior seriam impensáveis. Lá fora, no ambiente de trabalho, não se pode dizer: “ainda não sei fazer isso, dá-me algum tempo, vou aprender”. Mas não existe uma necessidade cega que obrigue a dirigir as coerções do mundo do trabalho para o interior da família. O impedimento que isto representa para o desenvolvimento da criança é, portanto, desnecessário e, no fim das contas, também é prejudicial para o pai, que sofre por sua relação ruim com a criança. Uma vez que isto esteja claro para ele, é possível também reconhecer, que em sua função de assalariado não se permitem possibilidades de desenvolvimento e que, desta maneira, se nega a sua subjetividade; que, portanto, em seu posto de trabalho predominam relações que, na realidade, estão desumanizadas. Este

não é por si só um conhecimento transformador da sociedade, mas ainda assim representa um passo no desenvolvimento crítico do pensamento.

PH: Estes conhecimentos e modo de proceder não são necessariamente ideias originalmente psicológico-críticas; também existem alguns psicanalistas que trabalham desta maneira...

HOLZKAMP: Naturalmente existem coisas em comum com outras posições. Porém, o que nos diferencia delas é a consideração das relações da sociedade em seu conjunto e a investigação de suas mediações com a subjetividade individual. Nós concebemos e investigamos a família como parte do conjunto de interconexões sociais. Para ilustrar isto, quero introduzir outro exemplo do livro de Ole DREIER (1980): Durante a terapia, o pai, a quem me referi, percebe de onde surgem determinados conflitos com a sua mulher. Anteriormente, esses conflitos pareciam sem solução: Enquanto para ela a família representa o único centro de sua vida, para ele, o fato de que também trabalha na fábrica tem sido expresso de um modo específico em seu estado e situação subjetivos. Ele desenvolveu o hábito de evitar as dificuldades em uma das áreas, antecipando seu caminho em direção à outra. É como se fosse um peregrino entre dois mundos, que em nenhum lugar está verdadeiramente em casa e que não se compromete de verdade nem com um, nem com outro mundo. Naturalmente, a mulher está no limite do desespero quando descobre que seu marido, cada vez que as coisas em casa ficam difíceis, 'emigra', se retira mentalmente e a deixa sozinha com os problemas. Este descompromisso e indiferença correspondem, naturalmente, ao isolamento do marido na família: na realidade está fora de lugar, é quase um "subinquilino". O outro lado desta problemática é seu escasso compromisso com seus interesses na fábrica, seu não querer organizar-se sindicalmente. Ali desempenha unicamente o papel de um estranho, como pai de família, fabulando que a casa é o centro de sua vida. Pode-se ver que, o que aqui se manifesta como uma problemática meramente intrafamiliar, é uma determi-

nada elaboração psíquica da tensão social objetiva existente entre o âmbito aparentemente privado da família e o trabalho heterônomo. Estas interconexões que se escondem por trás da maioria dos conflitos subjetivos graves, só podem ser compreendidas com um enfoque psicológico capaz de retratar, em suas concepções básicas e em seus procedimentos, a mediação entre o processo social e a capacidade de ação ou situação subjetiva individual. Levamos no mínimo dez anos elaborando pensamentos e métodos sujeito-científicos, que nos permitam considerar estes tipos de mediações nos mais diversos níveis.

PH: Em que se diferencia a teoria do desenvolvimento da Psicologia Crítica da que, por exemplo, conhecemos de um psicólogo como Jean PIAGET? Justamente ele colocou no centro de sua teoria cognitiva do desenvolvimento, a interação entre indivíduo e seu entorno, entre adaptação e transformação. Seu modelo deveria conter muito daquilo que você postula como psicólogo crítico.

HOLZKAMP: Piaget é de suma importância para a formação de nossas teorias e nós temos nos ocupado dele muito intensamente. Porém Piaget vê o estado final do desenvolvimento para o qual se encaminham os estágios pensados por ele, somente na capacidade para o pensamento lógico-formal. Em nossa opinião, isto é muito reduzido e, portanto, falho. Ser adulto em nossa sociedade significa ter a capacidade de sustentar sua própria vida através da participação na reprodução social sob as condições de heteronomia – isto é, a “capacidade de ação” tal como nós a concebemos. Neste sentido, é preciso acessar o processo ontogenético do desenvolvimento, suas leis e desdobramentos e compreendê-lo de tal maneira que possa ser analisado como “desenvolvimento que conduz para a capacidade de ação”. Neste contexto, também corresponde investigar o desenvolvimento cognitivo como um momento parcial e não independente do desenvolvimento da capacidade de ação. E deve-se examinar em que medida os estágios formais de desenvolvimento cognitivo, concebidos por PIAGET, englobam suficientemente o desenvolvimento cognitivo

individual. É preciso revisar se englobam realmente o desenvolvimento das formas individuais de enfrentar, no plano cognitivo, as exigências e contradições implicadas no manejo ativo da vida em nossa sociedade (incluindo o desenvolvimento individual de formas cognitivas de defesa).

PH: Em sua descrição da história do desenvolvimento humano, da filogenia, você parte do pressuposto de que em um momento determinado ocorreu um salto qualitativo, no qual o indivíduo humano superou certas determinações biológicas e pulsionais. Este ocorreu, disse você, quando começou a refletir sobre a sua práxis, quando tomou consciência de que ele se reproduz a si mesmo e às suas potências e que as reencontra em seus produtos. De um ser pulsional passamos a um ser racional. Psicanalistas como LORENZER, afrontam que, a partir deste ponto, você somente seria racionalista e renegaria o “animal” que, ainda hoje, estaria dentro dos indivíduos humanos.

HOLZKAMP: Isto não é assim. Em todos os livros fundamentais de Psicologia Crítica se dedica um amplo espaço à filogenia. Seguramente não nos ocupamos tão intensivamente da filogenia humana somente para logo poder dizer: “O ser humano é somente um ser social”. Para nós se trata mais de determinar adequadamente as pré-condições naturais do ser humano.

Pois, por seu lado, elas são a precondição para a reprodução social. É claro que na cognição, motivação, emoção estão contidas pré-condições inespecíficas⁴⁰ de origem filogenética. Só que estas não podem ser simplesmente pressupostas como típicas do ser humano. Trata-se mais de determinar cientificamente a nova qualidade em que aparecem estes tipos de momentos quando os seres humanos já não sustentam suas vidas, como os animais, em um entorno natural, e sim mediante a produção e reprodução de

40 N.d.T.: Precondições inespecíficas. Holzkamp se refere frequentemente a condições, características, etc. ‘inespecíficas’ para assinalar que não só correspondem a uma espécie (neste caso, a espécie humana); a este respeito, ver: “O processo social e individual da vida” (págs. 56-57) na presente edição.

suas condições de vida. Ou seja, deve-se possibilitar a análise da natureza humana em sua particularidade como “natureza social”. Como é possível que o indivíduo esteja disposto psicologicamente (cognitiva, motivacional, emocionalmente) a sustentar-se e desenvolver-se mediante sua participação no processo social? Nossa análise tem que permitir-nos entender esta questão, considerando todas as contradições que tem sua origem nas formas sociais concretas. Isto implica determinar analiticamente a relação entre as características mais inespecíficas, elementares e as específicas do psiquismo humano, considerando as contradições que isto envolve. Um dos nossos resultados nesta área é, por exemplo, de que a sexualidade assume uma posição especial. À diferença de todas as demais possibilidades de satisfação, as condições de satisfação sexual não são socialmente produzidas utilizando os meios de trabalho. Para a satisfação sexual basta, em um casal, relacionar-se “diretamente”, de maneira “imediate”, “não-mediada”, um com o outro, ou mesmo, que seja suficiente a relação com o próprio corpo. Portanto, a sexualidade, já que não depende da intermediação social, é sempre, por assim dizer, uma possibilidade básica de felicidade. É também por isso que a sexualidade foi considerada em todos os tempos, algo particularmente suspeito pelas instâncias dominantes, e o exercício da dominação também foi sempre uma tentativa de opressão sexual. Aonde iríamos parar, se cada qual pudesse ter prazer quando e onde o desejar? As estratégias para restringir ou amargar a sexualidade dos indivíduos que encontramos em nossa sociedade também devem ser, portanto, um tema central da psicologia sujeito-científica. Isto também, na análise do desenvolvimento infantil, por exemplo, para investigar como é que as crianças são levadas a desenvolver sentimentos de culpa por algo que lhes alegria e que não é prejudicial para ninguém, a masturbação.

PH: Se você também confere, portanto, uma significação tão grande às forças biológicas pulsionais como a sexualidade, você não está reconhecendo que os indivíduos podem pensar e atuar

irracionalmente?

HOLZKAMP: É preciso revisar cuidadosamente o que aqui se supõe que significa “irracional”. É óbvio que frequentemente os indivíduos não compreendem suficientemente sua situação, reagem cegamente, atuam contra seus interesses objetivos. Porém, se por esta razão considero que seus comportamentos são “irracionais” no sentido de que em verdade não tem fundamento racional algum em sua ação, estou supondo que são totalmente “incompreensíveis”, e isto não apenas cientificamente, mas também no trato interpessoal. Contudo, isto significa que neste campo não somente teria que considerar impossível o conhecimento científico, como também as relações interpessoais. Porém, o que na realidade faço com isso, é excluir o outro da comunidade humana e, desta maneira, em última instância, também renuncio a mim mesmo, já que sem a relação com o outro, eu não posso viver. Com nossos conceitos e procedimentos, temos buscado demonstrar que, se olharmos bem, o comportamento aparentemente incompreensível e “irracional” se mostra sempre como um comportamento “racional” sob uma referência reduzida à realidade: o outro atua em sua situação, tal como a vê, de maneira racional, subjetivamente em seu interesse, porém já que suas premissas são insuficientes, seu comportamento subjetivamente racional se volta objetivamente contra ele. De maneira que aqui jamais podemos dar-nos por satisfeitos com a sentença de que algo é “irracional”. Temos que buscar, sempre, por assim dizer, sob pena de sucumbir, compreender ao outro, esforçarmo-nos por encontrar as premissas sob as quais, para ele, seu comportamento tem que manifestar-se razoável, e então temos que discutir com ele sobre as suas premissas. Uma luta como esta, pela reconstrução da razão como única pré-condição para a compreensão interindividual é, em todos os planos, nossa única possibilidade de viver e sobreviver. E entendendo assim, não me encontro sozinho, mas em ilustre companhia, pois FREUD escreveu uma vez: “A voz do intelecto é suave, mas não descansa enquanto não consegue uma audiência. Finalmente, após uma incontável sucessão de reveses,

obtém êxito. Esse é um dos poucos pontos sobre o qual se pode ser otimista a respeito do futuro da humanidade (...) a longo prazo, nada pode resistir à razão e à experiência..." (O futuro de uma ilusão [1927], 2006, p. 61)

Capítulo II

Conceitos básicos da Psicologia Crítica

Tradução do Texto *Grundkonzepte der Kritischen Psychologie*, elaborado com base em uma apresentação feita durante a jornada inaugural no ano de 1984 do centro de formação do Sindicato Nacional de Educação e Ciência (**Gewerkschaft Erziehung und Wissenschaft**, República Federal da Alemanha) para um público de pedagogos e docentes escolares, membros deste sindicato. Publicado originalmente em 1985, na edição *Diesterweg-Hochschule*, Caderno 1: *Gestaltpädagogik – Fortschritt oder Sackgasse?* Berlim Ocidental. Publicado em inglês sob o título *Basic Concepts of Critical Psychology*, no livro *Psychology from the Standpoint of the Subject: Selected Writings of Klaus Holzkamp*, editado e traduzido por Ernst Schraube e Ute Osterkamp (2013).

I

Quando se trata de abordar a individualidade ou a psique, deve-se sempre considerar a sociedade. Não há quem duvide desta afirmação. A questão, porém, reside em como fazê-lo. De que forma a sociedade deve ser levada em consideração? Sobre esta questão há uma visão amplamente difundida, na qual a sociedade é meramente um ambiente que exerce influência sobre as pessoas. Para iniciar, podemos citar o modelo determinista ou de condicionamento da psicologia tradicional, que opera com variáveis ‘independentes’ e ‘dependentes’ e, em seus experimentos, produz condições sob as quais investiga o comportamento dos in-

divíduos. Quando aparece aqui a sociedade, a trata como uma 'variável independente', como um status socioeconômico, por exemplo, investigando seus efeitos sobre a conduta individual. Porém, também na teoria sociológica dos papéis, por exemplo, existem ideias similares de sociedade, onde aparece como um plexo de expectativas nas quais está exposto o indivíduo e pelo interior da qual este tem que se desenvolver. E há ainda os marxistas que concebem a sociedade de forma parecida: citam equivocadamente a sexta *Tese sobre Feuerbach*, chegando a afirmar que o marxismo considera o indivíduo como 'conjunto das relações sociais'. Estes partem, também, do pressuposto de que as condições sociais determinariam o indivíduo em particular. Mas isso contradiz um dos fundamentos da teoria de MARX, segundo o qual a especificidade do ser humano se centra na produção das condições e meios de vida, e que, portanto, não está apenas submetido às condições, mas que produz, ele mesmo, as condições sob as quais vive. O nexa entre a produção social e as condições humanas de vida no plano do conjunto da sociedade é o objeto principal da teoria de Marx.

O que a Psicologia Crítica tenta fazer agora, é compreender este nexa também no plano individual. Deste modo, posiciona-se contra a ideia vigente de um indivíduo unicamente condicionado pelas relações sociais. Busca, então, compreender o psiquismo ou a subjetividade a partir da dupla relação na qual o ser humano se encontra: submetido às condições sociais, sempre que produz, ele mesmo, estas condições. De início está claro que se trata de uma relação complexa. Por exemplo, estamos aqui nesta sala, em Berlim, na Alemanha, ou quem sabe onde... e o modo como podemos exercer uma influência sobre as condições às quais estamos submetidos, não é algo simples: estas condições não são precisamente simétricas, mas mediadas de um modo extremamente complexo.

Por um lado, parte-se da hipótese de que, no plano do conjunto da sociedade, o ser humano produz suas condições de vida. Mas, por outro, quando se começa a tratar estes problemas a

partir das posições assumidas pela psicologia hegemônica, torna-se absolutamente incompreensível como se poderia estar sequer em condições de participar desses processos.

Temos denominado esta concepção da psicologia tradicional de 'teoria do homúnculo'. A partir da imagem que esta teoria esboça do ser humano, é impossível compreender como a humanidade pôde sobreviver sequer três minutos, se os seres humanos fossem algo parecido ao que sugere a psicologia burguesa, já teriam se extinguido antes de ingressar na história natural. Nossa tentativa reside, portanto, em elaborar esta dupla relação como processos alternados: analisar o ser humano como produtor das condições de vida e, ao mesmo tempo, subordinado a elas. É a tentativa de elucidar as mediações entre as necessidades correspondentes à conservação do sistema social em seu conjunto e as necessidades subjetivas do indivíduo. Isso se baseia na ideia de que os seres humanos não apenas estão sujeitos às condições de existência, mas que também devem dispor delas para lidar com suas próprias vidas: nós produzimos as condições sob as quais vivemos, ou seja, o indivíduo particular é, de alguma maneira, partícipe da produção, transformação, aprovação e reprodução das condições sob as quais ele, então, volta a viver.

II

A Psicologia Crítica tenta desenvolver esta conexão a partir da categoria fundamental da 'capacidade de ação'. Esta categoria não representa uma possibilidade unicamente individual, mas uma mediação entre a atividade individual e social da vida. Sobre a categoria 'capacidade de ação', entende-se a capacidade que tenho de dispor, em associação com outros indivíduos, de minhas condições de vida individualmente relevantes. A concepção psicológica central que desenvolvemos e tentamos fundamentar com nosso trabalho, consiste no nexos entre o tipo e o grau da 'capacidade de ação' e a qualidade da situação subjetiva. Em outras palavras, a situação subjetiva em que se encontra o indivíduo é

um aspecto do grau e do tipo de sua 'capacidade de ação', ou seja, é tanto um aspecto subjetivo de suas possibilidades de ação, quanto da limitação delas. O sofrimento humano – em geral todo tipo de prejuízo, medo, angústia, etc., possui a qualidade da indefesa ante e a dependência das condições atuais, possui a qualidade do isolamento com respeito às possibilidades de controlar as condições de vida essenciais a longo prazo e a qualidade da restrição ou redução da capacidade de ação. Desta forma, em sua qualidade vital humana, a superação do sofrimento, a superação do medo e a satisfação não são alcançadas apenas acalmando as necessidades e proporcionando a segurança mais imediata, mas através do controle sobre as fontes da satisfação, ou seja, através do controle das condições das quais dependem as possibilidades da própria vida e do próprio desenvolvimento. Um ponto absolutamente central é, por exemplo, a fome: a fome é por um lado uma experiência atual dolorosa, mas o sofrimento não se dá apenas por causa desta carência imediata, mas também por encontrar-me numa situação em que tenho que passar fome, em que estou tão indefeso ao ponto de passar fome. Estes dois momentos, a indefesa diante das circunstâncias e a experiência imediata da carência, são, em nível humano, duas faces da mesma situação. Este tipo de situação imediata de insuficiência tampouco se supera quando alguém lhe proporciona algo com o que se satisfazer, mas através da superação desta desproteção e deste medo, conseguindo, junto com a superação da carência, ao mesmo tempo, o controle sobre as próprias fontes da satisfação, o controle sobre as condições das quais depende sua futura possibilidade de satisfazer a própria fome.

Outro exemplo é a situação do desempregado, uma situação basicamente indigna, que não se supera simplesmente dando-lhe de comer. Porque o ponto decisivo é que ele está entregue às forças sobre as quais não tem influência alguma e que depende de 'concessões' que podem lhe ser retiradas a qualquer momento. E, esta desproteção diante de situações vigentes e a impossibilidade de adquirir influência sobre sua própria perspectiva de vida

torna-se o momento central da redução de sua subjetividade, e a superação desta desproteção é, por assim dizer, a perspectiva central para o desenvolvimento de sua qualidade de vida. De maneira que, segundo nossa concepção básica, o psiquismo não é tão somente uma questão individual ou interna, mas a face subjetiva do tipo e grau do controle do indivíduo sobre suas condições objetivas de vida. Sua situação subjetiva, o 'estado' em que se encontra, é a qualidade subjetiva da experiência de sua capacidade de ação, ou da limitação desta capacidade. Isto significa que não se pode transformar a situação psíquica subjetiva apenas através do psiquismo: uma verdadeira melhora de sua qualidade subjetiva de vida é idêntica à ampliação de seu controle sobre as condições objetivas de vida; e conseqüentemente, idêntica à amplitude de sua aliança, sua possibilidade de associação com outros indivíduos. A partir disso, temos desenvolvido uma crítica diferenciada a dos distintos conceitos da psicologia tradicional, reelaborando os conceitos dos distintos aspectos psíquicos funcionais como, por exemplo, o pensar, a motivação, a emoção, etc. Adiante, esboço isso brevemente.

Essencialmente, a psicologia tradicional reduz o 'pensar' a 'resolução de problemas' em um entorno que se diz natural, dentro do qual se desenvolvem os indivíduos. Nós tentamos conceber o pensar como um 'pensar em desenvolvimento', em que podem ser compreendidas as contradições reais como tais. Enquanto no interior da psicologia tradicional as contradições existem somente no pensar e se age como se também fossem solucionáveis apenas no pensar, através de processos exclusivamente psíquicos, nós tentamos mostrar que o pensar é, na realidade, a possibilidade de uma representação não-contraditória das contradições reais, com a qual é possível reconhecê-las como aspectos da realidade mesma e superá-las na prática. Isso significa, também, que, dentro da psicologia tradicional, o pensar é um processo que tem lugar a partir de um posicionamento externo. O indivíduo pensante se encontra fora do processo que ele pensa, por assim dizer, é uma instância neutra, para além da história, uma instância que tenta captar a

realidade de algum modo. Nós, porém, destacamos o 'ponto de vista do sujeito' no pensar, ou seja: o pensar como o pensar do sujeito que se encontra, ao mesmo tempo, dentro do processo que ele tem que entender. Pois o problema está em que nós mesmos somos parte da sociedade que temos que reproduzir no pensar. Em tudo isso subjaz, por outro lado, uma espécie de círculo que se pode superar através de uma determinada distância cognoscitiva. Na realização desta abordagem tentamos sair da redução individualista do pensar, característica da psicologia tradicional.

Da mesma forma, temos tentado demonstrar que a 'emoção', na sua forma desenvolvida, ou seja, como momento da 'capacidade de ação', é uma valoração das possibilidades de ação no meio, segundo o padrão das próprias necessidades subjetivas. A partir daí, criticamos a ideia que considera as emoções como mera interioridade, desvinculadas de conhecimentos e ações. Posicionamo-nos contra as teorias burguesas das emoções, nas quais a emoção se concebe essencialmente como um fator perturbador do entendimento racional da realidade. Nós tentamos demonstrar que a emocionalidade cumpre uma função central na orientação do conhecimento e da ação e que, portanto, representa a pré-condição para uma reprodução cognitiva adequada da imagem do mundo. Daí em diante, tentamos compreender a mera 'interiorização' da emocionalidade e sua contraposição à 'racionalidade' como aspectos da existência privada burguesa, na qual se deixa de lado o compromisso emocional contra relações de vida desumanizadas.

Finalmente, também temos procurado demonstrar que a 'motivação', a possibilidade de perseguir motivadamente um objetivo, não pode ser separada de seu próprio conteúdo: posso perseguir um objetivo motivadamente tão somente se posso prever que, em sua realização, eu mesmo conseguirei ampliar as minhas possibilidades de vida, melhorar minha qualidade de vida. O que eu posso ou não perseguir motivadamente, depende de uma constituição objetiva em si. O que determina que alguém esteja motivado ou não para fazer algo, não consiste em uma mera ques-

tão psíquica (esta questão eu vou retomar mais adiante).

III

Até aqui expus a crítica à psicologia tradicional a partir da perspectiva do conceito ‘capacidade de ação’. Agora cabe formular a pergunta: por que a psicologia burguesa abarca o psiquismo dessa forma reduzida? E mais: por que encontramos este tipo de reducionismo, de alguma forma, em nossa experiência cotidiana? Pois, não se pode dizer que a psicologia burguesa está simplesmente errada, é evidente que reproduz certa imagem de nossa realidade. A mesma teoria que por um lado é criticada, por outro reproduz adequadamente aspectos de nossa realidade subjetiva. Como explicar esta contradição? Devemos recordar que não vivemos ‘na sociedade’ no sentido geral da palavra, mas sob determinadas condições históricas: sob relações antagônicas de classe da sociedade burguesa. Isso significa que, em todos os planos, a tentativa de ampliar a capacidade de ação – ou seja, de ampliar o controle sobre as condições – está ligada ao risco de se entrar em conflito com as instâncias de dominação que reivindicam para si o controle sobre o processo social. Na sociedade burguesa, a tentativa de ampliar minha influência ou de ampliar minhas próprias possibilidades de vida não é um processo livre de contradições, não se deixa realizar pura e simplesmente, mas acarreta sempre em uma situação de conflito: por um lado, está a necessidade subjetiva de ampliar o próprio controle sobre as condições existenciais, ou seja, de melhorar minha qualidade de vida, por outro, implica, ao mesmo tempo, o risco de entrar em conflito com as instâncias de dominação, em todos os planos, pois estas reivindicam para si o controle do processo social em seu conjunto. Embora isso se dê num plano político-geral, pode-se seguir seu rastro até as situações concretas da própria vida. Porque as estruturas de poder e dominação burguesas não são algo que tenham lugar unicamente em um terreno político, mas surtem efeito até nossos espaços mais íntimos. E, até onde cremos estar sós, seguimos submetidos

às reduções, contradições, vivências competitivas, tendências a 'privatizar', etc. presentes na sociedade burguesa.

Mas se é assim, significa que, dentro da sociedade burguesa, pode-se buscar a capacidade de ação de duas distintas maneiras, dependendo do modo em que se resolva esta contradição. A contradição entre, de um lado, a necessidade de ampliar as possibilidades de vida e, por outro, a antecipação do risco da perda da capacidade de ação ocasionada pelas instâncias de dominação.

Dependendo da forma como resolvo este tipo de contradição, passo a não dispor apenas da possibilidade de aumentar minha capacidade de ação ampliando meu controle sobre as condições. Pois para cada um de nós, e em muitas situações, torna-se adequado tratar de adquirir capacidade de ação no marco das relações estabelecidas, por assim dizer, organizando nossa ação em concordância com a instância de dominação dada, de tal maneira, que participemos de seu poder ou, ao menos, neutralizemos sua ameaça em um grau que, dentro deste marco, nos outorgue certa 'liberdade' ou capacidade de ação. A essa segunda alternativa de adquirir capacidade de ação, no reconhecimento dos limites estabelecidos e em cumplicidade com as relações dominantes ou em um agir de acordo com elas, chamamos de *capacidade restritiva de ação*. Fizemos um grande esforço para expor detalhadamente esta capacidade restritiva de ação, a qualidade específica de sua experiência e seu caráter contraditório. Uma especial atenção nos exigiu a contradição central: com a tentativa de adquirir a capacidade de ação através da participação no poder das instâncias dominantes, fazendo uso das margens de manobra concedidas, confirma-se e se afirma, ao mesmo tempo, a própria dependência. À medida que tento adquirir 'liberdade' de ação no marco das relações de dominação estabelecidas, nego de certo modo esse mesmo espaço de liberdade, pois se trata de um espaço concedido, e como tal, as instâncias de dominação podem revogar sua concessão a qualquer momento. Portanto, encontro-me numa situação em que, em busca de segurança e satisfação a curto prazo, prejudico os meus próprios interesses gerais de vida a longo prazo. Esta

é a contradição que chamamos 'auto-inimizade'. Logo, tentamos mostrar que este tipo de dano a si mesmo, mediante o agir concordante e comprometido com as relações estabelecidas, não pode ser consciente, mas apenas inconsciente. Este foi o ponto de partida para o desenvolvimento de nosso conceito de 'inconsciente', nosso conceito de 'mecanismos de defesa', de 'recalque', etc.

Esse é um conceito central para uma análise psicológica concreta: tentar compreender a alternativa restritiva da capacidade de ação, examinar com atenção seu caráter contraditório, para elucidar o 'cenário' da própria situação subjetiva que o sujeito se encontra. A análise elucidada aqueles momentos em que um sujeito entra em contradição consigo mesmo: a curto prazo, ele quer aproveitar a situação, mas, na realidade, a longo prazo, ele está prejudicando a si mesmo; ou, ao tentar se ajudar de um modo imediato, o sujeito se limita à base da qual poderia ampliar suas próprias possibilidades de vida. E há outro aspecto que também é essencial: nesta capacidade restritiva de ação, entra em jogo o controle e a dominação sobre outras pessoas, no lugar do controle comum sobre nossas condições sociais de vida. Pois, ao aceitar submeter-se às instâncias de dominação e ao querer participar delas a fim de assegurar suas próprias possibilidades de vida, transmite-se ativa e automaticamente esta opressão a outras pessoas ainda mais dependentes. Este momento, o do controle sobre os demais – eu 'me salvo' a mim mesmo, tratando de controlar os demais –, é um traço característico da capacidade restritiva de ação. E nele se faz patente justamente esta contradição: no momento em que vivo à custa de outros indivíduos, limito a minha própria possibilidade de vida, reduzo a base para minhas alianças, reduzo minhas possibilidades de associação, me isolo. Ao mesmo tempo em que tento impor-me contra os demais, a minha própria base existencial é reduzida.

IV

Em rigor, a psicologia tradicional representa uma espécie de estilização científica desta alternativa restritiva da capacidade de ação. Boa parte de nosso trabalho se destinou a demonstrar este fato. Quando a psicologia burguesa aborda o pensar, a emocionalidade, a motivação, etc., o faz como se o modo humano geral de enfrentar a vida fosse o do indivíduo que ‘aceita’ as relações dadas ‘como são’ e tenta se desenvolver com êxito dentro delas. Por um lado, a imagem que a psicologia tradicional reproduz de nossas relações de vida é, portanto, adequada em respeito a essa realidade. Mas, por outro lado, quando reproduz essa imagem, o faz como se não existisse outra possibilidade se não o de ‘aceitar’ as condições dadas ‘como são’ e de atuar de acordo com isso. E, conseqüentemente, concebe o psiquismo de tal modo que coincida exatamente com esta alternativa. A outra alternativa, a de ampliação da capacidade de ação e suas determinações respectivas (emocionalidade, motivação, etc.), é deixada de lado. Assim, torna-se implicitamente parte das relações sociais dominantes, pois descreve essas relações como se fossem relações naturais, impossíveis de mudar.

Vou ilustrar isto tomando, por exemplo, a *motivação* (poder-se-ia tratar também da questão do pensar e da emocionalidade, mas isso tomaria mais tempo do que dispomos). Como já foi dito, buscamos demonstrar que um agir motivado tão somente se pode entender através do conteúdo de seus objetivos correspondentes. Só posso perseguir objetivos de maneira motivada se em sua realização eles me dão, por meio de seus conteúdos, a possibilidade de ampliar minhas possibilidades de vida. O “estar motivado” depende dos objetivos, não é uma questão meramente psíquica. Não posso perseguir de maneira motivada objetivos a respeito dos quais não está claro o que poderiam significar para mim, com os quais me limito, ou com os que conscientemente me prejudicaram. Ao invés disso, na psicologia burguesa, busca-

-se abranger a motivação colocando-se de lado estes conteúdos. Deixa-se de lado a referência aos interesses que está incluída no conteúdo dos objetivos. Deixa-se de lado a questão: em que medida esses interesses são 'meus interesses' e a quais interesses sirvo, de fato, quando persigo estes (determinados) objetivos? Mas, ao deixar de lado tudo isso, resta apenas o problema básico da motivação: como se pode conseguir que as pessoas façam voluntariamente o que devem fazer? Por esta razão, para a psicologia tradicional, o processo motivacional é na realidade um conceito de 'coerção interna', a internalização de coerções externas em forma de motivação. Trata-se de que eu possa fazer a mim mesmo crer que persigo motivadamente determinados objetivos, deixando desde o início de fora da minha consciência a pergunta sobre o interesse a que servem. Ou seja, aqui, neste tipo de 'motivação' como coerção interna, coerção interna em forma de motivação, finge-se para mim uma espécie de liberdade de ação; trata-se de um processo em que eu mesmo recalco e mantenho fora da minha consciência os limites de meu espaço de ação. Isso expõe uma espécie de versão subjetiva do que podemos chamar de conceito burguês de liberdade. A liberdade é dada sempre para que eu não conheça as margens de manobra que limitam minha liberdade e, a partir do momento em que começo a me chocar com estes limites, fica imediatamente claro que esta liberdade não era uma questão tão grandiosa. Hans Apel, por exemplo, não deveria ter proferido esse discurso na assembleia geral do Partido Socialista Unificado da Berlim Ocidental. Mas ele o fez e perdeu seu emprego, apesar de ter um contrato para a vida toda como funcionário público⁴¹.

41 N.d.T.: Segundo a legislação laboral da República Federal da Alemanha, uma vez contratados pela instituição estatal e após um período probatório, os professores das escolas e universidades públicas obtêm o status de funcionário públicos que corresponde a um contrato de trabalho por toda a vida e uma série de direitos e obrigações especiais. Em sua parte, o *Berufsverbot* (a proibição de exercer a profissão) permite ao Estado excluir pessoas de funções públicas segundo critérios políticos. Para fundamentar legalmente estas proibições, basta que uma revisão realizada segundo critérios definidos pelo governo considere a posição política do empregado público é anticonstitucional. A aplicação dos *Berufsverbot* serviu e serve particularmente à perseguição da esquerda

Ele fez, portanto, mau uso de sua liberdade. Isso significa que, se quero me sentir livre, tenho que me impedir, ao mesmo tempo, de tocar estes limites. Na realidade, só posso me sentir livre se nem sequer conheço esses limites, se recalco a realidade de sua existência. Porque, caso contrário, sei que não sou livre. Para esta situação, temos uma linda imagem: a de um peixinho-dourado em um pequeno aquário. Se este peixinho desenvolve um mecanismo graças ao qual sempre nada de modo que jamais tocará no vidro do aquário, pode imaginar estar nadando através do oceano atlântico. Essa é, por assim dizer, a liberdade do 'mundo livre'.

V

Esta é, em síntese, uma de nossas críticas fundamentais à psicologia tradicional: primeiro, ela estiliza um determinado aspecto de nossa realidade – o de aceitar as relações de dominação 'como são', etc. – e o expõe como a forma geral de vida humana. Logo, ao mesmo tempo em que produz reflexões, que neste plano são certamente adequadas, fixa e limita ao indivíduo a sua a desproteção diante das relações existentes. Frente a isso, com o giro positivo do desenvolvimento do conceito de 'capacidade de ação', nossa crítica principal aponta contra toda a redução de nossos impedimentos e conflitos às questões psicológicas e pessoais. Isso significa que nos opomos a que se concebam as limitações objetivas reais de nossas possibilidades de vida como limitações meramente psíquicas, que se referem somente à interação no entorno social-interpessoal ou grupal mais imediato, e buscamos, a partir de uma posição mais desenvolvida, mostrar a estreiteza desta concepção.

O ato de remeter os indivíduos à subjetividade imediata e

anticapitalista e antifascista. Este é, por exemplo, o caso citado por HOLZKAMP: Hans APEL, professor de um instituto de ensino secundário na Alemanha, que proferiu um discurso durante o IV congresso do **Partido Socialista Unificado de Berlim Ocidental** (partido que se aproximava das posições do **Partido Socialista Unificado** da República Federal Alemã, assim como do **Partido Comunista**). Logo após esse discurso, iniciou-se um processo judicial que culminou com a edição de um *Berufsverbot* desfavorável a ele em maio de 1975.

ao âmbito 'social' imediato de seus vínculos com outros indivíduos orienta-se apenas aparentemente em suas necessidades de vida subjetivas. Pois, apesar das limitações e contradições se manifestarem em minha situação subjetiva imediata, não é ali o lugar em que tiveram origem, nem é possível mudá-las ou transformá-las neste plano. Logo, não passam de uma grande ilusão as impressões que transmitem os psicólogos e terapeutas: 'mas isso é tão simples... eu sou apenas eu, e ali está o outro (meu parceiro, meu sócio, etc.) e não necessitamos mais do que ordenar nossas relações imediatas; tenho que melhorar o trato a mim mesmo, tenho que transformar minhas emoções, tenho que aprender a relaxar; com meu parceiro tenho que...', etc., etc. O que aqui ocorre é, no fundo, uma fixação no plano da manifestação, plano em que, por princípio, é impossível solucionar estes problemas. E se os afetados não vislumbram o nexos em que se encontram estes problemas, podem passar toda a vida tentando em vão solucionar seus problemas deste modo. Quando alguém se encontra dentro do contexto terapêutico, isto significa, por exemplo, a mudança permanente de terapia, porque a anterior 'não era a correta'. Ou diz-se que um dos sujeitos da relação ainda não domina 'algo' ou que, ainda, não é capaz de 'relaxar' totalmente. Um deles deve exercitar-se mais, por exemplo, na relação com seu parceiro, tem que aprender a ser mais tolerante. Porém, efetivamente, existem causas objetivas para nossos problemas, pois nos encontramos em relações sob as quais tão somente é possível viver às custas do outro, relações que não nos permitem outro tipo de condução da vida. Se este aspecto não é reconhecido e é deixado de lado, a relação com o outro se transforma em uma espécie de armadilha ou beco sem saída. Ele tenta permanentemente mudar tão somente os métodos com os quais deseja solucionar seus problemas agora, de maneira imediata, sem perceber que o problema não está nos métodos, mas na ideia de que alguém poderia melhorar sua situação subjetiva e sua qualidade de vida de um modo duradouro sem melhorar suas próprias condições de vida, ou seja, sem desenvolver sua capacidade de ação como controle sobre as condições gerais e individuais de sua existência.



Capítulo III

O processo social e individual da vida

Tradução do texto *Zum Verhältnis zwischen gesamtgesellschaftlichem Prozeß und individuellem Lebensprozeß*, publicado originalmente em 1984, em um número temático especial (*Diskussions-Sonderband 6: 'Streitbarer Materialismus'*) da revista *Konsequent*. Esta revista foi órgão de publicação do Partido Socialista Unificado de Berlim Ocidental (*Sozialistische Einheitspartei Westberlins*, SEW), partido próximo das posições do Partido Socialista Unificado da República Democrática Alemã, assim como do Partido Comunista Alemão. Na Berlim Ocidental, das décadas de 70 e 80, este partido tinha certa presença dentro do movimento pacifista, nas organizações dos exilados das ditaduras latino-americanas e nos sindicatos, como o Sindicato Nacional de Educação e Ciência, círculos onde também se difundiam os números temáticos especiais da revista *Konsequent* que, em geral, incluindo contribuições de variados e conhecidos cientistas, encontrava difusão especial no âmbito da discussão científica marxista. Mais adiante, este texto de Holzkamp também foi publicado em inglês com o título *Societal and Individual Life Processes*, no livro *Critical Psychology: Contributions to an Historical Science of the Subject*, editado e traduzido por Wolfgang Maiers e Charles W. Tolman (1991).

I

Com o título *Streitbarer Materialismus*, este volume da Revista *Konsequent* tem por tema o materialismo antidogmático

que, sobre a base de seus fundamentos, não foge ao debate⁴². Este materialismo, em seu esforço permanente de mostrar o conteúdo limitado das posições burguesas e sua sujeição ao ponto de vista capitalista de classe, enfrenta, vez ou outra, posições que buscam relegá-lo ao “seu âmbito de incumbência”, o de uma análise econômica. Segundo estas posições, o marxismo deveria limitar-se à mera análise da situação dos indivíduos e não à análise destes indivíduos (sua disposição psicofísica, sua constituição biológica, suas necessidades vitais, em poucas palavras, sua “natureza”). Esta é uma visão implícita em numerosas vertentes da psicologia cotidiana, assim como em outras que se pretendem científicas, e que consideram que não é sequer necessária uma análise econômica quando se trata das condições de vida dos indivíduos, pois essas mesmas condições se entendem pura e simplesmente como um “mundo de estímulos”, um “entorno” natural, etc. Mas também é uma visão implícita em concepções materialistas de caráter diverso que buscam entender, a partir do marxismo, as “relações” entre os seres humanos, mas que, para elucidar a “natureza” humana recorrem a outros enfoques, em especial aos provenientes das ciências do sujeito alheias ao marxismo, como por exemplo, a psicanálise. E pode-se dizer que tal recurso está implícito até mesmo na prática de muitos marxistas que, simplesmente, se declaram incompetentes em questões “psicológicas”, às quais remetem “aos psicólogos”.

Para o marxismo, trata-se de libertar todo o conhecimento humano da ideologia burguesa e a práxis que dele se deriva, situando-o, deste modo, em um novo nível histórico. Por princípio, seria, assim, um erro formular e limitar uma questão de acordo

42 N.d.T.: Em alemão, a palavra “*Streit*” significa “luta”, “debate”. “*Streitbar*” vem a ser a atitude de “não fugir ao debate”, de modo que a frase “materialismo antidogmático que, sobre a base de seus fundamentos não foge ao debate” descreve e traduz o significado do título *Streitbarer Materialismus*. Ao mesmo tempo, esse último faz referência ao título alemão de um escrito de V.I. LENIN (1922), *Über die Bedeutung des streitbaren Materialismus* (Lenin Werke, tomo 33), traduzido do russo, e que, em português, intitula-se *Sobre o significado do materialismo militante*.

com um atribuído “âmbito de incumbência”. E, por esta razão, tampouco se deve rechaçar a discussão fundamentada na hora de elucidar cientificamente a “natureza humana”. Se, para os marxistas, o ponto central é o ser humano, não se pode pensar que não seja necessário, ou que não se possa dizer algo específico com respeito à realidade sensível dos seres humanos.

Se afirmamos que o materialismo dialético também deve ser capaz, em potência, de discutir, de maneira antidogmática e fundamentada, frente às posturas referidas ao psiquismo ou à “natureza humana”, pressupõe-se que, na teoria marxista existe a possibilidade de que isto aconteça ou possa ser desenvolvido a partir da mesma teoria. Além disso, já que o marxismo é, de fato e sem dúvidas, uma teoria na qual a análise das relações e movimentos econômicos recebe um lugar central inevitável, em nosso contexto deveria ser possível conceber a análise econômica e determinar o conceito de “economia” de tal modo que também seja possível compreender e fundamentar os enunciados referidos à “natureza humana” como resultado da análise econômica (em sentido mais amplo da palavra). Mas, como realizar isso?

Muitas tentativas estéreis mostraram que não é possível avançar nesta direção se somente se toma por base a “anatomia da sociedade burguesa”⁴³ de MARX para logo tratar de avançar na explicação e especificação da estrutura do modo de produção capitalista, ou a estrutura de determinadas sociedades capitalistas até chegar por último ao indivíduo. Por mais precisas e diferenciadas que possam ser estas análises, o ‘próprio indivíduo’ acaba sempre ‘de fora’. E olhando para ele, somente duas alternativas são oferecidas: uma consiste em “economizar” o indivíduo no sentido de colocar em seu lugar as relações sociais e, citando falsamente a sexta das *Teses sobre Feuerbach* (MARX [1845], MEW⁴⁴ 3, p. 6), con-

43 N.d.T.: Em alemão, *Anatomie der bürgerlichen Gesellschaft*. MARX utiliza esta denominação no *Vorwort* de *Zur Kritik der politischen Ökonomie* ([1859] MEW, tomo 13, p. 8; cfr. o *Prefácio à Contribuição à crítica da economia política*, 1977, p. 301.

44 N.d.T.B: MEW = *Marx-Engels-Werke* – Edição alemã que concentra as

siderar o 'indivíduo' como "conjunto das relações sociais"; a outra consiste em tomar emprestado, ainda que timidamente, elementos dos enfoques burgueses, por exemplo, outorgando-lhe certos direitos especiais à psicanálise com respeito a estas questões. Esta problemática tampouco muda em seus aspectos fundamentais, se, por um lado, como faz SÈVE, se distingue entre os "indivíduos concretos" e o conjunto das relações sociais como "essência humana" (ver [1969] 1973, p. 215 e 237), mas, em seguida, por outro lado, se concebe novamente o indivíduo concreto empregando unicamente conceitos tomados da "anatomia da sociedade burguesa" de MARX. Na realidade, aqui o indivíduo também fica 'de fora' e a posição de SÈVE, disposta finalmente a uma solução de compromisso frente à psicologia e à psicanálise, às quais concedeu uma significação autônoma dentro de seus 'limites' e 'fronteiras legítimas' (ibid. p. 270), é somente uma consequência lógica.

Isto alude ao dilema da análise econômica da individualidade humana, um dilema que se resolve de uma só vez quando se recorda a sentença de MARX e ENGELS: "conhecemos somente uma única ciência: a ciência da história" ([1845-1847], MEW 3, 18; cfr. "A ideologia alemã", 2007, p. 86) ou quando se leva a sério a frase de LENIN sobre a dialética materialista como "a doutrina do desenvolvimento mais vasta, mais rica de conteúdo e mais profunda" (Lenin, 1914/1977, p.10). Em nosso contexto, isso seria lido: quando se abre a dimensão histórica da análise "econômica". Assim, reconhece-se, precisamente, que as relações "econômicas" da vida não estão simplesmente "dadas"; mas, como formas especificamente humanas de produção da existência, se originaram a partir de outros modos pré-humanos de produção da vida. E assim é possível superar, como tal, a confrontação que situa por um lado as "relações econômicas" e por outro a "natureza interna" dos indivíduos. Então, pode-se compreender que com o desenvolvimento histórico da forma socioeconômica de produção da vida, também deve ter se desenvolvido, necessariamente, a "nature-

produções de Marx e Engels.

za” dos seres vivos, de tal modo que eles se tornaram capazes de participar do novo processo “econômico” de produção social dos meios de subsistência e das condições de vida. Esta é uma questão central que se torna ainda mais clara quando se tem presente um fato trivial: nenhum ser vivo não-humano, por mais altamente desenvolvido que seja e por maior que seja a dedicação que lhe é conferida, é capaz de fazer parte, como um portador individual, do processo de produção econômico-social da vida.

É conhecido o curioso experimento do casal KELLOG, que criou seu próprio bebê junto a um pequeno chipanzé sob condições iguais de desenvolvimento e educação, chegando ao resultado – não inesperado – de que o chipanzé (depois de êxitos iniciais nos quais tinha certas vantagens frente ao bebê) não pode seguir à criança em seu caminho até a socialização, permanecendo dentro dos limites de suas possibilidades biológicas ‘específicas’ – as de sua espécie. Do mesmo modo, quando em experimentos modernos de igual orientação se tenta ensinar um chipanzé a falar – durante meses e meses de adestramento, ensinar uma série de signos de linguagem de surdos aos animais – ao interpretar os resultados, nem os mais otimistas concluem que os chimpanzés podem ‘falar’ no sentido humano da palavra. É óbvio que foi o ser humano com suas atividades de adestramento que ensinou a ‘Sarah’ ou ‘Washoe’ (estes eram os nomes dos chipanzés em questão) a se comportarem externamente e em um âmbito limitado de maneira “semelhante ao ser humano”, mas os chipanzés entre si nunca foram capazes de desenvolver um processo de aprendizagem deste tipo. Em síntese, está claro que o ser humano dispõe de uma “natureza” para a qual, dentre todos os seres vivos, somente ele é capaz, de socializar-se individualmente sobre base de suas potências de desenvolvimento “naturais”.

Por um lado, no conceito de “natureza social” que acabo de introduzir se supera o confronto entre caráter “natural” e “social” do indivíduo, visto que se supõe que o caráter “social” do ser humano está previamente em sua “natureza”. Mas, por outro lado, este conceito contradiz abertamente as ideias tradicionais e

a divisão entre as disciplinas científicas. Neste sentido, se poderia objetar que a natureza é algo cuja investigação é relativa à ciência natural e que a “natureza interior” do ser humano compete à biologia ou a uma psicologia que se considere como “ciência natural”, enquanto as relações sociais são investigadas por ciências sociais como a sociologia e a economia. Ao falar de uma “natureza social”, se negaria simplesmente a divisão do trabalho presente neste terreno e somente se uniria mediante um jogo de palavras, o que não corresponderia entre si, o que seria contrário. Assim, falar de um modo paradoxal de uma natureza social do ser humano não equivaleria a uma demonstração da mediação real entre a natureza interna e a sociedade, nem muito menos nos explicaria como caracterizar o conteúdo desta ‘natureza social’.

É claro que esta possível objeção deve ser tomada com seriedade. Podemos argumentar que, de acordo com sua natureza interior, o ser humano, diferentemente de todos os demais seres vivos, deve ser ‘capaz de socializar-se’, pois, caso contrário, não seria o único ser vivo que se desenvolve integrando-se no processo social de produção da vida. E, em virtude disso, também deve ter se formado, junto com a origem histórica da forma social e econômica da produção da existência, a ‘natureza social’ do ser humano como lado ‘subjetivo’ da economia. No entanto, dizer isto é somente um postulado, mesmo que esteja fundamentado. Falta estabelecer como se constitui um processo histórico desse tipo em que, com o desenvolvimento da forma econômico-social da produção da vida, se ‘socializa’ ao mesmo tempo a ‘natureza interior’ dos indivíduos. Fica em aberto como se pode mostrar, por meios científicos, que um processo desse tipo é possível e que tipo de ‘natureza’ resulta do mesmo.

II

Está claro que, no que diz respeito ao processo de hominização que leva ao estágio econômico-social do desenvolvimento evolutivo, inicialmente, apenas se pode supor que governam as

leis biológicas da evolução, em particular a lei de desenvolvimento por mutação aleatória e seleção natural. Mas isso significa que as leis da evolução têm que haver produzido, por si mesmas, um nível de desenvolvimento filogenético, no qual já não seriam decisivas a mutação e a seleção, mas a produção “econômica” de meios e condições de vida sobre a base da natureza “social” do ser humano. Ou seja, juntamente com a formação da natureza e o caráter social do ser humano, as leis da evolução devem ser revogadas como fatores determinantes do desenvolvimento. Este é o aparente paradoxo da “natureza social” do ser humano a partir da perspectiva da teoria da evolução. Mas este tipo de “paradoxo” não pode, de qualquer forma, interromper o processo de esclarecimento científico. Em vez disso, pode-se mostrar que conceber este tipo de processo antropogenético de socialização da natureza humana sob as leis da evolução não constitui apenas uma interpretação possível. Atualmente, é a interpretação do processo de hominização mais adequada do ponto de vista científico. Para ilustrar este ponto, citarei brevemente alguns resultados da pesquisa crítico-psicológica.

Trata-se da elaboração dialético-materialista da transição que leva do desenvolvimento filogenético em que regem unicamente as leis da evolução, para o desenvolvimento social-histórico como importante conversão da quantidade em qualidade. Isto é alcançado decompondo-se analiticamente essa conversão qualitativa em uma sucessão de passos diferenciados, empiricamente comprováveis. Desta maneira, é possível destacar dois traços característicos da etapa precursora deste desenvolvimento no qual surgiram as condições prévias para a conversão qualitativa, que, em todo caso, não se chegou ainda a produzir:

– Um é o desenvolvimento que leva das inter-relações aprendidas dos seres vivos para uma coordenação supra-individual-coletiva da produção da existência, na qual os indivíduos assumem funções parciais dentro de um objetivo geral, isso é bem ilustrado com o exemplo clássico da coordenação entre “caçador”

e “batedor?” descrita por LEONTIEV (1959/1983, p. 59), em que o batedor espanta o animal que se quer caçar na direção do caçador que o matará e o compartilhará.

– Outra característica é a do desenvolvimento do uso e preparação dos meios de apoio; por exemplo, as varas para bater e alcançar objetivos relacionados a casos concretos, as varas usadas para extrair (ou ‘pescar’) cupins de seu ninho (veja, por ex., GOODALL e LAWICK, 1971), etc.

Segundo nossas análises, estas duas precondições formaram a base de um primeiro salto qualitativo até a hominização, de onde se “inverteu”, por assim dizer, a relação entre fim e meio, na preparação e no uso de meios de apoio: ainda que anteriormente, os meios de apoio eram empregados somente em vista a um objetivo específico relacionado a uma necessidade (por exemplo, uma vara para alcançar uma banana concreta) e depois eram deixados de lado, agora se produz, pouco a pouco, uma mudança de função dos meios de apoio. De modo cada vez mais acentuado, estes meios se produzem não somente em conexão a uma atividade do momento, mas para fins generalizados (por exemplo, alcançar frutas); ou seja, se acumulam, se aperfeiçoam etc. O significado central dessa mudança de função é que aqui se impõe um momento de previsão planejada e generalizada no processo da produção da existência: os meios de apoio, que constituem as primeiras formas de ferramentas, se preparam para o caso de serem necessários, para quando no futuro se produza uma situação de necessidade e escassez, na qual seriam meios apropriados para resolvê-la. Esta forma nova, generalizada, de produção e utilização de ferramentas se originou desde o princípio em conexão com a coordenação supra-individual das atividades anteriormente mencionadas. Ao surgir e conformar-se a capacidade de produção planejada de ferramentas para fins generalizados no futuro, também a coordenação social adquiriu uma nova qualidade: o novo tipo de ferramentas estava à disposição do uso coletivo; na coordenação das diversas funções podiam ser produzidas tanto ferramentas para os outros e usar as ferramentas que haviam sido

produzidas, quanto empregar diferentes ferramentas de maneira combinada e no contexto de uma divisão de trabalho. Desta maneira, por meio da mudança de função no processo de produção da vida (dos meios de apoio até as ferramentas) o momento da previsão generalizada se transformou na forma anterior da previsão social generalizada como determinação central dos processos de produção da existência em sociedade.

No contexto de nossa argumentação é importante o fato de que a nova forma de produção da existência não se impôs de uma só vez. Correspondendo às características fundamentais do processo evolutivo, isto se deu paulatinamente, em prolongados lapsos de tempo, dentro dos quais continuava sendo determinante a forma biológica da produção da vida em um entorno natural. Portanto, embora a nova forma de produção da vida já seja específica do processo existencial, ainda não é dominante. Isto significa que, apesar da nova forma social de produção da vida, as leis de mutação e seleção ainda surtiam efeito. A nova forma social da produção da existência teve que se impor à base do processo biológico evolutivo. E foi decisivo o fato de que pode fazê-lo, pois, enquanto esta forma de produção existencial permitia uma previsão generalizada mediante a produção de ferramentas, representava uma imensa “vantagem seletiva”. Esta é a chave que nos permite elucidar o processo da gênese da “natureza social” do ser humano a partir da perspectiva da teoria da evolução: a “natureza social” nasceu em uma fase da antropogenia, na qual a forma social da produção da existência ainda repercutia, devido às vantagens seletivas que tinha, na informação genômica, ou seja, na natureza biológica do ser humano. Deste modo, a análise materialista-dialética põe em destaque, a partir de uma perspectiva científico-natural, o processo de mediação por meio do qual se formaram as condições biológicas do ser humano que conduziram ao desenvolvimento de suas potencialidades para a participação em uma forma social de produção da vida. Este é, portanto, o processo de mediação pelo qual, a “natureza interna” destes seres vivos se fez “social”. Com isso, fica facilmente resolvido o

aparente “paradoxo”.

Na fase antropogenética, após o “primeiro salto qualitativo” para a hominização, reforçaram-se mutuamente e de modo crescente, por um lado, o desenvolvimento da forma social de produção da existência, e, por outro lado, o desenvolvimento da “natureza social” do ser humano. O ser humano adquiriu, em um grau cada vez maior, a capacidade de produzir a vida de forma social e, assim, aumentou cada vez mais a vantagem seletiva que traria consigo e que repercutiria na “natureza” do indivíduo. Segundo os resultados de nossa investigação, esta interação, somada a outras condições, fez com que, paulatinamente, adquirisse um peso cada vez maior, a forma social frente à forma biológica, que ainda continuava presente na produção da vida. A conversão, propriamente dita, da dominância do desenvolvimento meramente filogenético-evolutivo à dominância do desenvolvimento social-histórico como segundo e definitivo salto até a hominização ocorreu devido à produção e utilização social crescente de ferramentas. E assim, em um ponto determinado do desenvolvimento, a dominância da adaptação do organismo ao entorno se inverteu na adaptação ativa do entorno aos indivíduos por meio da transformação objetivadora da natureza em previsão social generalizada. Desta maneira, a forma de produção existencial do trabalho em sociedade se desenvolveu como processo de apropriação e objetivação social planejada da natureza pelo ser humano. Aqui são de importância diversos aspectos:

– Em primeiro lugar, o mundo objetual criado pelo ser humano torna-se, junto com as relações sociais em que o ser humano ingressa, portador autônomo do desenvolvimento. Da “ecologia” natural se passa à “economia” social. Sobrepõe-se assim ao processo filogenético um processo histórico-social no qual tem lugar o processo de adaptação mútua entre o ser humano e o mundo mediante a transformação coletiva e ativa da natureza em uma nova dimensão da efetividade e progresso (desenvolvimento filogenético: centenas de milhares de anos; desenvolvimento his-

tórico social: séculos, décadas, desenvolvimento que se intensifica e acelera de maneira crescente).

– O segundo aspecto de importância é que, ao mesmo tempo, as leis da evolução são revogadas como fatores determinantes do desenvolvimento devido a sua própria efetividade na fase precedente de transição à hominização. Na produção social “econômica” da vida já não é determinante a “seleção natural”. Pelo contrário, por meio da previsão coletiva generalizada, impõe-se uma estratégia de limitação e superação dos processos “naturais” de seleção, relacionados ao sustento e sobrevivência das unidades sociais e, desta maneira, a cada um dos indivíduos.

– Além disso, devido à nova magnitude que adquire sua progressão, o processo sócio-histórico, que se torna dominante, origina um desenvolvimento extremamente acelerado das condições de vida dos indivíduos. Comparativamente, os processos de transformação evolutivos determinados pela seleção são extremamente lentos e sua relevância para o desenvolvimento tende a zero. Em seu lugar, regem leis próprias do desenvolvimento histórico-social. Neste sentido, e segundo a teoria das formações sociais básicas, se desenvolvem como estágios do processo social, a partir da “sociedade primitiva”, a “sociedade escravagista”, o ‘feudalismo’, o ‘capitalismo’ e o ‘socialismo’⁴⁵.

Se, deste modo, o processo sócio-histórico transformou-se em dominante, isso significa que, por um lado, devido a uma repercussão – de caráter seletivo – da forma de produção social da vida na transformação genômica, o desenvolvimento da natureza social do ser humano chega ao seu fim. A seleção natural que originava o processo de desenvolvimento é praticamente abolida pelas leis sociais do desenvolvimento. Mas, por outro lado, a seleção natural pode ser substituída pelo processo social devido a que, na

45 N.d.T.: Em uma conferência de conteúdo muito similar, HOLZKAMP (1984e) agrega a este respeito: “A teoria sobre a sucessão de estágios do desenvolvimento histórico é em certo sentido ingênua e pode ser criticada em muitos aspectos, mas serve para ilustrar o fato que queremos explicar, isto é, a existência de uma transformação das relações vitais na forma de desenvolvimento histórico”.

fase intermediária, a capacidade individual para a participação no processo social havia tomado tanta força que agora os indivíduos tornaram-se capazes de realizar e levar a cabo, de acordo com suas possibilidades naturais de desenvolvimento, o processo de desenvolvimento social. Isto significa que a capacidade de aprendizagem e desenvolvimento especificamente humano não encontra seus limites definitivos na biografia pessoal do indivíduo, mas, além disto, representa a capacidade para a apropriação e objetivação de conquistas e necessidades em constante mudança, no contexto das exigências e das possibilidades de satisfação sempre novas, que surgem no processo histórico. Quer dizer que a “natureza social” do ser humano não está constituída por algum tipo de “constante antropológica”, mas, pelo contrário, enquanto potência histórica de desenvolvimento, permite também aos indivíduos de qualquer grau de desenvolvimento histórico-social, mediante a apropriação social ampliada da natureza, transformar, como disse MARX, ‘sua própria natureza’⁴⁶. A “natureza social” como potência de desenvolvimento natural é, ao mesmo tempo, condição de possibilidade para a socialização concreta da natureza individual conforme as relações de vida específicas da formação, da classe e da localização.

III

Examinemos agora com maior atenção a transição que conduziu da dominância global da filogenia à dominância do desenvolvimento histórico-social. Como repercutiram os começos da produção social na informação genômica do ser humano? Que particularidades adquiriu sua natureza interna? Aqui fica evidente que os seres vivos não ingressaram neste processo de homi-

46 N.d.T.: O homem “se confronta com a matéria natural como uma potência natural (*Naturmacht*). A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mão. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.” (MARX, 1867/2013, *O Capital*, p. 255).

nização como uma “tábula rasa”. Antes, têm um grande desenvolvimento filogenético de possibilidades naturais atrás de si, um percurso que conduz a um estado concreto do desenvolvimento. Obviamente, é preciso saber qual era esse estado de desenvolvimento dos seres vivos ao ingressarem no processo de hominização, se se pretende determinar analiticamente as características que conduzem à superação, em vez de conservação, em uma nova qualidade e que agora constitui a natureza “humana” dos indivíduos. Portanto, partindo da conversão [*Umschlag*] a uma forma de produção econômica da vida, a questão é: o que se socializa, com esse passo, na natureza interior dos seres vivos mediante a capacidade de aprendizagem e desenvolvimento especificamente humanos?

Para chegarmos ao esclarecimento deste problema é necessário ampliar ainda mais a dimensão histórica da análise. Não basta investigar as implicações da transição da forma exclusivamente filogenética de produção da vida para a forma com predomínio histórico-social a fim de elucidar a “natureza interna” dos seres vivos. Antes, é necessário reconstruir todo o processo histórico natural dentro do qual surgiram aquelas condições da “natureza” dos seres vivos que a continuação, na transição até o estado social-econômico, adquiriram uma nova qualidade. Somente assim será possível desenvolver as diferenciações de conteúdo, os diferentes planos e os aspectos funcionais desta capacidade individual de desenvolvimento.

A Psicologia Crítica executou esta reconstrução histórica sobre a base da determinação objetiva do psiquismo realizada por LEONTIEV (1959/1983). Como aqui não posso expor todo o conteúdo deste trabalho, limitar-me-ei a citar, tão somente os principais passos de nosso procedimento:

– Em primeiro lugar, colocamos em destaque a conversão qualitativa do processo pré-psíquico ao estágio psíquico da vida⁴⁷, atingindo assim uma precisão e especificação da psicoge-

47 N.d.T.: “Nesta questão, (...) a Psicologia Crítica se orientou (...) na obra de Leontiev (1959/1983), quem, partindo da ‘irritabilidade’ como uma característica

nia dentro do processo filogenético em seu conjunto. Com isto, se introduz o “psiquismo” como forma fundamental genética e categoria fundamental mais geral da ciência individual.

– Uma vez concebido o psiquismo, foi traçada à continuação, seu processo de diferenciação inicial. A partir da análise genética de suas origens e diferenciadores, chegamos a diferenciações conceituais do psiquismo. Por exemplo, se puseram em destaque o aspecto da orientação, o emocional e o social da atividade psíquica no nível animal. Isto nos permitiu outorgar um novo conteúdo materialista aos conceitos tradicionais, e rejeitar criticamente as correspondentes determinações psicológico-burgesas.

– Sobre esta base se reconstruiu um novo nível qualitativo global, desta vez dentro da psicogenia: o nascimento da capacidade individual de aprendizagem e desenvolvimento no nível animal. Se, anteriormente, na análise genético-diferencial, haviam sido postas em destaque as diferentes dimensões cognitivas, emocionais e sociais do psiquismo animal, agora era importante mostrar que tipo de qualidade nova adquiria estas diferentes dimensões neste novo nível.

– Finalmente, observou-se a evolução psicogênica a partir do estágio da capacidade individual de aprendizagem e desenvolvimento ao nível animal até o limiar do processo de hominização.

Chegamos, assim, sobre uma base metodológica, a uma visão diferenciada daqueles conteúdos, níveis e aspectos constitutivos da natureza dos seres vivos que se apresentaram no processo de formação do novo estágio social-econômico do desenvolvimento evolutivo e que desembocaram na “socialização” de sua natureza. Nas análises precedentes de gênese e diferenciação, havíamos determinado distintos aspectos e planos funcionais do psiquismo – a atividade de orientação, os processos emocional-motivacionais, as necessidades e as formas sociais de comunica-

da vida pré-psíquica, destaca, a partir dela mesma, a ‘sensibilidade’ como “forma básica do psiquismo” (Markard, 2009, p. 114).

ção dos indivíduos (no nível animal) – e agora determinávamos, com respeito a esses mesmos aspectos e planos funcionais, a possibilidade de seu desenvolvimento “na sociedade”, a nova qualidade da natureza “social” humana. Como resultado desta análise genética se determinou também a conexão interna entre estes diferentes aspectos funcionais. Desta maneira, mediante sua definição materialista, podemos superar a fragmentação tradicional na qual o objeto de estudo psicológico é subordinado a diferentes enfoques e disciplinas independentes que estudam uma o pensamento, outra a percepção, a emoção, a atividade, etc.

Como em todo desenvolvimento histórico, tampouco na psicogenia se desenvolveram todos os aspectos em igual medida. Alguns momentos resultam determinantes em relação a outros, alguns são secundários ou permanecem incluídos em níveis de desenvolvimentos mais precoces. Com respeito à capacidade humana de desenvolvimento do psiquismo isto significou, portanto, o resultado da diferenciação genética de três tipos de aspectos psíquicos: em primeiro lugar, aqueles que são específicos da forma humana, ou seja, a produção social-econômica da existência e do que são determinantes para seu desenvolvimento; em segundo lugar, aqueles que somente se conservam como um aspecto secundário dos fatores determinantes e, por último, aqueles que se correspondem ao ser humano não são específicos de seu tipo de produção da existência, mas são, em maior ou menor grau, inespecíficos. Deste modo, a concepção da “natureza interna” do ser humano adquiriu uma dimensão genética particularmente profunda: é possível diferenciar, de modo fundamentado, entre características específicas determinantes, específicas secundárias e inespecíficas do psiquismo, e é possível analisar as interações destes diferentes momentos específicos ou elementares, etc.

IV

Como caracterizar agora, a partir de seus conteúdos, as dimensões e aspectos da capacidade de desenvolvimento “na so-

cidade” enquanto potências da natureza social dos indivíduos? O aspecto específico e determinante desta capacidade individual de aprendizagem e desenvolvimento é – como se pode abstrair a partir de nossas extensas investigações – a participação individual na determinação consciente e previsora das condições sociais de vida. Isto se desprende de maneira global do fato de que o ser humano não pode realizar sua vida em um entorno meramente natural-individual, como faz o animal. Para o ser humano, a produção individual da existência é sempre um aspecto parcial da produção social. As condições individuais de vida dos seres humanos são sempre, de algum modo e grau, condições sociais de vida individualmente relevantes. A segurança e o desenvolvimento da existência do indivíduo vêm a ser quase o mesmo que sua participação no processo social (naqueles aspectos que sejam relevantes para ele).

De maneira geral, o desenvolvimento da subjetividade humana como possibilidade de controlar conscientemente as próprias condições de vida significa, sempre e necessariamente, transcender a individualidade com a perspectiva de participar na determinação coletiva do processo social. Se as condições de vida individuais são condições de vida sociais individualmente relevantes, então um indivíduo isolado não tem, por assim dizer, o poder de dispor delas a partir de uma previsão consciente. Ao contrário, necessariamente, fica em maior ou menor grau abandonado à sua sorte, frente às circunstâncias de sua existência; somente pode reagir a fatos aleatórios em lugar de determinar sua existência de modo “humano” mediante sua previsão. Na medida em que as condições individuais de vida são efetivamente relevantes e crescem com elas também seu entrelaçamento e determinação sociais, o indivíduo só pode co-determinar suas próprias condições de vida – ou seja, transformar-se em sujeito individual – na união com outros indivíduos, como aspecto parcial de um sujeito social. A esse transcender da individualidade, em união com outros indivíduos, sob o objetivo geral de controle consciente e previsor das condições sociais individuais de vida, denominamos

“capacidade de ação” pessoal.

A partir da perspectiva da “capacidade de ação” se podem caracterizar, agora com maior exatidão, os distintos aspectos funcionais do psiquismo em seus momentos determinantes específicos, secundários e inespecíficos. Para isso, nos centramos separadamente no que podemos chamar de “destino” que lhes tocou a estes aspectos funcionais a partir da conversão no tipo de desenvolvimento histórico-individual que havíamos especificado como desenvolvimento voltado para a participação e produção social da vida. Por esta via, pudemos comprovar, por exemplo, com respeito ao processo cognitivo individual, que o pensamento humano em suas características específicas e determinantes não deve ser concebido tão somente como análise e síntese de problemas que se apresentam de maneira individual, mas ao contrário, como apropriação das formas sociais do pensar. Isto significa que, em seu pensamento individual, o indivíduo realiza formas de análises e de sínteses de origem social e somente desse modo pode também contribuir ao desenvolvimento dessas formas do pensamento.

Quanto ao aspecto emocional do psiquismo, reconstruiu-se geneticamente, em contraste com as formas animais anteriores, o conceito fundamental das ‘necessidades produtivas’ como momento específico e determinante da emocionalidade humana. Na fase de transição, onde surge a “natureza humana”, existe a necessidade objetiva de que o indivíduo, para dispor de suas condições individuais de vida, participe no processo social de previsão e – de acordo com nossa reconstrução – com essa necessidade objetiva se originou também a necessidade subjetiva dessa participação. Para o ser humano, o desamparo frente aos fatos aleatórios do momento e a incapacidade de participar no controle coletivo de suas condições de vida significam um sofrimento subjetivo que caracterizamos como “temor” ou “angústia” especificamente humanos: a incapacidade de ação que se deriva do isolamento a respeito das possibilidades sociais dadas para o controle das próprias condições de existência. Desta maneira, as ‘necessidades

produtivas' são as determinações categoriais que nos permitem elucidar a experiência imediata a partir do ponto de vista da necessidade subjetiva de superar o isolamento e a desproteção, ou seja, a necessidade de superar o temor mediante a participação na previsão e controle coletivo de suas próprias condições de vida. São, por assim dizer, o lado emocional da capacidade de ação. O caráter de necessidade subjetiva das necessidades "produtivas" implica que a satisfação das necessidades vitais sensoriais em nível humano adquira uma qualidade particular: o indivíduo não está "satisfeito" somente com poder reduzir tensões atuais provocadas pela urgência da necessidade, por exemplo, da fome ou da sexualidade, mas alcança uma existência plena, uma satisfação existencial, somente se puder antecipar a possibilidade de satisfação de suas necessidades na perspectiva de uma existência individual assegurada pela previsão. Mas isto significa que ele só alcança a plenitude e a satisfação em sua existência se ele puder desdobrar sua capacidade de ação por meio da participação no processo de controle sobre as condições sociais de vida. Nossa investigação mostrou, especificamente, que, por sua constituição, a qualidade "humana" da satisfação das necessidades vitais sensoriais somente pode ser alcançada no contexto da previsão generalizada e, de um modo mais geral, mostrou que o desenvolvimento e a realização sensorial significam, ao mesmo tempo, ausência de temor, ou seja, capacidade de ação.

Naturalmente que esta breve síntese não pode elucidar realmente nossos resultados referidos aos traços característicos da capacidade humana de aprendizagem e desenvolvimento (ao fim e ao cabo, necessitamos de várias milhares de páginas para sua exposição). Trata-se de somente sublinhar que, neste âmbito, existem resultados de conteúdo diferenciado. No contexto da presente exposição é, no entanto, importante indicar uma questão central: se com o conceito de "capacidade de ação" pessoal, incluídos seus diferentes aspectos funcionais, pusermos em destaque as características mais gerais do desenvolvimento individual de tipo "humano", isto não significa que estas características estejam

plenamente realizadas e que correspondam suficientemente ao desenvolvimento de cada indivíduo particular. Trata-se, melhor dizendo, de determinações que nos indicam qual é a orientação geral: por um lado, determinam a qualidade do desenvolvimento individual humano frente ao desenvolvimento pré-humano, mas, por outro, no processo real de desenvolvimento sob condições históricas concretas, não se podem realizar senão de um modo mais ou menos limitado e contraditório. Portanto, as determinações gerais do desenvolvimento individual devem ser concebidas exatamente do mesmo modo que as do desenvolvimento histórico-social superior, do qual são um aspecto parcial. Por um lado, também o desenvolvimento histórico-social em seu conjunto se diferencia das formas animais de produção da vida enquanto produção da existência mediante o trabalho cooperativo conscientemente previsor. Mas, por outro lado, nas sociedades com antagonismo de classe, a cooperação não pode realizar-se mais que de maneira reduzida e fragmentada, pela exclusão do conjunto dos membros dessas sociedades do controle consciente sobre aquele que preocupa a todos. Somente no socialismo se alcança um nível no qual a determinação geral da cooperação social se transforma, de forma qualitativa nova, em uma característica do processo de produção da existência em seu conjunto.

Na qualidade de determinações analíticas, os traços distintivos da “capacidade de ação” e seus aspectos funcionais não aparecem diretamente e, deste modo, nas trajetórias de desenvolvimento individual possíveis de serem observadas. Encontram-se sempre fragmentadas e mistificadas devido aos impedimentos específicos e concretos que as classes impõem ao desenvolvimento individual na sociedade burguesa. Por conseguinte, trata-se de uma categoria analítica que nos permite elucidar como se realiza, sob condições e limitações sociais concretas de desenvolvimento (ainda que seja uma maneira reduzida, pervertida e mistificada), a determinação geral da tendência para um controle ampliado sobre as próprias condições de vida mediante a participação na previsão social. Esta é uma perspectiva analítica que permite

abordar, com o fim de elucidar, questões como: qual é a relação entre uma capacidade generalizada de ação e as restrições que canalizam e dão forma a essa capacidade de desenvolvimento? E como se manifesta esta relação na trajetória individual do desenvolvimento? Mas nesta análise não se trata somente de elucidar, de maneira concreta, os impedimentos que a sociedade impõe ao desenvolvimento, e que limitam a capacidade de ação. Também devem ser abordados, na mesma perspectiva, os planos subjetivos de mediação, os modos de assimilação e os processos defensivos, devido aos quais a necessidade subjetiva de controlar as próprias condições de vida se manifesta, precisamente, deste modo, talvez desfigurado e pervertido.

Conforme o caráter específico das necessidades humanas, o sofrimento do indivíduo se origina onde capta conscientemente e assimila emocionalmente seu isolamento com respeito ao controle sobre as condições de vida relevantes. Onde busca superar este sofrimento mediante uma conduta de vida consciente com a finalidade de alcançar um controle sobre a própria situação existencial dentro das condições contraditórias que o limitam, suas atividades têm como resultado a respectiva deformação e perversão da capacidade de ação (no sentido de uma “capacidade restritiva de ação”). Frente aos modos de pensar limitados e “invertidos”, frente às emoções mutiladas, isoladas e reduzidas a uma vida interior “privada”, frente às relações com o entorno social imediato que se manifestam como meras relações individuais privadas, a análise deverá, portanto, determinar de que modo pode compreendê-los a partir da consideração:

- das condições sociais do desenvolvimento limitadas de cada caso e
- do modo de sua assimilação subjetiva por parte dos indivíduos.

Deverá perguntar e determinar, com respeito a isto, que, na sociedade burguesa, encontramos em cada um de nós; de que

modo podemos compreendê-los como formas de expressão singulares de nossa orientação para o controle consciente sobre nossas próprias condições de vida, ou seja, para a capacidade de ação?

Isto nos permite também elucidar, em cada caso individual e de maneira científica, a perspectiva a partir da qual devemos transformar coletivamente nossas condições sociais para que a capacidade de ação seja liberada, cada vez mais, das formas limitadas e mistificadas, de modo que, no desenvolvimento das possibilidades de autodeterminar nossos próprios assuntos de maneira cooperativa, também possamos chegar a uma existência subjetiva satisfatória plena, livre de temores e angústias. Destacar as limitações e perversões das possibilidades individuais de vida e a situação em que se encontram os sujeitos por um lado, e realizar a crítica prática das relações sociais que conduzem a essas limitações e perversões, por outro, são aqui tão somente duas caras do mesmo processo de investigação sujeito-científico.

Com isto também se alcança um novo nível de crítica à psicologia burguesa. Desta perspectiva, pois, não são simplesmente “errôneas” as representações nas quais a “natureza interna” do indivíduo é isolada em respeito às relações sociais, nas que se reduz ao psiquismo à mera “interioridade” do indivíduo, nas que fazem como se o ser humano tivesse que sustentar sua vida em um entorno natural pré-estabelecido, etc. Pode-se mostrar, no entanto, que são uma “duplicação teórica” das reduções e alterações da orientação para a autodeterminação coletiva, sob relações burguesas de vida.

Esta forma geral de abordar a psicologia burguesa se deve concretizar em referência aos diferentes enfoques teóricos, mediante análises específicas e sobre a base do materialismo histórico. Dois exemplos podem servir para insinuar, ao menos, como se pode executar essa concretização. O primeiro exemplo é a análise das atuais “teorias cognitivas das emoções” realizada por Ute OSTERKAMP (1978). Esta análise mostrou que, na sociedade burguesa, para os indivíduos excluídos do controle cooperativo consciente do processo social e de suas próprias condições rele-

vantes de vida, restam somente como alternativa a luta coletiva, a “interiorização” e a “privatização” das emoções, pelo qual desaparece o vínculo com sua transformação em ação. Trata-se aqui de uma forma de “desatenção” da realidade por meio da qual, sendo renegada a necessidade e possibilidade de atuar, o risco de conflito com as instâncias de poder – um risco que o indivíduo isolado não se pode permitir – não chega sequer a ser admitido na consciência. Mas, como demonstrou Osterkamp, é precisamente esta emocionalidade “interiorizada” e “privatizada”, a qual nas teorias burguesas é estilizada e transformada na emoção humana “em geral”. Desta maneira, são reproduzidas cegamente e se solidificam as formas de consciência de adaptação e conformidade às relações burguesas de classe. O segundo exemplo que quero citar é o da análise do conceito psicológico-social de “atitude” realizado por Morus MARKARD (1984). Aqui se demonstrou, entre outras coisas, que, mediante as medições ou graduações habituais da “atitude” se eliminam inevitavelmente, tanto a referência da “atitude” a um assunto de conteúdo concreto, quanto à possibilidade do sujeito de se posicionar, ativa e conscientemente, em relação às “atitudes” e seus objetos. O que é, por fim, somente a “atitude”, em um estado de coisas meramente individual, “intrapésíquico” que, como tal, não tem nada a ver com a realidade social externa ao indivíduo. Isto, por sua vez, constitui a duplicação teórica de um determinado aspecto das concepções ideológico-burguesas de “pluralismo”: todo aquele que considere que, no que diz respeito às relações burguesas, não é possível somente uma “colorida variedade de opiniões”, mas também um conhecimento fundamentado é catalogado de dogmático (e quase é potencialmente “anticonstitucional”). Nestas concepções, o conhecimento da incidência de “opiniões” desligadas de seus objetos, assim como a intenção de manipular essas “opiniões” de acordo com o próprio entender político (leia-se interesse de classe), aparecem como o ordenamento central da política democrática.

Estas e outras investigações nos permitiram desenvolver novos conhecimentos sobre as variadas formas de manifestação

da capacidade restritiva de ação e sobre as formas de desatenção da realidade em função do negar e do evitar conflitos com as entidades dominantes que elas implicam. Ao mesmo tempo, nas mãos dos indivíduos, são uma ferramenta que pode ajudar-lhes a reconhecer de que modo se pode superar este tipo de restrições da ação e da consciência, na perspectiva de participação na ampliação coletiva do controle sobre as condições sociais de vida e no interesse da ampliação da capacidade de ação e da qualidade de vida pessoais.

Se, como dizemos, as teorias psicológico-burguesas não conseguem sair dessa “duplicação” – cientificamente estilizada – da superfície da sociedade burguesa, a ciência do sujeito, de fundamentação marxista, torna-se apropriada não somente para analisar as teorias que se entendem a si mesmas como científicas, mas também para elucidar a própria psicologia cotidiana que se duplica nestas teorias. Desta maneira, transforma-se em um instrumento na luta ideológica. E mais, permite aos marxistas conduzirem a luta ideológica ofensivamente também onde a subjetividade se introduz a partir de uma posição ideológica-burguesa, seja qual for o modo como é introduzida. Tomemos como exemplo nossa posição em relação às ideias, como as que afirmam que os conflitos ou “agressões” sociais tem sua causa ou origem em frustrações pulsionais infantis precoces que não foram processadas, etc., as quais, em sua maioria, possuem uma base psicanalítica e que incidam inclusive em esferas como as do movimento pacifista. Frente a estas ideias, a ciência marxista do sujeito não precisa limitar-se a defender a necessidade de uma análise da sociedade que faça referência a suas classes, mas pode demonstrar a resignação e renúncia à realização subjetiva da própria existência implicadas na visão de si mesmo como mera vítima de velhas repressões, o ato de voltar, assim, as costas à tarefa comum de alcançar condições de vida humanamente dignas e de ocupar-se, em lugar disso, da própria infância como suposta fonte “verdadeira” do sofrimento subjetivo. Ao mesmo tempo, podemos entender a incidência desta forma de ver as coisas a partir da função que cumprem para os

indivíduos: como “consolo” para as pretensas vítimas, ou também como este tipo de regressão – retrair-se do conflito de classe para colocar-se nos conflitos infantis precoces – brinda a aparente justificativa que permite ao indivíduo evitar os conflitos por meio da “carência” de pontos de vista na luta (internacional) de classes. Desta forma, já não precisamos questionar e formular suspeitas, à maneira do ascetismo, sobre as exigências – defendidas pelos novos movimentos sociais – de um gozo existencial pleno aqui e agora. Pelo contrário, podemos proporcionar aos indivíduos os meios de pensamento que lhes permitam reconhecer, elucidando suas próprias experiências, que, devido à competência, os sentimentos de culpa e o silencioso temor ao isolamento sob as atuais relações burguesas de classe, o gozo existencial que procuram é corroído uma e outra vez às suas costas. De maneira que o esforço imediato para conseguir alcançar esta alegria não é somente em vão, mas também é um reconhecimento da própria impotência individual frente a quem exerce a dominação. Pode ser que já não estejamos tão distantes de nosso reconhecimento comum de que, aqui e agora, o ‘quando melhor estamos’ é quando lutamos pela superação daquelas relações sociais sob as quais estamos em desavença com nós mesmos. Pois na própria luta se antecipam, parcialmente, as formas de relação e as situações subjetivas do controle sobre nossas condições de vida. Além disso, quando se reprova a massificação e homogeneização humana do “coletivismo” comunista, já não precisamos contestar, postulando de maneira abstrata, as virtudes do coletivo: pelo contrário, podemos reconhecer a plena legitimidade que tem, para nós, e para outros indivíduos, o desejo de ser para si, de “viver a própria vida” e, ao mesmo tempo, podemos deixar claro que nas relações atuais o isolamento como modo de vida determinante equivale à desproteção e ao temor, à angústia. As relações sociais sob as quais o ser humano, sobre a base de uma responsabilidade comum com respeito ao todo, também possa “individualizar-se na sociedade” (MARX, 1857/2008)⁴⁸, possa

48 N.d.T.: “O homem, no sentido mais literal, é um *zoon politikon* [animal político - grego - N.E.], não somente um animal sociável, mas também um animal que não

“seguir seu próprio caminho” sem temor e com plena confiança, essas relações ainda devem ser forjadas, em um desenvolvimento coletivo de forças.

Estes exemplos se introduziram com a intenção de mostrar a relevância que adquire uma ciência marxista do sujeito na discussão sobre as limitações e condições para o desenvolvimento da subjetividade e qualidade da vida humana: longe de ser somente um assunto profissional para psicólogos, é um meio importante para alcançar a clareza ideológica que nos outorgam os fundamentos científicos e, neste sentido, nos brinda precisamente o tipo de clareza necessária para debater sobre estas questões a partir uma perspectiva materialista e antidogmática.

se pode isolar senão dentro da sociedade.” (Marx, 1857/2008, p. 239, *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política*, in *Contribuição à Crítica da Economia Política* [1859]).



Capítulo IV

A que se refere o par conceitual ‘capacidade restritiva de ação’ versus ‘capacidade generalizada de ação’?

Tradução do texto *Worauf bezieht sich das Begriffspaar ‘restriktive/ verallgemeinerte Handlungsfähigkeit’? Zu Marezky vorsehenden ‘Anmerkungen’*, publicado originalmente em 1990 na revista *Forum Kritische Psychologie* N° 26, Berlim, em resposta a um artigo de Klaus Marezky nesta mesma publicação.

I- Resposta às ‘observações’ de Marezky

Quando li a crítica de MARETZKY ao conceito de ‘capacidade restritiva de ação’ *versus* ‘capacidade generalizada de ação’, pensei sobre o quanto podem ser alarmantes equivocadas, incoerentes e obscuras as interpretações das minhas explicações sobre este tema. Se não quero aceitar como certas estas incoerências no meu texto (e que Marezky foi somente o primeiro a descobri-las), devo tentar esclarecer que alguns erros fundamentais obstruíram o acesso ao meu argumento. Isto me leva, assim, a questionar em que medida poderia ter sido eu mesmo quem propiciou esta recepção equivocada devido a uma falta de clareza no meu conceito ou nas suas formulações.

O par conceitual ‘capacidade restritiva de ação’ *versus* ‘capacidade generalizada de ação’ se introduz em um lugar muito preciso no marco do desenvolvimento argumentativo geral do

meu livro *Grundlegung der Psychologie*⁴⁹ (1983). Ele representa uma diferenciação no nível de mediação constituído pelas ‘razões ou fundamentações de ação subjetivas’⁵⁰. O seu objetivo é tornar visível uma situação contraditória das fundamentações, inerente a diversas formas de manifestação das problemáticas e dos conflitos de ação; mas tal objetivo deve ser atingido a partir do ponto de vista generalizado do sujeito (ou seja, sempre do ponto de vista de cada um).

Trata-se de elucidar a ‘capacidade restritiva de ação’. Para alcançarmos esta elucidação, devemos tomar como referência a ‘capacidade generalizada de ação’, a capacidade de ação que aponta para a ampliação do controle sobre as próprias condições de vida. Desde o ponto de vista do sujeito, a ‘capacidade restritiva de ação’ representa uma “alternativa de ação ‘fundamentada’”: tentativa de superar as limitações da capacidade de ação “sem ampliar o controle próprio, atendo-se ao marco das possibilidades de ação existentes e, assim, atuando no marco das relações de poder existentes” (HOLZKAMP, 1983, p. 372). No meu entender, MARETZKY não identificou – ou acreditou que podia deixar de lado – o discurso das razões ou fundamentações como contexto específico do par conceitual em questão. Suas dificuldades receptivas derivam deste fato. Ele se orienta unicamente segundo a acepção geral do termo ‘capacidade de ação’ e aplica o par conceitual de maneira ‘descontextualizada’ às mais diversas manifestações. Isto inclui um giro, por assim dizer, ‘realista’: MARETZKY não reconhece que a ‘capacidade restritiva de ação’ – que só pode ser experimentada porque existe a sua alternativa ‘capacidade generalizada de ação’ – é concebida como uma temática existencial contraditória dentro do próprio espaço subjetivo de possibilidades de cada um dos indivíduos, no contexto de suas razões ou fundamentações de ação. Ele age como se este par conceitual

49 N.d.T.: Fundamentação da psicologia. No que se sucede, citado apenas como *Grundlegung*.

50 Em outras palavras, o modo em que se manifesta a capacidade de ação do sujeito é ‘mediado’ por suas razões ou fundamentações de ação.

abordasse, desde um ponto de vista externo e em diferentes situações históricas, indivíduos que atuam de maneira ‘restritiva’ e indivíduos que atuam de maneira ‘generalizada’. A partir daí, só podem derivar-se interpretações falsas a respeito do par conceitual. Ao mesmo tempo, existe uma predisposição particular a citar primeiro algumas formulações do livro em que não se indica expressamente o contexto do discurso das razões ou fundamentações para depois apresentá-las como provas que reforçam a tese sobre um par conceitual que se pode aplicar a todo tipo de contexto e, finalmente, sobre esta base, desenvolver sua crítica.

II - Não um determinado grupo de indivíduos (por exemplo ‘os oprimidos’), senão ‘eu’ como sujeito da alternativa entre a ‘capacidade restritiva de ação’ e a ‘capacidade generalizada de ação’.

Na opinião de MARETZKY, meu livro discute o par conceitual ‘capacidade restritiva de ação’ *versus* ‘capacidade generalizada de ação’, “sobretudo, atendendo às possibilidades subjetivas de desenvolvimento dos oprimidos na sociedade de classes, especialmente os da sociedade capitalista. Ao menos não se fala da capacidade de ação daqueles que exercem a dominação, mas, unicamente da alternativa de ação dos dominados, de tolerar as relações de poder dadas (capacidade restritiva de ação) ou de protestar contra elas (capacidade generalizada de ação)” (MARETZKY, 1990, pag. 20). MARETZKY sustenta esta interpretação, sem exceções, ao longo de toda a sua exposição. Não leva em consideração o contexto das ‘razões ou fundamentações de ação’. Para ele, não se trata de elucidar as ‘minhas’ razões de ação restritivas contraditórias. Considera que só se pretende qualificar, desde uma posição externa, um grupo determinado – o dos ‘oprimidos’ – mediante a alternativa ‘capacidade restritiva de ação’ *versus* ‘capacidade generalizada de ação’. Segundo MARETZKY, se ‘eu’ não me considero parte deste grupo, não poderei fazer referência ao par conceitual a partir da situação em que me encontro subjeti-

vamente. Pois bem, esta limitação de aplicação do par conceitual aos 'oprimidos' ou grupos similares, é apenas um mal-entendido de MARETZKY, ou tem sua base no meu texto?

É óbvio que o motivo que suscita esta leitura se encontra em certas formulações da *Grundlegung*, em que se fala de dominantes, dominados, capitalistas, explorados, etc. Pode ser que, nesta perspectiva, exista quem considere lógico conceber aqueles que 'exercem a dominação', etc., enquanto grupo concreto de pessoas, como origem da 'subjugação'. Neste caso, aqueles que 'toleram' a subjugação ou que 'protestam' contra ela só poderiam ser os membros do grupo de 'submetidos', mas, no contexto da teoria marxista da sociedade, conceitos como os de 'dominantes', 'dominados', 'capitalistas', 'explorados', etc. não se referem a indivíduos concretos. Pelo contrário, designam, unicamente, 'máscaras', 'formas de individualidade'⁵¹ ou questões similares como personificações de determinadas instâncias dentro da realidade da sociedade de classe capitalista. Assim, e de uma maneira que talvez suscite menos interpretações errôneas, no meu livro também se fala frequentemente de 'relações de dominação', 'instâncias de dominação' ou de coisas similares. E, correspondentemente, assinala-se que as estruturas político-ideológicas da sociedade burguesa estão "contidas – com múltiplas fragmentações e formas de manifestação – nas infraestruturas 'cotidianas' da prática de vida imediata. Também as instâncias por meio das quais os interesses dominantes na conservação das relações de poder existentes se impõem ante ao indivíduo, podem manifestar-se em uma diversidade de maneiras mediadas e fragmentadas em relações de significado que, aparentemente, só contém possibilidades de ação para afrontar a existência e satisfazer necessidades no entorno social imediato" (HOLZKAMP, 1983, p. 372). Mas, isto significa que, em frente às "relações sociais" (e suas personificações), o indivíduo concreto se encontra necessariamente ao lado do sujeito, seja qual for

51 Conceito que faz referência a SÈVE, 1973 (por exemplo, p. 237).

sua “situação” de vida e sua “posição” na sociedade⁵² (ibid., p. 358). Mesmo os gerentes ou acionistas, inclusive os ‘Krupp’ ou ‘Flick’⁵³ vivem relações burguesas e – desde suas ‘posições’ – estão expostos às suas contradições. Por conseguinte, nos seus conflitos aparece (ou se rechaça) a alternativa de embasar suas ações, ou de uma maneira restritiva, ou de uma maneira generalizada. Nas suas vidas, aparece ou se rechaça, de uma maneira específica, a problemática do caráter ‘restritivo’ das razões que se tem para ampliar a própria influência mediante o exercício de controle sobre outros indivíduos (ver *Ibid.*, por exemplo, p. 375). De nenhuma maneira é, portanto, necessário separar um círculo determinado de pessoas – os ‘dominantes’ – antes de colocarmos nossos conceitos nas mãos dos indivíduos para que eles esclareçam sua prática subjetiva de vida. Ademais, isto também seria bastante difícil, pois desde o ponto de vista da ‘análise de classes’, a questão de quem participa na dominação capitalista (por exemplo: exe-

52 N.d.T.: ‘Situação’ de vida e ‘posição’ na sociedade — No alemão, *Lage / Position*. Morus MARKARD (2009) indica, com respeito a este conceito: “na produção existencial em uma sociedade sujeita a divisão do trabalho [...] o indivíduo em particular já não entra diretamente em relação com a ‘sociedade’ como um ‘todo’ (HOLZKAMP, 1983, p. 196), senão que o faz unicamente nos setores para ele dados. Para designar este fato, Holzkamp propõe dois ‘planos de mediação’ (ibid., p., 197), formulados nos conceitos ‘posição’ [*Position*] e ‘situação’ [*Lage*]. Dentro do conjunto da organização (da sociedade) sujeita à divisão do trabalho, a ‘posição’ representa ‘os diferentes trabalhos parciais necessário e inter-relacionados’ (como, por exemplo, os ‘postos’, as ‘profissões’) e, dependendo deles, as possibilidades e os limites da influência que possa exercer sobre um indivíduo – em determinado caso, junto a outros – sobre suas condições vitais. Mas uma questão é essencial para a compreensão psicológica da existência individual: o conceito de ‘posição’ não abarca todos os vínculos sociais do indivíduo, senão apenas aqueles que dizem respeito a seus aportes à produção e reprodução social. Um conceito mais amplo é o de situação de vida [*Lebenslage*], que inclui a ‘posição’, mas vai além de si mesma, pois também abarca aqueles espaços da vida que ‘embora dependa das posições e das suas relações individuais, não se reduz a elas mesmas (ibid.): a casa, o ‘tempo livre’, os relacionamentos amorosos, a educação, os ‘passatempos’, trabalhar em clubes, associações, partidos, etc. A situação de vida são as relações sociais vistas ‘da localização real do indivíduo [...] na medida e na forma como ele realmente entra em contato com elas’ (ibid.)” (MARKARD, 2009, p. 150).

53 N.d.T.: ‘Krupp’ e ‘Flick’ – nomes de dinastias familiares industriais alemãs.

cutivos – sim ou não?) e de que modo o faz, ainda é muito pouco clara. Nossa crítica sujeito-científica à classificação marginalizadora dos indivíduos por parte da psicologia tradicional (ver, por exemplo Holzkamp, 1985) segue, portanto, vigente. Ele não se suspende, tampouco, com alguma classificação dos indivíduos em ‘dominantes’ e ‘dominados’; uma classificação como esta não serve como critério para a aplicação do conceito de ‘capacidade restritiva de ação’ *versus* ‘capacidade generalizada de ação’.

III- A ‘capacidade restritiva de ação’ e a ‘capacidade generalizada de ação’ não representam uma ‘tipologia’ intersubjetiva, mas, uma alternativa intrasubjetiva de ação.

Do exposto, depreende-se que não somente é totalmente equivocado imaginar que se trata de marginalizar determinados grupos de indivíduos, escolhendo-os como casos de aplicação do par conceitual ‘capacidade restritiva de ação’ *versus* ‘capacidade generalizada de ação’. Também são equivocadas as intenções de usar o mesmo par conceitual como critério para a classificação dos indivíduos entre os que seriam capazes de atuar ‘restritivamente’ e os que seriam capazes de atuar de modo ‘generalizado’. Porém, é justamente esta forma de ver as coisas que para MARETZKY parece, obviamente, natural, na qual expõe mais uma faceta da descontextualização. Assim, por exemplo, quando ele escreve que no estado tardio da sociedade primitiva são “precisamente [...] aqueles que suprimem a igualdade de todos e querem transformar-se em senhores da maioria e, logo, em opressores”, os que “buscam ‘ampliar o controle’” (MARETZKY, 1990, p. 22). É somente uma consequência lógica que MARETZKY tenha interpretado, equivocadamente, como tipologia o par conceitual em questão, associando-o, inclusive, com o tipo ideal de Max WEBER (ibid., por exemplo, p. 25 e 34). Como consequência deste preconceito, MARETZKY ignora o verdadeiro desenvolvimento da argumentação no *Grundlegung* e desconhece todas as passagens em que se adverte contra esse tipo de postulações ‘realistas’. Ignora, por exemplo,

passagens como aquela onde se indica que a índole da escolha entre a alternativa 'capacidade restritiva de ação' *versus* 'capacidade generalizada de ação' não caracteriza 'indivíduos', mas "determinadas situações atuais"; de modo que, "por princípio, cada indivíduo confronta-se, sempre de novo, a cada indivíduo"; isto é: "cada vez que a capacidade de ação é limitada ou ameaçada e existe a necessidade subjetiva de atuar para superar esta ameaça" (HOLZKAMP, 1983, p. 370). Estas determinações deveriam ser tomadas com mais seriedade. Não se deveria questionar o valor analítico deste par conceitual. Se, à maneira do pensamento vulgar, se atribui a um ou outro indivíduo esta ou aquela tendência, a alguns a 'capacidade restritiva de ação' e a outros a 'capacidade generalizada de ação' (e assim, como se fosse pouco, rotulamos uns de 'oportunistas' e outros de 'resistentes', etc.), a alternativa intrasubjetiva de ação se transforma em uma classificação arbitrária das pessoas.

A eliminação do contexto das razões ou fundamentações subjetivas das ações e a reinterpretação como tipologia interpessoal, também explica a crítica segundo a qual o par conceitual 'capacidade restritiva de ação' *versus* 'capacidade generalizada de ação' seria um conceito dualista que não permite elucidar as mediações dialéticas, etc., (ver MARETZKY, 1990, por exemplo, p. 23 e 25). Estas objeções parecem ser razoáveis unicamente se se desconhece a função do par conceitual como um conceito analítico para a elucidação das formas de enfrentar a situação, assim como dos mecanismos de defesa próprios de certos esquemas de fundamentação. A principal problemática que buscamos conceituar se refere à situação em que a 'ameaça' passa a ser o 'centro' de todas as atividades com as quais o indivíduo se envolve ao longo da sua existência. Trata-se de uma situação em que predominam os esquemas 'restritivos' das fundamentações, com razões contraditórias para a ação, que permanecem no âmbito do imediato. Desta forma, o indivíduo que tenta dominar a situação e defender-se contra a ameaça, pode contrariar seus próprios interesses generalizáveis. Aqui temos em vista uma determinada

perspectiva das atividades com as quais se enfrenta a existência, isto é: a tentativa de atuar de acordo com as instâncias dominantes, comprometendo-se com elas e reprimindo [*Verdrängung*] as consequências prejudiciais para aquele que isto implica. A alternativa é a reflexão consciente destas consequências para evitar o dano a si mesmo e, assim, talvez, superar a dependência. É natural que entre estas duas formas de fundamentação não possa haver gradações, nem mediações. Mas, além disso, o objetivo de encontrar formas intermediárias entre as alternativas ‘restritiva’ e ‘generalizada’ seria contrário à função do par conceitual, pois as diferentes razões ou fundamentações de ação não trazem escritos na testa o caráter restritivo ou prejudicial que lhes é inerente. Como já demonstramos em diversos contextos, devemos considerar as múltiplas dimensões defensivas e mecanismos de negação com os quais o indivíduo, para eliminar contradições e evitar conflitos, oculta ou dissimula para si mesmo o prejuízo aos seus próprios interesses vitais. Por exemplo, a realidade pode ser ‘interpretada’ de tal maneira que permaneçam excluídos certos aspectos: a emoção pode ser reduzida a mera ‘interioridade’, as coerções externas podem ser interiorizadas na forma de ‘motivação’, etc. (ver HOLZKAMP, 1983, p. 383 e 402). Visto dessa forma, um desenvolvimento conceitual que permitisse estabelecer gradações e mediações entre, de um lado, as fundamentações que ‘implicam um dano a si mesmo’ e, de outro, as fundamentações que ‘podem ser generalizadas’, não serviria de ferramenta para elucidar as próprias estratégias de defesa e negação. Ao contrário, o indivíduo poderia usar estas gradações para dizer a si mesmo que sua ação, o que ele faz, corresponde – ao menos um pouco – ao seu próprio interesse, de maneira que não é necessário ampliar o controle sobre as suas condições existenciais, nem melhorar sua qualidade de vida. Ele pode deixar tudo como está, sem modificar nada. Em outras palavras, conceitos como estes seriam um ponto de apoio para suas próprias estratégias de defesa e negação (desta perspectiva, se explica a razão pela qual FREUD, se não queria sabotar o progresso terapêutico consistente em fazer conscientes as

pré-condições infantis dos conflitos – “Onde estava o id, ali estará o ego” (31ª conferencia, [1933] 2006, p. 84) –, não podia permitir, dentro do seu sistema conceitual, a possibilidade de que em um caso determinado a situação edípica não houvesse sido recalçada, senão que, talvez, não houvesse acontecido).

Pontuando as relações conceituais aqui tratadas e, ao mesmo tempo, corrigindo e aperfeiçoando algumas de nossas formulações anteriores, podemos dizer: de acordo com nossa concepção, não são a capacidade de ação ‘restritiva’ e ‘generalizada’ as que se encontram em uma ‘relação de contradição’. É a estrutura das razões ou fundamentações relativas à ‘capacidade restritiva de ação’ que é, em si, contraditória. Pois aqui, no marco restritivo de um atuar comprometido com as forças ou ideias dominantes, de um atuar em conformidade com elas, a tentativa de enfrentar com êxito o conflito só é possível à custa de um dano a si mesmo, ao preço da ‘autoinimizade’. Encerrado nas formas dominantes do pensamento e da práxis, busco solucionar meus problemas à custa dos outros, mas com este tipo de solução participo ativamente no enfraquecimento da base comum para a ampliação do meu controle sobre o mundo junto aos outros. E desta maneira, “participo, afinal de contas, da minha própria subjugação às mãos das instâncias de dominação” (HOLZKAMP, 1983, p. 378, ver também p. 376). Neste contexto, a ‘capacidade generalizada de ação’ é a alternativa que aparece cada vez que se torna claro o caráter restritivo e prejudicial que uma forma de fundamentação tem para si mesma. Pois, apenas poderei compreender minha implicação cega nestas práticas e modos de pensar restritivos, na medida em que, ao menos, eu me possa imaginar superando-os mediante formas generalizadas de resolver os problemas existenciais, ainda quando esta seja uma perspectiva que (todavia) não possa ser realizada (a este respeito ver também OSTERKAMP, 1990).

IV- A relação entre a ‘capacidade restritiva de ação’ e a ‘capacidade generalizada de ação’ não se refere ao movimento histórico-social, mas à prática existencial e à biografia do indivíduo.

Até aqui ressaltai distintas facetas da descontextualização pela qual MARETZKY submete o par conceitual ‘capacidade restritiva de ação’ *versus* ‘capacidade generalizada de ação’. Estas facetas desembocam em um mal-entendido que se constitui como o denominador comum de toda a sua exposição: segundo MARETZKY, eu teria afirmado que a capacidade de ação restritiva e generalizada acontece no ‘âmbito’ do processo histórico-social. Por isso, ele começa sua crítica tentando demonstrar que este par conceitual é absolutamente inapropriado para caracterizar a transição do período tardio da sociedade primitiva à sociedade de classes. Pois, nesta transição, diz MARETZKY, o progresso nascia precisamente daqueles que queriam instrumentalizar os outros para atingir seus fins (1990, p. 21). Em seguida, ele tenta demonstrar que a relação entre os interesses dos “dominados” e dos que “exercem a dominação” se deve determinar de maneira distinta conforme se trate da fase de ascensão ou decadência da sociedade de classes (em nosso caso, capitalista). E, por esta via, MARETZKY chega à conclusão global de que o par conceitual ‘capacidade restritiva de ação’ e ‘capacidade generalizada de ação’ seria uma tipologia “a-histórica”, pois não permitiria elucidar esse tipo de singularidades históricas.

Pois bem, não podemos negar que na *Grundlegung* se encontram, de fato, enunciados sobre processos históricos distantes, por exemplo, sobre a transição da sociedade primitiva à sociedade de classes. Mas, esse tipo de enunciado se formula em um contexto concreto, no qual se tenta determinar a particularidade histórica do estágio de desenvolvimento da sociedade em que a existência individual passa a estar mediada pelo conjunto da sociedade, adquirindo plena expressão a subjetividade humana: “Desta ma-

neira, [...] nossa exposição chega a um ponto no qual o objeto de análise adquire um caráter explicitamente 'sujeito-científico': posto que a consciência humana como um 'posicionar-se em relação a' é sempre 'primeira pessoa', aqui o objeto força um tratamento desde o ponto de vista dos sujeitos em questão" (HOLZKAMP, 1983, p. 305). É neste contexto sujeito-científico que se determina o nível de mediação constituído pelas razões ou fundamentações subjetivas das ações. O par conceitual 'capacidade restritiva de ação' *versus* 'capacidade generalizada de ação' representa uma diferenciação conceitual deste nível. MARETZKY, porém, ignora a referência a este problema específico e projeta, sem mais nem menos, o par conceitual sobre os processos histórico-sociais nos quais – de acordo com nossa concepção – o conceito de 'capacidade restritiva de ação' e 'capacidade generalizada de ação' ainda não têm objeto, uma vez que o nível da mediação das razões ou fundamentações subjetivas não se diferenciou suficientemente. Desta maneira, perde-se a especificidade do par conceitual e, além disso, a alternativa entre a fundamentação restritiva e a fundamentação generalizada das ações se distorce e se transforma em um conflito real entre os que 'exercem a dominação' e os que 'são dominados'. Finalmente, a intenção de explicar os movimentos históricos reais como cenário ou resultado da confrontação entre a 'capacidade restritiva de ação' e a 'capacidade generalizada de ação' culmina no absurdo que MARETZKY pretendeu ter demonstrado com relação ao meu conceito.

Pois bem, tudo isto não significa de modo algum que o par conceitual 'capacidade restritiva de ação' *versus* 'capacidade generalizada de ação' seja historicamente indeterminado ou 'a-histórico'. Apenas que, neste contexto, a tematização da relação histórico-social não significa uma aplicação 'externa' destinada a épocas diferentes. Pelo contrário, as condições de vida, históricas e concretas, são consideradas na medida em que representam dimensões das estruturas sociais dos significados que, considerando a situação e a posição específica do indivíduo, aparecem como 'premissas' nas formas de manifestação variadas e contraditórias

de suas razões ou fundamentações de ação (HOLZKAMP, 1983, p. 352 e 358). Considerando que o indivíduo, sempre e inevitavelmente, encontra-se em um momento determinado e em um lugar específico, ou seja, em um 'aqui e agora' concretos, trata-se, primeiramente, de um contexto que poderíamos chamar de histórico-contemporâneo. Este é o contexto que caracteriza o enfoque sujeito-científico. Dentro do enfoque geral, os conceitos de 'capacidade restritiva de ação' e de 'capacidade generalizada de ação' se explicam a partir da relação entre o mundo imediato da vida e as estruturas da sociedade em seu conjunto. Ao mesmo tempo, enquanto cenário temático das complexas e contraditórias razões ou fundamentações de ação do indivíduo, este conceito determina-se, especialmente, com relação ao potencial de contradição e ameaça que procede das relações burguesas da vida. Neste caso, consideramos que estas relações representam 'nossas' relações, na medida em que tanto eu, pessoalmente, como provavelmente a maior parte dos meus leitores, desde nossos respectivos pontos de vista e perspectivas, nos encontramos nelas. Não se exclui, todavia, a possibilidades de que 'eu' também seja confrontado com as 'proposições' de nossos conceitos sujeito-científicos referentes a outras relações sociais 'contemporâneas' e que, a partir delas, organize minhas ações. No *Grundlegung* (p. 382), illustrei esta questão com relação à situação do sujeito no socialismo real, contemplando as possíveis formas de expressão, historicamente determinadas, da 'capacidade restritiva de ação'. Por exemplo, considere a existência de formas de 'oportunismo individual' que implicam num 'negligenciar' ativamente, determinadas dimensões da realidade que são prejudiciais para si mesmo. Devo confessar, porém, que não discutimos sistematicamente sobre estas diferenciações histórico-contemporâneas e suas consequências para a pertinente determinação de nossos conceitos sujeito-científicos. No caso desta discussão algum dia ser feita, necessitamos também analisar o seguinte fato: de um lado, deve-se levar em conta as distintas determinações sociais das estruturas dos significados e das razões ou fundamentações dos diferentes indivíduos 'aqui e agora', e, de

outro lado, também se deve considerar que o 'presente' da situação subjetiva do indivíduo está incluído nas estruturas sociais e se transforma historicamente com elas. Em outras palavras, as determinações centrais ou periféricas dos conceitos sujeito-científicos relacionados à situação subjetiva individual podem 'envelhecer' desde o seu ponto de vista histórico. Se pensarmos nas implicações das bruscas transformações ocorridas nos países socialistas na atualidade, entenderemos a urgência deste tipo de análise histórico-conceitual no contexto da 'psico-história'. Para ilustrar esta questão, podemos citar novamente minhas observações sobre o "oportunismo individual" sob relações socialistas. A esse respeito, a argumentação que desenvolvi naquela época continua sendo válida, mas, sem dúvida, desde a 'reunificação da Alemanha', o tipo de formulação que utilizei resulta antiquado sob muitos aspectos.

Como dissemos, os conceitos sujeito-científicos (como, por exemplo, a 'capacidade restritiva de ação' e 'capacidade generalizada de ação') foram concebidos como instrumentos para a elucidação da 'minha' situação subjetiva e da 'minha' prática de vida. Mas, ainda assim, é possível, e desde o ponto de vista da estratégia investigativa, frequentemente inevitável, entendê-los em um sentido mais extenso e referi-los a uma esfera de fenômenos mais ampla. O que, em caso algum, deve-se deixar de lado, é o critério para a aplicação destes conceitos, ou seja: a referência à estrutura das razões ou fundamentações de ações desde o ponto de vista do sujeito. Existem muitos materiais que podem satisfazer estes critérios, mesmo quando transcendam o espaço da 'minha' própria experiência. Aqui devo mencionar, sobretudo, os textos – atas, testemunhos literários, etc. – que permitem explicar ou reconstruir as estruturas das razões ou fundamentações, incluindo o ponto de vista do sujeito desde o qual se fundamentam as ações concretas. A este respeito, e no marco da teoria das razões ou fundamentações, falamos de 'análises secundárias'. Como ilustração, podemos citar a análise realizada por OSTERKAMP (1982) sobre as autobiografias de Rudolf Höß, comandante interino de

Auschwitz, Melita Maschmann, 'líder' do 'serviço de trabalho' das 'Juventudes Hitlerianas' e Cornelia Keller, líder do *Bund Deutsche Mädel* (seção feminina das 'Juventudes Hitlerianas') e também a análise realizada por Helmut PEITSCH (1984, 1990) sobre as avaliações da literatura, justificativa ao contexto da 'emigração interior'⁵⁴ durante a época do nazismo (ver, por exemplo, OSTERKAMP, 1988). Mas, neste contexto, também podem ser analisadas expressões existenciais provenientes de épocas remotas. Creio, por exemplo, que o fascinante livro de Peter CZERWINSKI (1989), que busca explicar as formas de pensamento sobre a individualidade e a subjetividade nas canções de gesta do final século XII e o começo do século XIII, oferece um material que poderia ser produtivo para a análise da determinação histórica das formas subjetivas por meio das quais os indivíduos fundamentavam e justificavam seu agir. A meu ver, dentro da teoria das razões ou fundamentações, a passagem da análise primária à secundária é mais ou menos fluida (mas aqui não vou discutir as questões metodológicas implicadas).

Até agora tratei de aspectos da crítica de MARETZKY que entendi o suficiente para desenvolver, a partir delas, indicações generalizáveis (assim espero) úteis para uma compreensão mais precisa do par conceitual 'capacidade restritiva de ação' versus 'capacidade generalizada de ação'. Porém, outros pontos e, em particular, as formulações que aparecem no final do seu texto, são difíceis de compreender. Talvez, no afã de adicionar cada vez mais aspectos à sua crítica, MARETZKY parece perder o controle sobre o desenvolvimento da sua argumentação. Este é o caso, por exemplo, onde ele afirma que, segundo o que eu escrevi no *Grundlegung*, na 'capacidade restritiva de ação' o indivíduo retornaria a uma fase inicial do desenvolvimento histórico-natural de forma a tornar-se um indivíduo totalmente 'condicionado' (1990, p. 31).

54 N.d.T.: No alemão, *Innere Emigration*, término que faz referência aos representantes do mundo cultural alemão e austríaco que durante o período do fascismo (1933-1945) não abandonaram estas nações e trataram de sobreviver sob esse regime apesar de não compartilharem as posições do nazismo.

Na sua intenção de demonstrar a certeza desta compreensão, ele confunde progressivamente os diversos planos da questão. E assim, finalmente, não resta nada da concepção das alternativas de ação restritiva *versus* generalizada como alternativas que se fundamentam em premissas diferentes e sempre de maneira subjetiva (ver, por exemplo, HOLZKAMP, 1983, p.371). Em seguida, ele constrói a tese segundo a qual o par conceitual implicará na “suposição de uma pulsão e contra-pulsão originariamente má”, a “inexplicada e inexplicável discrepância entre o bom e o mau por antonomásia no ser humano” (MARETZKY, 1990, p. 33). Esta tese é tão arriscada que o próprio MARETZKY parece ter vacilado ao construí-la e, assim, relativiza suas palavras avisando ao leitor que deixará de lado “questionamentos especificamente psicológicos”, embora ele critique um conceito basicamente psicológico. Em seguida, ele acrescenta: “Minha crítica é conscientemente exagerada...” (p. 20).

Até aqui tentei mostrar sob quais aspectos e contextos pode-se fazer uso inapropriado do par conceitual ‘capacidade restritiva de ação’ *versus* ‘capacidade generalizada de ação’. Mas, para finalizar, quero ilustrar esta questão de outra perspectiva e enfatizar certas funções que podem ser, razoavelmente, cumpridas por este par conceitual no processo de investigação sujeito-científica. Por exemplo, o par conceitual ‘capacidade restritiva de ação’ *versus* ‘capacidade generalizada de ação’ constitui a base categorial para o desenvolvimento do conceito teórico das ‘formas típicas’ do pensamento e da práxis. Trata-se de elucidar as condições sócio-institucionais à pressão da ameaça ou da necessidade imediatas e sua relação com as ‘formas típicas’ por meio das quais enfrentamos nossas problemáticas de vida, mas que, inconscientemente, reforçam e perpetuam as contradições e os dilemas que pretendíamos superar. Neste contexto, buscamos elucidar os ‘tipos’ de esquemas defensivos das razões ou fundamentações implicadas nas problemáticas (e não ‘tipos’ de pessoas ou coisas semelhantes). Juntamente com os afetados por uma problemática concreta, busca-se possibilitar, em primeiro lugar, a reflexão sobre

o próprio modo de pensar e a própria práxis de vida e, em segundo lugar, uma transformação desse pensamento e práxis que permita superar o dano inconsciente a si mesmo por meio de uma fundamentação generalizada das ações. Esses tipos de teorização acerca do par conceitual 'capacidade restritiva de ação' versus 'capacidade generalizada de ação' foram elaboradas em múltiplos contextos de investigação crítico-psicológicas, por exemplo:

- Kurt BADER (1984) analisou a problemática de determinadas contradições da situação profissional de 'trabalhadores sociais'. Neste trabalho, ele determinou as seguintes formas típicas de defesa: 'metodotização', 'pedagogização' e 'terapeutização' como aspectos de 'tendências de individualização' profissional. E, por último, mostrou que as dificuldades da própria situação profissional pareciam insuperáveis precisamente em razão das formas restritivas por meio das quais se pretendia controlá-las.

- No nosso projeto *Subjektentwicklung in der frühen Kindheit*⁵⁵ (ver MARKARD, 1985) analisamos determinados modos de enfrentamento das problemáticas educativas e explicamos diversos esquemas de defesa empregados para fundamentá-los. A título de ilustração, podemos citar o conceito de "regulação equitativa". Neste tipo de 'regulação', os adultos se esforçam para resolver os conflitos entre crianças e adultos, e entre as próprias crianças aplicando uma espécie de 'justiça' extrema, no sentido da igualdade de tratamento das pessoas envolvidas. Mas, em razão desta 'administração de conflitos' feita pelos adultos, acaba-se negligenciando as verdadeiras necessidades das crianças. As crianças acabam por converter-se em adversárias dos adultos e, ao invés de superar os conflitos, esta forma de ação colabora para a sua perpetuação.

- Também se enfatizou o esquema de defesa da 'regulação equitativa' em um contexto de investigação totalmente distinto, o

55 O desenvolvimento do sujeito na primeira infância.

contexto do *Projekt Rassismus und Diskriminierung*⁵⁶ dirigido por Ute OSTERKAMP⁵⁷, no interior do qual se investigam as estruturas subjetivas dos conflitos nos centros de refugiados da Cruz Vermelha alemã. Como exemplo, podemos citar uma máxima frequentemente utilizada pelos diretores destes centros: ‘aqui não favorecemos ninguém’. Utilizando esta máxima na administração aparentemente prática dos conflitos, desaparecem as diferenças entre os refugiados de países diversos, no que tange à ajuda que eles necessitam sob as condições alemãs, assim como a urgência e a desesperação dos indivíduos podem ser ignoradas ‘em prol da justiça’. Sobre a base deste tipo de fundamentação defensiva, os conflitos no centro de refugiados são praticamente intensificados para um novo nível.

- Eu mesmo trabalho, há alguns anos, no desenvolvimento de uma teoria sujeito-científica da aprendizagem. Neste contexto, as ações de aprendizagem humana se conceituam como tentativas de se superar, em formas e níveis distintos, as ‘problemáticas subjetivas da aprendizagem’. Realçam-se diversas formas de manifestação da ‘resistência à aprendizagem’ como implicação essencial das dificuldades de aprendizagem. Sob a pressão da necessidade imediata, a fundamentação ‘defensiva’ induz uma ‘economização’, decomposição e fragmentação das ações de aprendizagem que entram em contradição com os interesses do indivíduo ao ampliar, por meio da aprendizagem, seu controle sobre as próprias condições de vida (ver HOLZKAMP, 1987).

Os exemplos que citei representam desenvolvimentos teóricos em projetos concretos de investigação sob a base da categoria ‘capacidade restritiva de ação’ *versus* ‘capacidade generalizada de ação’. Com cada um destes exemplos, tentei ressaltar a relação

56 Projeto sobre o racismo e a discriminação.

57 Estas investigações e seus resultados estão documentados, por exemplo, no texto *Das Boot ist voll! Typische Selbstrechtfertigungs- und Abwehrfiguren in der Asyldebatte* (O Barco está cheio! – Formas típicas de autojustificação e defesa no debate sobre o asilo); OSTERKAMP, 1994).

que envolve os conceitos sujeito-científicos: não se trata de um raciocínio teórico-social e político como um fim em si mesmo, mas de uma contribuição para a elucidação e superação de 'minhas' autolimitações. Trata-se de promover as possibilidades subjetivas de controle sobre as próprias condições existenciais e incentivar a qualidade subjetiva de vida sob 'nossas' relações sociais.

Capítulo V

Psicologia Crítica e Psicologia Fenomenológica: o caminho da Psicologia Crítica para a ciência do sujeito

Tradução do texto *Kritische Psychologie und phänomenologische Psychologie – Der Weg der Kritischen Psychologie zur Subjektwissenschaft*, publicado originalmente em 1984 na revista *Forum Kritische Psychologie* N° 14, Berlim Ocidental.

I- Formulação do problema

Dentro da Psicologia Crítica não houve, até agora, uma discussão importante com e sobre a Psicologia Fenomenológica. Evidentemente havíamos considerado peremptório a elaboração crítica de nossas posições a respeito das ‘correntes hegemônicas’ da psicologia tradicional, como o behaviorismo e a psicanálise, especialmente em vista à importância relativamente marginal que se outorga aos procedimentos fenomenológico-psicológicos na investigação psicológica contemporânea.

Em sua apresentação durante o último Congresso Internacional de Psicologia Crítica de Marburgo⁵⁸, Carl Friedrich GRAUMANN se referiu ao problema da mediação entre a análise fenomenológica e o método experimental em psicologia (cfr. GRAUMANN, 1985). Quando, em seguida, discutimos em um

58 *Internationaler Kongreß Kritische Psychologie: Subjektivität als Problem psychologischer Methodik* [III Congresso Internacional de Psicologia Crítica: A problemática da subjetividade na metodologia psicológica], 11 à 13 de Maio de 1984, Marburgo, Alemanha (cfr. BRAUN y HOLZKAMP, 1985).

grupo de trabalho⁵⁹, despertaram-se minhas dúvidas, latentes há um tempo, sobre se efetivamente se podia justificar a ausência de tal análise. Já no escrito programático psicológico-crítico *Sinnliche Erkenntnis*⁶⁰ (Holzkamp, 1973), mais especialmente em meu novo livro *Grundlegung der Psychologie*⁶¹ (1983), se encontram, explícitas ou implícitas, distintas referências a procedimentos e conceitos fenomenológicos. Deveríamos deixar de lado a questão do valor metodológico e do conteúdo destas referências dentro do nosso enfoque geral, sendo que nos contextos das posições marxistas fundamentais a inclusão da 'fenomenologia' não é algo natural?

Uma vez que comecei a analisar de maneira mais sistemática minhas experiências e impressões do congresso, já não me cabiam mais dúvidas. Era evidente que não se tratava tão somente de superar um atraso no âmbito da história da psicologia. Dar conta de por que e em quais contextos se encontram ou faltam enunciados fenomenológicos em nossos trabalhos também deveria nos permitir elucidar as bases de nossos próprios procedimentos, especificamente no que diz respeito a uma questão central dentro da investigação crítico-psicológica, a análise categorial e seus resultados. Na medida em que se buscava e que se seguiam os rastros da fenomenologia em trabalhos de *Psicologia Crítica*, se abria também uma nova via que permitia abordar a questão referida, as etapas e as direções do desenvolvimento desses trabalhos de um modo distinto. Creio que desta maneira existe a possibilidade de estabelecer com maior clareza, através da reelaboração crítica e autocrítica de antigas contradições e reduções, as particularidades e as perspectivas de nossas posições atuais. Isso também gerou a oportunidade de responder – em parte – à pergunta por aquilo que na *Grundlegung* é 'novo', para além da mera sistematização das antigas concepções.

59 *Ibid.* O grupo de trabalho se intitulava: *Ausklammerung des Bewusstseins aus der psychologischen Forschung: Methodische Notwendigkeit oder Gegenstandsverfehlung?* (A exclusão da consciência da investigação psicológica: uma necessidade metodológica ou um erro com respeito ao objeto investigado?).

60 Conhecimento sensorial.

61 Fundamentação da psicologia. No que se sucede, citado apenas como *Grundlegung*.

A revisão dos materiais do Congresso, em um começo circunstancial, se transformou no presente artigo de autorreflexão crítico-psicológico, cuja extensão e objetivos correspondem ao significado fundamental que lhes dou.

II- O enfoque e os conceitos da análise psicológica-fenomenológica da estrutura da experiência imediata

Desde sua fundação como escola filosófica por BREN-TANO e HUSSERL, a fenomenologia tem se diferenciado em distintas vertentes denominadas como 'fenomenológicas'. Junto aos enfoques filosóficos, se encontram enfoques de distintas ciências que se apresentam a si mesmas como 'fenomenológicas', programaticamente fazendo referência às tradições fenomenológicas – por exemplo, na sociologia, a etnometodologia – (GARFINKEL, CICOUREL, etc.). Como exemplos de distintas variantes da aproximação 'fenomenológica', pode-se mencionar nomes como os de SHÜTZ, E. STRAUSS, GURWITSCH, MERLEAU-PONTY, BUY-TENDIJK, LINSCHOTEN, etc. Não posso expor aqui o complexo e contraditório desenvolvimento dessas vertentes fenomenológicas, mas ao menos tenho que me referir de forma pragmática ao que, a seguir, entenderei por psicologia fenomenológica: de um lado, esta psicologia, que aqui concebo de acordo com a citada apresentação de GRAUMANN, não é (embora surjam distintos pontos de contato e entrelaçamentos com problemas filosóficos) um enfoque filosófico, em que se tratem questões sobre a primeira ou última instância da fundamentação de nossa experiência, senão que corresponde à psicologia como disciplina científica, porém, por outro lado, não é uma escola ou disciplina psicológica em especial, mas um determinado plano do pensamento e da investigação psicológica. É o plano no qual, como condição prévia para uma investigação e práxis adequada dentro da psicologia em seu conjunto, devem se ressaltar analiticamente as dimensões mais gerais da experiência humana para alcançar, assim, clareza e entendimento a respeito dos traços fundamentais e incontorná-

veis do objeto da psicologia, ou seja, em relação ao que é ou deveria tratar a pesquisa e a práxis especificamente psicológica. Sobre esta base me referirei, como GRAUMANN, à análise fenomenológica, fenomênica ou de fenômeno e me atentarei, na seguinte exposição, basicamente aos pontos por ele ressaltados, embora empregando um sistema e terminologias um pouco diferentes⁶².

A análise fenomenológica parte do mundo imediato da vida dos seres humanos. Através de determinados procedimentos abstrativos – como o colocar entre parênteses, redução, etc. – e fazendo abstração dos conteúdos particulares de cada caso, aponta-se para a obtenção de enunciados sobre a estrutura básica deste mundo da vida como interconexão ser humano-mundo. Trata-se aqui da estrutura básica dada no modo específico da existência humana que, por tanto, é incontornável. Assim, GRAUMANN denomina a análise fenomenológica como uma ‘análise de estrutura’. Ele destaca como elemento central da estrutura a referencialidade intencional do sujeito a algo que é entendido como independente dele: a ‘intencionalidade’ ‘me’ implica como um ‘foco de intencionalidade’ desde o qual me situo em relação ao mundo dado independentemente de mim e, neste sentido, desde onde me ‘posiciono’ [*verhalte*]. Por outro lado, este ‘posicionar-me em-relação-à’ inclui também experimentar *ao outro* como ‘posicionando-se em relação comigo’, quer dizer, como o ‘centro’ ou ‘foco de uma intencionalidade’ independente de mim, referido a mim, ou em outras palavras, que o perceba como alguém que está me percebendo. Através desta estrutura recíproca, nossa experiência se constitui de um modo genuinamente ‘social’, mais exatamente, ‘intersubjetivo’. A referência desta ‘intersubjetividade’ também pode ser ‘re-dirigida ou ‘re-referenciada’ para mim mesmo, pois posso me ‘posicionar’ em relação comigo mesmo, como para um sujeito, com o qual também se dá, tal como outro sujeito é para mim ‘o outro’, para o outro eu mesmo também sou ‘o outro’. Portanto, nessa re-referencialidade e descentramento, a intenciona-

62 Para maiores esclarecimentos a respeito da análise fenomenológica, seus significados, entendidos e mal-entendidos, ver GRAUMANN (1985).

lidade também significa sempre 'reflexividade' de nossa relação intersubjetiva com o mundo e com nós mesmos.

Quando como um 'foco de uma intencionalidade' me situo em uma relação com a realidade que é entendida como realidade dada independentemente de mim, sempre me encontro, como indivíduo que experimenta essa realidade, em uma localização que determina certo ponto de vista, que possui uma determinada perspectiva a respeito do mundo e de mim mesmo, através do qual se limita minha experiência. Desta maneira, a experiência se refere à realidade independente de mim, na medida e sob os aspectos que é acessível desde minha localização, meu ponto de vista e minha perspectiva. Isso significa que a realidade mesma é sempre mais do que eu conheci dela ou do que abordei atuando nela. Minha experiência a respeito do mundo e a mim mesmo se estrutura como um horizonte de possibilidades sempre inacabadas. Deste modo, como um ator-cognoscente, deparo-me com a realidade, isto é, com determinados espaços de possibilidade da situação; a intencionalidade é uma relação de possibilidade a respeito do mundo e de mim mesmo, uma relação na qual as dimensões e o alcance de minhas alternativas de ação estão selecionadas ou limitadas pelo espaço de possibilidades da situação, mas em que o 'posicionar-me em-relação-à' possui necessariamente alternativas e, neste sentido, sou 'livre'.

Dado que a realidade transcende sempre e em todos seus aspectos o que poderia ser objeto de minha intenção, a intencionalidade está constituída como uma relação de possibilidade. Este fato também mostra que, em todos os aspectos, minhas possibilidades de ação estão limitadas por aquilo que é meramente 'factual', aquilo que (ainda) não conheço ou não compreendi. Esta 'facticidade' que limita minhas possibilidades não só se evidencia se levo em consideração o caráter necessariamente inacabado do que já elucidei a partir da minha intencionalidade. Como tal, também se encontra nos atos ou processos que não me propus, ou que são ainda contrários às minhas intenções, está nos eventos ou processos 'cegos' que irrompem de maneira 'aleatória' na minha experi-

ência ordenada a partir de uma perspectiva intencional, está nos fatos que forçam, cada vez mais, uma reestruturação da ordem intencional em função das ‘resistências’ que opõe a realidade.

Minha relação intencional de possibilidade com o mundo, com os demais e comigo mesmo, contém um momento antecipatório que se pode expressar como a dimensão geral da temporalidade da minha experiência. Meu próprio tempo de vida, que vai unido com minha localização, representa o ponto de referência das temporalidades específicas e imbricadas com e dentro dele, tal como os experimentos na existência de outras pessoas e eventos ou processos do mundo.

Através da possibilidade de ‘posicionar-me-em-relação’ comigo mesmo, minha autoexperiência adquire o traço característico da ‘historicidade’ fenomênica, na qual me estão dados o passado como um conjunto de possibilidades realizadas ou perdidas e meu futuro como um conjunto de possibilidades (em maior ou menor grau) ‘abertas’. Nesse contexto, a inabordável e impenetrável ‘facticidade’ que ‘limita’ com os espaços de possibilidade⁶³, aparece como a finitude experimentada do meu lapso de vida, com o qual se estabelece o último marco – já inatingível à minha disposição – para a estruturação temporal da minha biografia fenomênica.

63 N.d.T.: No alemão, *Möglichkeitsraum* (Möglichkeit= possibilidade; Raum= espaço). Hoje em dia, no âmbito filosófico, sociológico e psicológico alemão, *Möglichkeitsraum* não representa uma palavra particularmente especial. Dentro do desenvolvimento da Psicologia Crítica, denomina uma categoria de mediação. O ‘espaço de possibilidades’ é subjetivo, insere-se no tecido da sociedade em seu conjunto, mas nos mostra, necessariamente, as conexões consigo. Talvez se poss comparar o tipo de dimensão que neste contexto se ilustra com a imagem do ‘espaço’, com a imagem do ‘teatro de operações’ (o ‘espaço subjetivo de possibilidades’ vem a ser o ‘teatro de operações’ do sujeito). A Psicologia Crítica não busca determinar aspectos característicos nem questões similares que permitam classificar as pessoas, mas desenvolver, do ponto de vista do sujeito, sua possibilidades de ação (utilizando e ampliando as possibilidades de ação existentes). Neste sentido, quando se fala de ‘espaço de possibilidades’, a palavra ‘possibilidade’ se refere à perspectiva subjetiva e ao modo particular de sua mediação com as condições objetivas. Trata-se de compreender a própria situação subjetiva como “relação entre as possibilidades gerais de ação da sociedade e meu modo particular de realiza-las” (Holzkamp, 1983, p. 548)

Com esse esboço das estruturas elementares de nossa experiência, tal como se demonstrou na análise fenomenológica, dever-se-ia esclarecer, sobretudo, a singularidade do modo fenomênico-analítico de abordar a nossa experiência: aqui a experiência não é nem simplesmente 'descrita', nem 'transcendida' em algum ponto, mas apenas inquirida através de uma momentânea abstração de seu conteúdo, evidenciando seus traços estruturais básicos, os quais, seguidamente, na 'reintrodução' da plenitude do conteúdo e diversidade da experiência, devem ser reconhecíveis como seus momentos estruturais gerais. Deste modo, a estrutura intencional da relação ser humano-mundo se concebe como constituinte universal da experiência humana, independentemente dos distintos conteúdos e, assim também, independentemente das diferenças sociais ou 'culturais'. Por exemplo, o mundo específico das relações pessoais e interpessoais [*Sozialbeziehungen*] sempre é caracterizado como uma relação recíproca entre 'focos de intencionalidade', uma relação em que cada um percebe o outro como um outro que percebe a ele, etc.; isso também se dá no Vietnam ou em qualquer outro lugar, quer dizer, independentemente do quanto possam ser diferentes, em qualquer parte do mundo, as relações entre os indivíduos. É natural que, entre fenomenólogos, discuta-se e se debata sobre quais dimensões correspondem a nossa experiência como estrutura básica, sobre como se pode descrevê-las linguisticamente de forma mais precisas e outras questões semelhantes. Mas, além do modo que deva ser determinado em seus detalhes, para os indivíduos da espécie humana, esta estrutura deve caracterizar o modo universal da relação com o mundo e consigo mesmo: se abandonarmos essa exigência abandonar-se-ia a autonomia do enfoque fenomenológico que recorre à estrutura básica fenomênica das múltiplas experiências, dependentes de distintas condições de vida e circunstâncias históricas, buscando fazê-las acessíveis em suas diferenças (e assim comparáveis) como formas de experiência humana.

Um problema metodológico central da análise fenomenológica é, certamente, apontado nas duas questões que seguem:

- Primeiro: em que medida as determinações fenomênica-analíticas da estrutura representam somente definições ou convenções discricionárias que poderiam, assim mesmo, emergir em outros termos? E

- Segundo: Em que medida ou de que modo se pode dar um caráter cientificamente vincutivo a essas determinações, dado que não se pode subordiná-las aos critérios usuais de investigação empírica?

Os múltiplos e contraditórios debates sobre estas questões dentro da fenomenologia não me parecem facilmente acessíveis. No que diz respeito à Psicologia Fenomenológica, recorri à ajuda da seguinte construção: os enunciados fenomenológicos-psicológicos são resultados de esforços analíticos e, portanto, não são, de modo algum, 'óbvios' nem triviais, mas uma vez produzidos – e sempre que com eles se faça referência de fato à características básicas da nossa experiência –, terão que ser, ao revisar os passos de sua gestação analítica, susceptíveis de consenso. Em outras palavras: enquanto alguém negar encontrar em certas determinações da estrutura fenomenológica-psicológica, as características de sua experiência (e, no entanto, essas determinações estão corretas), irá se afastar, inevitavelmente, de maneira clara e reconhecida por todos, da base de experiência comum através da qual os processos de entendimento intersubjetivos (científicos e cotidianos) são em geral, possíveis entre nós, quer dizer, no que diz respeito a este tema, se excluirá a si mesmo destes processos de entendimento.

Digamos, por exemplo, que alguém me disse que a 'experiência' não é unida ao sujeito da experiência (isto seria sim um prejuízo de viés subjetivista). Sendo assim, sua dor de dente não é apenas sua, mas sim, ao mesmo tempo, de qualquer outro indivíduo. Em sua experiência tampouco percebe aquela casa tão somente a partir de sua posição espacial e da perspectiva que im-

plica (isso seria um extravio agnosticista), mas que experimenta a casa objetiva, tal como ela é fora dela mesma e tal como, por outro lado, também tem que experimentá-la os demais. A um interlocutor fictício como este, poderíamos dizer que ele mescla o plano fenomenológico com o plano epistemológico, e por tanto, está dizendo disparates; mas, se apesar dessa objeção, ele persiste em suas experiências, então não poderia refutá-la realmente. Então, em todo caso, já que não reúne os requisitos elementares, não pertenceria ao círculo daqueles com quem se pode dialogar razoavelmente sobre questões da subjetividade humana. Possíveis interlocutores seriam, para ele, os indivíduos que como ele vivam em um mundo de experiência sem-sujeito (com isso, em todo caso, um círculo deste tipo se excluiria das relações terrenas).

A fim de esclarecer a relação entre Psicologia Crítica e Fenomenologia, e a continuação desta visão geral à análise fenomenológica-estrutural da experiência imediata, caracterizarei agora os traços principais da análise histórico-categorial desenvolvida dentro da Psicologia Crítica. Por enquanto, exporei somente os passos e os aspectos do procedimento analítico-categorial que, por princípio, são caracterizados do mesmo modo em todos os trabalhos psicológicos-críticos. Para este fim, vou me referir à passagem da *Grundlegung* em que expus, de maneira resumida e dentro de um novo contexto, posições anteriores. No essencial, trata-se de posições provenientes dos seguintes trabalhos: *Sinnliche Erkenntnis* (HOLZKAMP, 1973), *Motivationsforschung* I e II, de Ute OSTERKAMP (1975 e 1976) e os livros de Volker SCHURIG sobre a história natural do desenvolvimento do psiquismo, *Naturgeschichtlinchen Entwicklung des Psychischen*, assim como sobre a origem da consciência, *Entstehung des Bewußtseins* (1975a, b, c e 1976). No capítulo seguinte (IV) irão integrar-se, paulatinamente, na discussão aqueles passos e aspectos da análise categorial quando eu tive que avançar, na *Grundlegung*, para posições fundamentais que vão além dos trabalhos anteriores.

III- Procedimento e conceitos da análise categorial genético-reconstrutiva na Psicologia Crítica

A exigência de uma análise categorial crítico-psicológica se funda a partir da necessidade de uma crítica e revisão fundamental dos conceitos psicológicos básicos existentes. As teorias psicológicas (sejam estas científicas ou ‘cotidianas’) implicam certas concepções prévias referidas ao caráter próprio do objeto a investigar. A análise categorial as torna explícitas como referência categorial ao objeto. Na investigação empírica tradicional, tal referência categorial não é acessível, apesar de que dela dependa, em geral, quais aspectos do objeto se pode identificar e abordar nas investigações. Devido à falta de reflexão teórico-metodológica, é provável que as determinações categoriais das teorias psicológicas dadas reproduzam e ‘dupliquem’ cegamente as concepções cotidianas e seu caráter ideológico. Sendo assim, isto implicaria uma redução e fragmentação geral do objeto psicológico representado nos conceitos básicos, e nenhum procedimento ou resultado posterior conseguiria revertê-la. Mas isto é uma conjectura que tão somente pode se fundamentar na medida em que seja possível desenvolver, sobre uma base científica, determinações categoriais que representem o objeto psicológico de forma contextualizada e relativamente não reduzida. Só a partir de um desenvolvimento deste tipo, as determinações categoriais tradicionais poderiam ficar expostas em seu caráter reducionista e parcial com referência ao objeto.

Desta maneira, está descrito o objeto mais geral do procedimento categorial, que deve se entender como um procedimento empírico para a análise de material histórico. Ainda que empírico, tal procedimento, desenvolvido com bases nos princípios materialistas da dialética histórica, produz resultados que permanecem em desenvolvimento e que podem ser submetidos metodologicamente ao juízo empírico. A respeito da crítica e revisão dos conceitos psicológicos básicos, a análise categorial aponta

para o desenvolvimento empírico-histórico das determinações categoriais do objeto de investigação psicológica. Isso significa que não compete com os procedimentos empíricos que são comuns na psicologia (aos quais, para diferenciá-los da análise categorial empírico-histórica, chamaremos de procedimentos 'empíricos-atuais'). A análise categorial avança bem para um espaço que, até o momento, não havia sido abordado de maneira científica. Mas devido as inevitáveis implicações metodológicas da produção das categorias psicológicas, a crítica e a revisão dos conceitos psicológicos também tem consequências para uma metodologia adequada ao objeto na investigação empírica-atual (cfr. HOLZKAMP, caps. 1.2, 1.3 e 9).

Do mesmo modo que a análise fenomenológica de estruturas, também o procedimento analítico categorial⁶⁴ é uma aproximação que se localiza 'por cima' da produção e verificação de teorias, pois se trata de produzir os supostos conceituais que permitam abordar adequadamente o objeto que logo será tematizado nas teorias. Desta maneira, tanto a análise fenomênica, como a análise categorial, cumprem uma função estratégica para a investigação, mas esta função só se pode compreender se se reconhece que a referência que se faz ao objeto, os conceitos básicos contidos nas teorias psicológicas, não se pode verificar da maneira empírica habitual. E mais: desta referência ao objeto depende o que é que, em geral, se pode chegar a observar do objeto psicológico na investigação empírica. De maneira que é necessário reconhecer a independência metodológica, tanto da análise categorial, como da análise fenomenológica, frente a procedimentos mais especiais destinados à produção e verificação de teorias.

Em certo sentido, tanto o procedimento analítico fenomenológico, como a análise categorial, tem seu ponto de partida no imediatamente dado, quer dizer, nos 'pré-conceitos' (psicoló-

64 Por certo, poder-se-ia dizer que também a análise fenomênica representa uma classe de análise categorial (no sentido mais amplo da palavra), porém, no presente texto, terei em vista tão somente a versão crítico-psicológica da análise categorial e distinguirei terminologicamente ambas formas de análises.

gicos-cotidianos ou psicológicos-científicos). Ambos os procedimentos se orientam para esclarecer as condições prévias necessárias para uma investigação e práxis psicológica razoável. Mas, mesmo assim, a análise categorial se diferencia da análise fenomenológica principalmente por dar uma orientação distinta a sua atitude cognoscitiva: ela não tenta (por enquanto) analisar a estrutura intencional, etc., do imediatamente dado, senão que, pelo menos, *passa por alto* a intenção com respeito ao objeto de conhecimento consumado nos pré-conceitos e se pergunta pelo que se propõe ou tenta abordar com eles; quer dizer, pergunta-se pelo objeto de conhecimento psicológico mesmo. Aqui a análise categorial se mostra como um procedimento que se constrói em um plano 'científico real', prescindindo da estrutura da experiência imediata, de maneira que não deve ser tratado num mesmo nível junto à análise fenomenológica. Dado que os objetos científicos não se apresentam 'como tais' e independentemente do ato intencional referido a eles, mas nos apresentam em facetas e aspectos dependentes das posições e perspectivas, etc., tem-se que reconstruir ou remodelar suas 'verdadeiras' características no pensamento. Por essa razão, a análise categorial deve ser especificada como um procedimento histórico-reconstrutivo.

Uma aproximação histórico-reconstrutiva ao objeto psicológico tão somente tem sentido se neste objeto existe, em geral, algo possível de ser reconstruído historicamente. E em efeito partimos da base de que com a análise categorial se abre uma dimensão histórica no objeto de estudo e investigação da psicologia. Isso não se limita simplesmente à historicidade da nossa própria experiência individual e social, a qual mostramos com a análise fenomênica, mas que se estende muito mais do que isso e abarca processos histórico-naturais e histórico-sociais. Vejamos o caso da 'vivência', da 'conduta', da 'consciência', etc.: na concepção tradicional, formam o objeto de estudo e investigação da psicologia; por sua vez, a psicologia fenomenológica analisa suas estruturas básicas enquanto experiência humana. Mas ao mesmo tempo, a 'vivência', a 'conduta', a 'consciência', etc., representam somen-

te um 'estado final' (no definitivo), no qual outras determinações muito mais 'antigas' e gerais do processo de vida têm a forma de manifestação específica da consciência. Como supomos, o 'psiquismo' (assim queremos chamar, de maneira global, o objeto da psicologia o qual perseguimos) não corresponde cabalmente às características que podemos destacar ou as que podemos apreender em nossa experiência imediata. Ao contrário, enquanto expressão específica do processo histórico-natural e histórico-social, o psiquismo possui características objetivas que somente adquirem a qualidade de 'consciência', 'experiência' subjetiva, ou coisas deste tipo, diante de condições específicas, historicamente 'tardias'.

Mas se este enfoque é adequado, quais são as consequências, com respeito à terminologia psicológica tradicional que, como se supõe, reduz ou desconhece a referência categorial do objeto? É óbvio que esta redução e desconhecimento não se pode superar fixando o olhar unicamente no 'estado final' do psiquismo como 'consequência', 'conduta', 'experiência', etc. No psiquismo, tal como está dado agora, não se pode estipular de maneira cientificamente fundamentada e por nenhuma análise fenomenológica, por mais profunda que seja, que características lhe correspondem ao psiquismo geral, quer dizer, em todos os estados de seu desenvolvimento, quais características representam expressões mais específicas e quais são tão apenas características de sua expressão 'humana' final. Esta limitação do olhar torna apenas visível o entorno social imediato enquanto formas da experiência imediata, de maneira que é impossível diferenciar, em primeiro lugar, quais aspectos ou dimensões correspondem às determinações meramente 'naturais', 'biológicas'; segundo, quais representam determinações referidas à sociedade no plano mais geral, e em terceiro, quais são as determinações históricas concretas do psiquismo sob relações de formação social, classe e posição específicas (por exemplo da sociedade burguesa). Enquanto referência à sociedade, a 'socialidade' não é um conceito fenomenológico, mas 'reconstrutivo'. No 'estado final' do psiquismo não se pode diferenciar nem o mais geral do mais especial, nem o mais específico

do mais inespecífico, nem, tampouco, o natural-biológico do que é social em um plano geral ou do que representa uma concreção histórica do social. Assim, não se pode reproduzir conceitualmente de maneira adequada e diferenciada a conexão entre os distintos aspectos e dimensões do psiquismo, nem se pode contrapor argumentos cientificamente fundamentados às reduções e subdivisões que sofre o objeto na concepção psicológica tradicional. Limitadas pelo referente categorial que as isola e reduz, as características do psiquismo não podem ser compreendidas como um caso especial de processos psíquicos sob determinadas condições históricas de vida restritivas e contraditórias. Mas, deste modo, tampouco se pode compreender o cunho ideológico da produção de conceitos da psicologia tradicional que universaliza essas formas reduzidas do psiquismo, as expondo como formas humanas em um sentido 'universal'. Esta miscelânea e conseqüente indiferenciação das determinações essenciais do psiquismo não se pode esclarecer em suas manifestações e a partir delas. Nisso se funda, para nós, a necessidade metodológica de transcender a experiência imediata e sua elucidação fenomenológica em direção da análise categorial histórico-reconstrutivo do psiquismo.

Como 'análise histórico-funcional', o procedimento analítico-categorial se dirige às características objetivas do psiquismo que tomaram forma filogeneticamente através de processos biológicos evolutivos. Desse ponto de vista metodológico, trata-se de uma análise histórica da gênese e diferenciação. Elaboram-se as relações genéticas das diferentes determinações do objeto para, desta maneira, possibilitar a crítica e a revisão da referência ao objeto psíquico existente nas relações conceituais dadas. A análise histórico-funcional busca uma representação categorial adequada das características essenciais do psiquismo e suas conexões, o qual se define como isomorfismo entre as relações conceituais e genéticas do objeto (isso poderia se comparar, em uma espécie de analogia, com a elaboração do sistema de animais e plantas de LINNEO, onde se criticaram e revisaram as antigas taxonomias, que se referiam somente às características, a partir de uma classi-

ficação conforme as relações de parentesco genético).

Desta maneira, chegamos a um sistema de determinações categoriais psicológicas de base genética. O ponto de partida para seu desenvolvimento era conformado por determinadas relações conceituais já existentes, que apareciam ‘mescladas’ e sem clareza. Dentre essas relações conceituais, destacou-se, em primeiro lugar, aquela determinação que permitia demonstrar, na análise empírica do processo filogenético, uma nova qualidade dos processos de vida e que cumprisse os seguintes requisitos:

- Por um lado, esta nova qualidade devia representar a característica mais geral que correspondesse a todas as manifestações ‘psíquicas’ desenvolvidas (até chegar à forma final ‘consciente’) e,

- Por outro lado, esta nova qualidade devia permitir distinguir claramente o estado ‘psíquico’ dos processos de vida, diferenciando-os dos processos de vida ‘pré-psíquicos’, filogeneticamente mais antigos (enquanto existisse, em conformidade com o efeito favorável a subsistência do sistema em processo evolutivo, uma relação irreversível entre os estados pré-psíquico e psíquico da filogênese).

Por essa via, elaborou-se a ‘forma genética’ básica do psiquismo o que, por sua vez, permitiu-nos colocar em relevo, entre as determinações pré-conceituais que se apresentavam mescladas, sua determinação categorial mais geral; alcançando-se, assim, neste ponto, o isomorfismo ‘genético-conceitual (HOLZKAMP, 1983, cap. 2)⁶⁵.

Em seguida, abordou-se a crítica e a revisão das seguintes diferenciações conceituais do psiquismo em suas distintas determinações. Com este fim, reconstruíram-se empiricamente (sobre a base do material etológico) as diferenciações genéticas do psiquismo no processo filogenético e se elaboraram os conceitos

65 No presente texto, irei categorizar apenas o procedimento de análise categorial, seus resultados concretos se encontram nos textos citados.

que deviam fazer referência a elas. Procedeu-se de tal maneira, que as formas anteriores comuns foram designadas cada vez mais como um conceito mais amplo e geral e que a ordem de suas diferenciações genéticas se correspondia com a ordem das respectivas diferenciações conceituais. Deste modo, alcançou-se um isomorfismo entre a 'árvore genealógica' do processo de diferenciação filogenética e a ordem conceitual superior e inferior das determinações categoriais a ela referidas. Até aqui, a questão de se uma determinação psíquica era mais geral ou mais específica que outra se colocava em um plano meramente 'definitório' e não possuía caráter vinculante. Agora, porém, essa questão se transformava na pergunta sobre quais aspectos e dimensões se originam a partir de quais outras e, desta maneira, possibilitava-se seu esclarecimento científico. Por esta via, chegou-se, então, às diferenciações genético-conceituais da forma ou categoria básica do psiquismo sob aspectos gerais:

- A 'orientação' e as 'estruturas de significado',
- As 'emoções' e as 'estruturas de necessidade' e
- A 'comunicação' e as 'estruturas sociais' (por enquanto, em nível animal).

A partir da análise do efeito 'favorável à subsistência do sistema' no processo evolutivo (no marco dos mecanismos micro-evolutivos de mutação, seleção, etc.), foi possível desenvolver as determinações biologicamente relevantes das diferentes dimensões e aspectos psíquicos. E, desta maneira, outorgávamos-lhe um caráter vinculativo à extensa estrutura das relações categoriais entre os diferentes momentos psíquicos, pois agora era reconhecível como estrutura de relações genéticas (ver HOLZKAMP, 1983, capítulo 3).

Há uma questão que não se pode esclarecer suficientemente desde a perspectiva da análise da gênese e diferenciação até agora exposta: em que medida se pode fundamentar determinações categoriais que não só abordem aspectos e dimensões

psíquicas de distintos graus de generalidade, mas também distintas expressões qualitativas do psiquismo? Esse problema se apresenta no contexto do isomorfismo entre relações conceituais e genéticas elaborado na análise histórico funcional. Segundo a lógica deste isomorfismo, as novas qualidades do psiquismo só devem se destacar categorialmente, atendendo às características que podem se demonstrar empiricamente como dimensão determinante de saltos qualitativos no processo evolutivo (referido à psicofilogenia). Há que se demonstrar, cada vez, que o equilíbrio sistêmico entre organismos e o entorno só pode subsistir frente a condições de desenvolvimento externas ou internas modificadas através de uma reestruturação qualitativa do sistema psíquico em seu conjunto, sendo que o traço em questão representou a dimensão determinante do desenvolvimento. A problemática que se coloca é, portanto:

- Como fundamentar cientificamente suposições sobre os 'saltos qualitativos' no processo da filogênese que estejam à altura do que se considera e se reconhece como o 'desenvolvimento atual' da investigação dos mecanismos e leis evolutivas?

De maneira concreta, nos encontramos com esta problemática pela primeira vez quando tratávamos de destacar a determinação categorial mais geral do psiquismo como aquela dimensão na qual o processo da psico-filogênese adquire uma nova qualidade frente ao processo de vida 'pré-psíquico'. Para possibilitar essa operacionalização do princípio dialético geral da conversão da quantidade em qualidade em referência com nosso espaço de investigação, diferenciamos vários níveis que deviam ser estabelecidos empiricamente em uma 'conversão' – em particular:

- A 'mudança de função' como 'primeiro salto qualitativo' e
- A 'mudança de dominância' como 'segundo salto qualitativo'.

Contudo, como se manifesta a dimensão qualitativamente nova? Segundo supomos, uma função vital que até esse momento era relativamente inespecífica, ao estar integrada no novo nexos do 'antigo' sistema, implica um maior 'efeito de adaptação' evolutivo e aumenta, por meio desta 'mudança de função', a capacidade deste sistema. Assim, tem lugar o 'primeiro salto qualitativo'. Porém, precisamente a raiz de seu efeito de adaptação, a nova função que em um começo estava subordinada, adquire cada vez mais força e, por meio de mecanismos e leis evolutivas, torna-se finalmente dominante frente à função vital que era determinante no 'antigo' sistema. Com esta 'mudança de dominância', tem lugar o 'segundo salto qualitativo'. A partir da nova função e dimensão que agora se tornou dominante, o sistema em seu conjunto ganha uma nova qualidade e toma outra direção de desenvolvimento, enquanto que as funções que até ai eram dominantes se retraem ou se tornam 'supérfluas' (ver HOLZKAMP, 1983, caps. 2.4 y 2.5).

Utilizando a análise histórico-funcional de 'saltos qualitativos' no processo evolutivo como ferramenta metodológica, procedeu-se a reconstrução do desenvolvimento do psiquismo além das primeiras diferenciações citadas. O objetivo era esclarecer – agora ao interior da psico-filogênese – em que medida se tornava necessário fazer mais especificações qualitativas (realizadas segundo o critério da 'mudança de função' e da 'mudança de dominância') no sistema de categorias a elaborar. Seguindo este caminho, destacamos um novo nível qualitativo do desenvolvimento do psiquismo:

- A capacidade individual de aprendizagem e desenvolvimento de características específicas segundo a espécie.

Anteriormente, havíamos destacado, como aspectos globais das funções psíquicas, a 'orientação' e as 'estruturas de significados', as 'emoções' e as 'estruturas de necessidade', assim como a 'comunicação' e as 'estruturas sociais' a nível animal (ver acima, p. 94). Agora tínhamos que demonstrar que, por um lado, esses

aspectos e dimensões psíquicas das funções se conservam, mas que, por outro lado, no contexto do novo nível da psico-filogenia, adquirem uma nova qualidade funcional como ‘orientação’, ‘emoções’ e ‘comunicação’ aprendidas ou desenvolvidas de maneira individual. No nível da ‘dominância’ da capacidade individual de aprendizagem e devido à nova direção filogenética do desenvolvimento se obtiveram mais diferenciações genéticas, que se retiraram como diferenciações categoriais adicionais. Por exemplo: a ‘motivação’ como antecipação valorativa aprendida, ‘conduta de jogo’, ‘formação de tradições’ como ‘aprendizagem social’ por observação, ‘socialização e sociabilidade’ (tudo isso em nível animal; ver HOLZKAMP, 1983, cap. 4).

Seguindo com a reconstrução histórico-funcional da psico-filogênese, aproximamo-nos a uma nova conversão qualitativa do sistema em seu conjunto, de grande significado estratégico-investigativo e que conduzia do nível ‘pré-humano’ ao nível ‘humano’ do psiquismo (quer dizer, de sua qualidade pré-humana a sua qualidade humana). Segundo nossa concepção, até chegar a esta conversão, as diferenciações e caracterizações do psiquismo também corresponderam (em seus traços gerais e como base funcional ‘biológica’) aos seres humanos, mas não eram específicas deles. Tratava-se, portanto, de determinar desde uma perspectiva histórico-funcional, as novas mudanças qualitativas que experimentam as dimensões psíquicas como aspectos da capacidade individual de aprendizagem e desenvolvimento quando estão incluídas no nível da atividade de vida na sociedade. Teria, então, que determinar categorialmente e sobre uma base empírica os traços do psiquismo que são especificamente sócio-humanos frente aos traços do psiquismo que são em maior ou menor grau inespecíficos.

Na hora de elaborar genético-conceitualmente a especificidade ‘humana’ do psiquismo, a análise histórico-funcional se encontra frente a um novo problema: o processo em que surge a espécie humana não é simplesmente um processo no interior da filogênese, mas que em um momento dado se sobrepõe ao tipo de

desenvolvimento filogenético, determinado por as leis da evolução, outro tipo de desenvolvimento regido por leis próprias, isto é, o desenvolvimento sócio-histórico. Em virtude disso, tem-se que passar a um plano analítico mais geral, superior ao do desenvolvimento psíquico, e elaborar as dimensões essenciais da conversão qualitativa que conduz da dominância do tipo de desenvolvimento filogenético à dominância do tipo de desenvolvimento sócio-histórico; isto é:

- Do uso individual de meios dos hominídeos 'pré-humanos', se passa, em uma 'mudança de função', à elaboração e uso social generalizado de ferramentas; e assim,

- A comunicação adquire uma nova qualidade, se torna apta para a 'cooperação' referida à transformação objetiva da realidade mediante os 'meios de trabalho'; e, deste modo,

- Impõe-se gradualmente, e finalmente passa a ser dominante a nova forma de produção da vida em sociedade, de modo que os recursos naturais existentes já não se usam somente de maneira individual ou social-imediata, mas que as condições de vida humana são produzidas socialmente em uma planificação comum, previsora e consciente.

Como vimos, aqui também o indivíduo assegura sua existência cada vez menos em confrontação direta com situações naturais, mas que o faz, de maneira cada vez mais pronunciada, participando da produção social. Desta forma, a reprodução individual da existência é mediada pela reprodução social e adquire seu caráter a partir de relações historicamente determinadas nas quais tem lugar tal mediação (ver HOLZKAMP, 1983, cap.5.15.3).

Só uma vez terminada a reconstrução histórica da transição da dominância do processo filogenético para a dominância do processo histórico-social em seu conjunto, pode-se voltar ao plano 'psíquico' da análise, para clarear a questão seguinte:

- Se a 'aprendizagem' e o 'desenvolvimento' já não se consumam em um entorno 'natural', mas em um mundo social produzido e reproduzido pelos seres humanos, quais outras determinações e diferenciações genético-conceituais devem-se realizar com referência aos aspectos e dimensões psíquicas da capacidade individual de aprendizagem e de desenvolvimento até aqui elaborados?

Este problema deve ser abordado a partir de uma perspectiva 'histórico-funcional', no sentido exposto, por uma razão específica: como devemos pressupor, na transição que vai desde as formas primitivas da elaboração e uso cooperativo de meios até a dominância da nova forma social de vida, ainda é dominante o desenvolvimento segundo as leis evolutivas. Nesta fase de transição, podemos partir da base de que os primeiros indícios das formas de assegurar a existência baseadas na objetivação-cooperação, surtiram um efeito favorável à 'subsistência do sistema'. Em outras palavras, implicam 'vantagens seletivas' que conduziram à transformação da informação genômica em direção à formação das potências 'naturais' que permitem ao ser humano participar do processo social de produção e reprodução.

De que maneira qualificar e diferenciar, genético-conceitualmente, os aspectos e dimensões do psiquismo, que até agora haviam sido reconstruídos se se desenvolveram evolutivamente como característica da (assim determinada) 'natureza social' dos seres humanos? A elaboração histórico-funcional de material antropológico e paleontológico nos permitiu desenvolver supostos fundamentados sobre como resolver esta questão. Para começar, havia de esclarecer, concretamente, como se deve caracterizar a base funcional psíquica da orientação, das emoções e a comunicação modificável através da aprendizagem individual. Mas esta caracterização devia permitir-nos entender, em primeiro lugar, como o ser humano pode obter e desenvolver sua existência participando do processo de reprodução social, permitindo-nos, em

segundo lugar, conceber cientificamente a capacidade individual de aprendizagem e desenvolvimento em seus distintos momentos psíquicos, já não mais em um entorno 'natural', mas como 'socialização individual'. A partir deste tipo de análise se desenvolveram novas qualificações e diferenciações categoriais. Suas particularidades e orientações foram elucidadas mediante a crítica às suas respectivas bases categoriais na psicologia tradicional⁶⁶. Nessa crítica, mostramos em que aspectos essas bases categoriais haviam reduzido a produção social da vida a mero domínio individual da existência em um entorno social-imediato natural e haviam ignorado assim a especificidade humana do psiquismo.

A elucidação categorial da conexão entre a reprodução social e individual da vida é a condição primeira e fundamental para a compreensão da especificidade humana do psiquismo. Esta concepção é resultado das análises esboçadas e (como todas as posições crítico-psicológicas até aqui expostas) representa um bem comum da Psicologia Crítica. Mas, se pode dizer que, do ponto de vista categorial, a reconstrução histórico-funcional da formação e diferenciação da 'natureza social' dos seres humanos elucidada suficientemente esta relação? Alcançamos, assim, com essas especificações categoriais, as determinações gerais daquele 'estado psíquico final' da consciência ou da experiência subjetiva ao que, como dissemos (ver acima, p. 91), referem-se aos conceitos da análise fenomenológica estrutural? Podemos partir do pressuposto de que, agora sim, os conceitos fenomênico-analíticos e crítico-psicológicos apontam de maneira precisa ao mesmo 'objeto' e que, portanto, já não bastam as demarcações até aqui realizadas, mas que chegou o momento de analisar criticamente a relação entre ambos os tipos de conceito? Ainda serão necessárias outras especificações sobre a singularidade humana do psiquismo?

Tematizando este problema, cheguei ao ponto no qual já não posso me limitar a expor nossa concepção, mas que tenho que

66 Não podemos tratar aqui separadamente, em seus conteúdos, estas qualificações e diferenciações categoriais. Uma exposição detalhada se encontra em *Grundlegung*, caps.6.2 e 7.2.

ressaltar certas dificuldades e contradições dentro dos primeiros trabalhos crítico-psicológicos, as quais, ao meu juízo, somente se superaram com a recente revisão categorial-analítica no contexto da *Grundlegung*. Como veremos, justamente no que se refere à relação entre determinações crítico-psicológicas e fenomênico-analíticas da experiência subjetiva, só agora, depois desta revisão, podemos formar um conceito adequado tanto das antigas dificuldades, como do modo de superá-las.

IV- Desatenção ao plano fenomenológico de análise: a falta de desenvolvimento e de explicação das mediações entre o processo social e a subjetividade individual.

Nas principais exposições psicológico-críticas referidas à especificidade social do psiquismo humano, anteriores à *Grundlegung*, supor-se-ia que, junto com as determinações dos aspectos psíquicos da natureza social dos seres humanos, realizada mediante a análise histórico-funcional, também se haviam desenvolvido, simultaneamente, as determinações sociais gerais do psiquismo. Em meu artigo *Zur kritisch-psychologischen Theorie der Subektivität*⁶⁷ (1979a), afirmo:

Os momentos determinantes do salto qualitativo do desenvolvimento filogenético para o desenvolvimento histórico-social da atividade de vida e do psiquismo que se mostram na análise histórico-funcional são idênticos aos momentos determinantes das possibilidades 'naturais' da socialização individual. Ao mesmo tempo, estes momentos representam as dimensões mais gerais, comuns a todas as formas historicamente determinadas, nas quais é possível agora conceber as características essenciais e determinantes, especificamente 'humanas' do desenvolvimento individual (p. 47).

Este tipo de representação esconde uma problemática que não reconhecemos e que vou ressaltar e precisar no transcur-

67 Sobre a teoria crítico-psicológica da subjetividade.

so da seguinte reflexão. O *gérmen* desta problemática se encontra na equiparação que se faz da dimensão psíquica da 'natureza social' dos seres humanos, de origem filogenética, com as dimensões mais gerais da socialização individual. Nesta equiparação, as potencias biológicas de desenvolvimento para a socialização do indivíduo se identificam quase completamente com o processo de sua realização, que tem lugar no desenvolvimento dentro das relações sociais concretas. É verdade que no processo filogenético da formação da 'natureza social' dos seres humanos ainda era dominante a forma biológica de produção da vida e que os potencias sociais de desenvolvimento dos seres humanos puderam surgir graças às 'vantagens seletivas' das formas primitivas do trabalho em sociedade, mas a realização destas potências ocorre diante de condições da dominância do processo histórico-social. As potências humanas se desenvolvem sob sistemas autonomizados de 'conjuntos sociais'. Mas as determinações gerais destes 'conjuntos sociais' sempre representam caracterizações abstrativas daquelas estruturas históricas concretas, determinadas pela divisão do trabalho e de classes, articuladas em distintos planos e campos sociais. Quando os caracteres gerais da produção social da vida (com respeito ao que determinou sua origem filogenética) se usam despreocupadamente para qualificar as dimensões da conservação e desenvolvimento da existência do indivíduo concreto, a 'abstração' se contamina com sua concreção. Em consequência, as determinações categoriais apresentam uma falta de diferenciação a respeito das múltiplas mediações entre o processo da sociedade em seu conjunto e as condições sociais de vida concretas, estruturalmente determinadas, sob as quais tem que viver e desenvolver-se os indivíduos.

De fato, em diversas exposições crítico-psicológicas fundamentais sobre a relação entre indivíduo e sociedade, podíamos encontrar formulações em que faltava uma explicação das mediações entre o processo de vida da sociedade em seu conjunto e o processo de vida individual. Em consequência, tanto as necessidades de vida sociais, como as individuais, caracterizaram-se em

grande parte com os mesmos conceitos, como exemplifico na seguinte passagem:

Para obter e manter sua vida a um nível especificamente ‘humano’, quer dizer em previsão consciente, coletiva e generalizada, os seres humanos têm que produzir suas condições de vida como relações sociais que se desenvolvem em estruturas objetivadas. A este fato corresponde, do lado dos indivíduos concretos, o aumento da previsão e o controle consciente sobre as próprias condições de vida como dimensão central do desenvolvimento individual. O que significa este fato para os diferentes aspectos funcionais das potências de desenvolvimento contidas na natureza social do indivíduo? —Significa que a especificidade humana destas potências sempre pode ser caracterizada como orientação para a superação do estado em que a atividade de vida é condicionada por influências momentâneas e aleatórias, orientação para o controle consciente e ampliado sobre as próprias condições de vida em antecipação previsora-generalizada das futuras necessidades de vida (...). (1979b, p. 10).

Na medida em que só se fale dos nexos gerais entre reprodução social e individual, estas explicações não são problemáticas. Mas as dificuldades surgem quando o tipo de constituição conceitual sugere que, junto com os conceitos referidos aos indivíduos, já foram efetuadas as elucidações categoriais de suas visões subjetivas do mundo e de si mesmos. Pois, neste caso, “a previsão e o controle consciente sobre as próprias condições de vida”, a “orientação para a superação do estado em que a atividade de vida é condicionada por influências momentâneas e aleatórias”, e a “orientação para o controle consciente e ampliado sobre as próprias condições de vida em antecipação previsora-generalizada das futuras necessidades de vida” seriam, de antemão, caracterizações gerais da experiência e da situação subjetiva imediatas dos indivíduos que estão se socializando. Tratar-se-ia, então, de caracterizações validadas do ponto de vista fenomênico-analítico. Deste modo, os indivíduos seriam concebidos como se vivessem di-

retamente sob as relações da ‘sociedade em seu conjunto’ e como se, subjetivamente, estivessem determinados pelas necessidades sociais de reprodução. Mas assim, a pergunta acerca dos planos de mediação entre, por uma parte, a necessidade global de que tenham lugar as contribuições individuais à reprodução social e, por outra, a situação subjetiva em que se encontram os indivíduos que realmente se veem envoltos neste processo de reprodução, seria equiparada, de antemão, com sua resposta e, assim, seria invisível enquanto problema.

Que a reprodução social tem seu lugar é algo evidente. Mas uma coisa é constatar que, em seu conjunto, os membros da sociedade contribuem suficientemente e que de fato têm que participar do controle consciente e previsor das condições de vida, etc. (o que implica as possibilidades psíquicas de desenvolvimento respectivas), e outra muito distinta é saber como cada um experimenta subjetivamente as necessidades sociais (e, assim, não se sabe sequer se este ou aquele indivíduo em absoluto experimenta estas necessidades sociais como suas necessidades subjetivas de ação). Portanto, quanto dizemos que uma das tarefas centrais da análise categorial sujeito-científica é possibilitar um acesso categorial à experiência subjetiva, isto significa que a análise categorial deve nos permitir elucidar essas experiências em sua plena independência e irredutibilidade ‘fenomênica’, sem que por isso se perca de vista o extenso nexos de mediação entre a reprodução social e individual que experimenta o sujeito (embora faça de modo parcial e ‘alterado’). No entanto, se as mediações entre o processo da sociedade em seu conjunto e a subjetividade individual se deixam sem desenvolver e explicar, então as categorias, mais do que iluminar, escurecem este esclarecimento.

Para ilustrar outro aspecto desta problemática, suas implicações e suas consequências, vamos observar agora o modo pelo qual a Psicologia Crítica determinou a consciência como especificidade do caráter social humano. Na primeira parte de *Motivationsforschung*, Ute OSTERKAMP caracteriza, por exemplo, a “consciência” humana como o “posicionamento” consciente do

indivíduo em relação a natureza e com outros indivíduos: em um nível social humano, as leis naturais e as leis da ‘vida social’ já não atuam “por meio do organismo”, senão que o indivíduo as tem “diante dos olhos” e pode “posicionar-se” conscientemente “em ralação com” elas (1975, p.252). Com esta determinação do conceito de consciência, Ute OSTERKAMP faz referência à conhecida formulação de Marx na Ideologia Alemã: “onde existe uma relação, ela existe para mim; o animal não se ‘relaciona’ com nada [*‘verhält’ sich zu nichts*] e não se relaciona absolutamente. “Minha relação [*Verhältnis zu*] com meu ambiente é a minha consciência” (Marx & Engels, 1845-1846/2007, p.35).

Ute OSTERKAMP sublinha a liberdade contida no ‘posicionar-se’ conscientemente ‘em-relação-à’ e concebe esta liberdade como a consciência do ser humano com respeito a seu ser-determinado pelas necessidades da sociedade:

Mediante o controle consciente da realidade, o ser humano não se encontra mais, de uma maneira cega, a mercê das leis naturais, mas pode colocá-las a serviço de seus fins pela via do conhecimento. Assim, o ser humano adquiriu uma nova qualidade da liberdade frente à natureza externa e sua própria; no entanto, esta liberdade não está em uma relação de exclusão com a necessidade (...), pelo contrário, se baseia na compreensão da necessidade: “o ser humano não só pode, mas tem que conhecer e aplicar corretamente as leis da natureza enquanto são relevantes em um determinado nível de desenvolvimento da sociedade, se é que quer conservar sua vida social. (OSTERKAMP, 1975, p. 254)⁶⁸.

68 Aqui, Ute OSTERKAMP faz referência, em primeiro lugar, a uma conhecida passagem de *Anti-Dühring*, de Engels: “A liberdade, pois, é o domínio de nós próprios e da natureza exterior, baseado na consciência das necessidades naturais; como tal, é, forçosamente, um produto da evolução histórica. Os primeiros homens que se levantaram do reino animal eram, em todos os pontos essenciais de suas vidas, tão pouco livres quanto os próprios animais; cada passo dado no caminho da cultura é um passo no caminho da liberdade” (Engels, 1979, p. 96). Assim mesmo refere, em segundo lugar, a outro texto de Engels, “A Dialética da Natureza”: “tudo nos recorda, a cada passo, que o homem não domina (...) a natureza da mesma forma com que um conquistador domina um povo estrangeiro, quer dizer, como alguém pode ser alheio à natureza se fazemos

Estas duas determinações – a consciência como ‘posicionar-se’ conscientemente ‘em-relação-à’ e a de ‘liberdade’ como ‘compreensão da necessidade’ – são, a meu juízo, aspectos essenciais e irrenunciáveis de uma conceitualização marxista adequada da especificidade da consciência humana. Não obstante, estas exposições (e as determinações de qualidade ‘consciente’ do psiquismo que foram diferenciadas sobre sua base) também servem para ilustrar as consequências problemáticas que acarretam a falta de uma explicação categorial das mediações entre o processo da sociedade em seu conjunto e a subjetividade individual. Por exemplo: estas caracterizações se referem unicamente às características gerais da ‘consciência’ como especificidade da participação individual na reprodução social em seu conjunto, ou representam uma elucidação categorial da consciência como momento determinante de experiências subjetivas em uma situação social concreta da vida? Podem-se comparar a consciência, no sentido de ‘posicionar-se’ conscientemente ‘em-relação-à’, e a ‘liberdade’, no sentido da ‘compreensão da necessidade’? Em outras palavras, elas podem se localizar em um mesmo plano categorial de mediação? Tudo isso permanece sem esclarecimento.

Mesmo vindo de MARX, a primeira determinação de consciência como ‘posicionar-se’ conscientemente ‘em-relação-à’ me parece ser uma determinação fenomênico-analítica da estrutura da consciência que concorda, por exemplo, com aquilo que GRAUMANN descreveu como “relação” intencional com o mundo e com as pessoas (ver acima, p. 84). MARX ‘antecipa’ aqui análises fenomenológicas, o que se torna mais evidente se somarmos um trecho explicativo em que ele mostra, por assim dizer, a partir da ‘mundanidade da vida’, o caráter ‘intencional’ do ‘posicionar-se’ conscientemente ‘em-relação-à’: “A consciência é, naturalmente, antes de tudo, a mera consciência do meio sensível mais

parte dela com nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, que nos encontramos no meio dela e que todo nosso domínio sobre a natureza consiste na possibilidade de chegar a conhecer suas leis e de saber aplicá-las acertadamente, vantagem esta que levamos frente às demais criaturas” (Engels, 1961, p. 51).

imediate e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se tornam conscientes” (Marx & Engels, 1845-1847/2007, p. 35).

Contudo, pode-se conceber a ‘compreensão da necessidade’ de igual modo, como traço fenomênico estrutural da consciência, aspecto que corresponderia a cada processo de consciência, independentemente de sua índole concreta, como característica mais geral? Na realidade, formular deste modo a questão equivale a negá-la. Como modo especificamente humano de ser-no-mundo, o ‘posicionar-se’ conscientemente ‘em-relação-à’ de nenhum modo significa obrigatoriamente que também os sujeitos individuais devam compreender as necessidades da sociedade em seu conjunto. O ‘posicionar-se’ conscientemente ‘em-relação-à’ (e as alternativas que implica) pode referir-se mais certamente a recortes, em maior ou menor grau, limitados, do mundo individual da vida dos sujeitos e, mais ainda – usando a expressão de MARX – pode corresponder a uma “visão estreita”. De modo que o ‘posicionamento’ consciente pode inclusive negar, diretamente na experiência, a conexão objetiva com as relações da sociedade.

A partir desta perspectiva, fica evidente que a determinação de ENGELS de liberdade como ‘intelecção da necessidade’ (*Anti-Dühring* [1877-78] 1962b, p. 104), situa-se em outro contexto discursivo que não o fenomenológico. Engels ressalta o conceito marxista de liberdade distinguindo-o do conceito burguês que equipara a liberdade com permissividade e arbitrariedade. Destaca que a liberdade do indivíduo somente pode realizar-se na participação do controle consciente sobre o processo social do qual depende cada existência individual, de maneira que esta liberdade implica a intelecção do que é necessário, desde o ponto de vista da vida da sociedade em seu conjunto. A possibilidade de uma liberdade deste tipo está, portanto, determinada socialmente pelo grau em que as pessoas, de fato, estejam associadas entre si conscientemente no plano do controle sobre o processo social, ou vem determinada pelo grau em que as intelecções ‘necessárias’ para a conservação da vida da sociedade ainda se realizem descontrolada e cegamente.

Correspondentemente, para o indivíduo, a 'liberdade' é somente uma possibilidade e, segundo qual seja o nível de controle que tenha alcançado a sociedade, pode-se realizar ou tem que realizar essa possibilidade enquanto queira expandir, com a participação no controle social, sua própria autodeterminação dentro dos limites das possibilidades históricas. Formulado de maneira global, ao indivíduo, a liberdade como 'intelecção da necessidade' não lhe vem simplesmente 'dada', mas que se põe como sua 'tarefa'⁶⁹. Ora, quando a 'compreensão da necessidade' é usada para determinar de maneira precisa o 'posicionamento consciente', que ocorre se ao fazê-lo permitirmos que as duas coisas possam aparecer em uma mesma ordem categorial e como se fossem uma característica 'fenomênica' correspondente a toda experiência consciente? Aqui pode dar a impressão de que a determinação global da consciência é suficiente para realizar a tarefa sujeito-científica central, isto é, a tarefa de elucidar categorialmente as múltiplas e contraditórias mediações entre o processo da sociedade em seu conjunto e a subjetividade individual – ou seja, também: elucidar as mediações entre o que se resulta necessário, desde o ponto de vista da sociedade em seu conjunto e sua intelecção ou desconhecimento subjetivo – pode dar a impressão de que esta tarefa já se

69 N.d.T.: Aqui Holzkamp faz referência a *Problemas do desenvolvimento do psiquismo*, de Leontiev ([1959], conferir *O desenvolvimento do psiquismo*, 1983), que escreve: "É o entorno real que, mais que qualquer outra coisa, determina a vida humana, é um mundo que foi transformado pela atividade humana, Não obstante, um mundo de objeto sociais que encarnam atitudes humanas formadas no curso do desenvolvimento da prática sócio-histórica, que não é entregue de maneira imediata ao indivíduo, senão que, com estas propriedades, apresentase a cada indivíduo como uma tarefa por empreender." (p.132), Na introdução para a edição em alemão desta obra de Leontiev (1977), Holzkamp cita esta passagem e complementa: "Ou seja, o desenvolvimento histórico-individual, como apropriação da experiência social, não ocorre simplesmente 'por si só', senão que é, ao mesmo tempo, uma tarefa que a cada indivíduo é posta pela sociedade e é uma tarefa que cada indivíduo, quanto maior sua idade, coloca para si mesmo de maneira cada vez mais consciente. Neste sentido, Leontiev explica que as conquistas do desenvolvimento histórico não simplesmente dadas ao indivíduo, senão que são 'tarefas' que deve realizar em seu desenvolvimento ontogenético.

realizou e é realizável com a determinação global da consciência.

No plano mais geral, esta problemática se manifesta no modo em que determinamos a relação entre a subjetividade social e a subjetividade individual. Em diversos contextos se havia destacado que as condições de vida individuais relevantes sempre são condições de vida sociais individualmente relevantes e que, portanto, os sujeitos individuais só podem alcançar o 'controle consciente e previsor' sobre as próprias condições de vida na medida em que, transcendendo a subjetividade individual em direção à subjetividade social, potencializem sua influência para que alcancem uma dimensão que permita o 'controle' sobre processos sociais. Isto expus, claramente, por exemplo, em minha exposição de abertura durante o Primeiro Congresso de Psicologia Crítica de Marburgo:

Só sujeitos sociais podem alcançar... aquela 'dimensão histórica' da eficácia com a que efetivamente é possível uma transformação consciente das condições sociais de vida. Conforme isto, os sujeitos individuais só podem ganhar influência sobre suas condições de vida própria e relevantes – que de fato são sempre condições sociais de vida – na medida em que pertençam a grupos ou classes em igual situação objetiva, como sujeitos sociais com influência histórica determinante, aumentando assim, na contribuição ao controle social consciente sobre a realidade, também o controle sobre suas próprias realidades concretas (1977, p. 58).

Também sublinhamos, em diversas ocasiões que, na sociedade burguesa, isso significa que existe uma conexão principal entre o desenvolvimento da subjetividade individual e a associação com o 'sujeito de classe proletária', quer dizer com o movimento dos trabalhadores. Este movimento é a única força social que possui potencialmente o poder de quebrar a dominação do capital, criando assim as condições para um desenvolvimento social em direção ao controle de todos sobre o processo social (quer dizer, sobre seus próprios assuntos) e com isso, também as con-

dições para uma nova dimensão da livre atividade e desenvolvimento de cada um: “sendo assim, os sujeitos individuais são um aspecto parcial dos sujeitos sociais. Os indivíduos desenvolvem ‘subjetividade’ na medida em que tomam parte da subjetividade social” (HOLZKAMP, 1979b, p. 12).

Penso que, na medida em que ressaltam a conexão fundamental entre a determinação subjetiva e a participação no processo social de determinação, este tipo de exposição não só é adequada, mas sim que possui a mais alta relevância e é irrenunciável como base para todo esclarecimento sujeito-científico. Não obstante, no contexto das análises categoriais sujeitos-científicas, este tipo de explicação se torna problemática devido a uma falta de esclarecimento de seu status categorial:

- Quando se abordam as conexões mais importantes que existem entre o processo de determinação social e individual, em que plano ocorre isto? Trata-se aqui do plano da teoria da sociedade como condição prévia para a elucidação das referências sociais da capacidade de ação e da situação subjetiva? Ou estamos falando previamente de dimensões categoriais da experiência subjetiva (por exemplo, sob as condições das relações burguesas de classe)?

- Se para obter controle consciente sobre o processo social é objetivamente necessário superar as relações antagônicas de classe, esta necessidade objetiva se equipara com a necessidade que se experimenta subjetivamente de participar na luta de classes para ampliar, por essa via, o controle sobre as próprias condições de vida?

- Mas, não equivale isto a supor como resposta, o que na realidade é o interrogante, que são as múltiplas e contraditórias rupturas das necessidades sociais na experiência subjetiva? Evita-se assim inverter o verdadeiro nexo entre a subjetividade social e individual? Ou não sugere isto, assim, em algumas formulações, precisamente uma relação em direção inversa a real?

Os 'sujeitos sociais' representam caracteres abstrativos referidos às atividades coletivas dos sujeitos individuais em igual situação social que perseguem objetivos como os da melhora de suas condições de vida, etc., mas o que ocorre se, no lugar disto, hipotetiza-se e mistifica-se como 'portador' autônomo do movimento social, de maneira que os sujeitos individuais só podem associar-se aos 'sujeitos sociais' como 'momentos parciais não independentes'? Neste caso, contrapõe-se aos sujeitos individuais o 'sujeito social' como se se tratasse de um 'poder estranho' que se encontra fora deles mesmos⁷⁰. São percebidos e reconhecidos como sujeitos individuais tão somente na medida, ou nos aspectos, em que formam direta e ativamente parte do sujeito social, participam na luta coletiva, ou coisas semelhantes. Neste tipo de olhar, em que o sujeito é reduzido a um sujeito 'lutador e ativo', se exclui o seguinte fato: o sofrimento do sujeito que experimenta o mundo e a si mesmo é o que constitui o motivo precedente a partir do qual o indivíduo se decide, de antemão como sujeito, a favor da luta coletiva (em outras palavras: o indivíduo, que pode 'posicionar-se' e 'relacionar-se' conscientemente, também pode decidir-se contra essa luta). Com isso, este olhar também desconhece que a 'subjetividade' não é um aspecto que corresponde em maior ou menor grau aos indivíduos, de maneira que possa dividir e separar segundo o nível de expressão de sua 'subjetividade', mas pelo contrário: a 'subjetividade' é uma característica essencial da existência humana que por certo se manifesta diferentemente segundo quais sejam as possibilidades de disposição social-individuais, mas que corresponde a cada forma individual de afrontar a vida. No entanto, se em nome dos 'sujeitos sociais' se estabelece de antemão o que para os indivíduos deve significar ser-sujeito, se nega de fato que a experiência subjetiva do mundo e de si mesmo

70 Durante o último congresso de Marburgo, em sua exposição sobre *a pergunta pela constituição do sujeito* ([*Die Frage nach der Konstitution des Subjekts*] 1985), W. F. HAUG analisou a gênese e a problemática do conceito de sujeito. Ali ele nos indicou, entre outras coisas, as instâncias sociais que arrebatarem e se apoderaram da função do sujeito e nos mostrou de que maneira isto implica uma determinação capitalista da forma.

(e somente nela se pode basear a primeira e a última justificação para a própria participação na luta política) é irreduzível. Desta maneira, se perdem, por último, as condições metodológicas básicas para uma análise fenomenológica.

Com o exposto, deveria ficar claro que a perspectiva de minha crítica e autocrítica implica um enfoque analítico fenomenológico e, neste sentido, se pode dizer que aqui a análise fenomenológica cumpre a ‘função crítica’ ressaltada por GRAUMANN (1985)⁷¹. A proposta de tomar em conta o caráter irreduzível da experiência subjetiva do mundo e de si mesmo, a compreensão de que é necessário analisar a estrutura dessa experiência enquanto fato experiencial imediato, corresponde a uma aproximação fenomenológica para nós indispensável. Somente sob esta base podemos:

- Primeiro, desenvolver a crítica que faz visíveis aquelas determinações categoriais que não explicam as mediações entre a reprodução da sociedade e a existência individual,

- Segundo, demonstrar que essas determinações categoriais introduzem os aspectos estruturais essenciais da experiência de fora, projetando as relações da reprodução da sociedade sobre a experiência subjetiva;

- Terceiro, mostrar em que medida se fala de quem está envolto numa realidade, embora se desconheça a singularidade fenomênica de sua experiência e, em certo modo, desta maneira, se

71 N.d.T.: Graumann (1985) dedica toda uma parte de seu trabalho para discutir a “a função crítica” (p. 48-50). Ali ele diz, entre outras coisas: “O que significa, portanto, ser ‘crítico’ em um sentido fenomenológico? Nada mais e nada menos que fazer consciente e avaliar, de maneira substancial as próprias precondições e pressuposições. O objetivo deste exame crítico não é a ‘liberdade de precondições’, senão a consciência delas” (p. 49). Esta exigência diz respeito à “reflexão sobre a teoria, o sistema conceitual, a eleição de uma forma de acessar (um objeto de estudo) e um método sem esquecer as relações entre eles. Por isso, segundo Robert Macleod (1947), o enfoque ‘fenomenológico na psicologia social’ tem por objeto essencialmente o esclarecimento crítico de ‘supostos implícitos’ como, por exemplo, os do prejuízo organicista e geneticista, o sociologismo, logicismo, reducionismo, relativismo”. (Ibid)

o ignora.

- Por último, somente sobre essa base se pode mostrar em que medida a posição da ciência psicológica do sujeito ainda não se realiza plenamente enquanto ciência desde o ponto de vista (generalizado) dos sujeitos individuais (o ponto de vista que, dito cada vez desde cada qual, é 'meu' ponto de vista).

Produto da ausência de uma explicação categorial dos planos de mediação social e subjetiva, a falta de clareza resultante deu, frequentemente, lugar ao que se assinalara que a Psicologia Crítica 'politiza' a psicologia, desatende o sujeito, difunde a luta de classes como remédio para as dificuldades psíquicas, etc. (entre muitos outros, cfr., por exemplo, H.GOTTSCHALCH, GLEIß, NIEMEYER). Contaminadas, devido à introdução de concreções sujeito-científicas, que na realidade ainda restava elaborar, as conexões gerais entre as necessidades vitais da sociedade e a reprodução individual foram mal-entendidas em ocasiões (não somente por nossos críticos) e consideradas como concreções, por assim dizer, 'normativas'. Isso expunha um fato particularmente grave. Não pudemos mostrar com clareza suficiente que as determinações categoriais crítico-psicológicas jamais expõem 'normas' (do tipo que sejam) segundo as quais se devam reger o olhar ao mundo e a prática de vida dos indivíduos em concordância com as 'necessidades' da reprodução social ou da luta de classes. A única função que corresponde às categorias e métodos 'sujeito-científicos' é contribuir, em distintos planos, ao esclarecimento da situação subjetiva dada em cada caso, contribuindo assim com a elucidação generalizada de 'meus' interesses e perspectivas de vida (e contribuindo neste sentido com a ampliação do controle subjetivo sobre as condições de vida). Na Psicologia Crítica jamais se postula a conexão entre a reprodução social e individual. Pelo contrário, esta conexão se ressalta categorialmente enquanto realidade que pode ser investigada pelo sujeito (ou pela ciência a ela referida), que indagará o significado que em efeito essa realidade possui para os próprios interesses e possibilidades de vida.

Assim, esta crítica à Psicologia Crítica era, entre outras coisas, produto da falta de clareza de nossa posição. Mas isso não justifica que se pretenda separar a psicologia da política, que se busque uma ciência do sujeito autônoma fora do contexto de fundamentação da dialética materialista (como, por exemplo, a psicanálise), que se isole o mundo interpessoal-subjetivo da vida do indivíduo separando-o do tecido que o entrelaça com o conjunto da sociedade (o qual se supõe subjetivamente irrelevante), etc. Deve-se perguntar, sim, a que tipo de interesse político serve a descrição que transforma esta falta de explicação e a coloca como a ‘essência’ da Psicologia Crítica. A que interesse serve negar-se a trabalhar em um desenvolvimento científico coletivo para superar esta problemática? A que interesse serve, em seu lugar, orientar-se para o ecletismo, isentar-se da rigorosidade científica e moderar a própria consequência política?

Para nós, a perspectiva de trabalho adequada frente à falta de esclarecimento das mediações dentro da conexão entre o processo social e a subjetividade individual não podia estar em negar ou apagar esta conexão, mas que, pelo contrário, havia que desenvolver e explicar a mediação que faltava. Para isto era necessário, por um lado, conservar – em seus aspectos básicos – o procedimento da reconstrução lógico-histórica, pois graças a ele se havia desenvolvido o marco essencial das determinações categoriais referidas à socialidade do indivíduo. Mas, por outro lado, também havia que analisar os defeitos e limites do procedimento histórico-funcional que haviam dado lugar às incoerências e falta de clareza referida. Finalmente, sobre esta base e em um novo trabalho de desenvolvimento analítico categorial, havia que ‘integrar’ o ponto de vista e a estrutura fenomênica da experiência imediata. Esta era, em seus aspectos essenciais, a tarefa que nós propusemos abordar na *Grundlegung* e cujo caráter e urgência se fazia cada vez mais claro à medida que avançávamos.

V- A promoção de novas orientações categoriais na Psicologia Crítica: o ‘modelo do conflito’ da subjetividade do indivíduo nas relações de vida burguesas

Se pretendo descrever adequadamente nossa trajetória a partir de nosso questionamento, devo observar que até agora minha exposição dos enfoques e procedimentos crítico-psicológicos anteriores a *Grundlegung* foi parcial. A problemática que descrevi e critiquei aparece de maneira relativamente clara e contínua no nível da elaboração e exposição das determinações categoriais gerais da especificidade social-humana do psiquismo. Mas também há passagens que se tenta evidenciar os traços históricos concretos da subjetividade empírica das pessoas na sociedade burguesa e aquelas que não só se tomam como base dessas determinações categoriais gerais, sem que, em certos contextos, também se inclui outra forma da análise conceitual: a concretização histórica das determinações categoriais mediante a ‘reinterpretação’, ‘integração’ e ‘superação’ das teorias burguesas mais avançadas sobre a subjetividade individual.

Este conceito de ‘reinterpretação’ foi fundamentado metodologicamente por Ute OSTERKAMP em seu livro *Motivationsforschung II* (1976, p. 192), onde o aplicou em uma revisão ‘reinterpretativa’ da Psicanálise de FREUD. A esse respeito, são centrais especialmente os capítulos sobre os “Traços básicos da concepção positiva crítico-psicológica dos conflitos humanos, o medo, a defesa e o inconsciente” (cap. 5.3.4, p. 276), assim como os capítulos dedicados em “As concepções freudianas do ‘superego’ e da ‘identificação’ e sua reinterpretação através da desconstrução e construção crítico-psicológica do modelo do conflito: a socialização infantil como processo de assimilação e defesa” (cap. 5.5, p. 326). Este tipo de reformulação dos conceitos psicológicos burgueses também se aplicou em outros trabalhos, especialmente numa extensa contribuição intitulada “O conhecimento, a emoção e a capacidade de ação” (OSTERKAMP, 1978), em que se ‘rein-

terpretaram' as "Teorias cognitivas da emoção" modernas. Por último, este procedimento também aparece em outros contextos, por exemplo, no artigo *Faschistische Ideologie und Psychologie*⁷² (OS-TERKAMP, 1982), onde se abordaram as 'teorias cotidianas' de autojustificação das biografias de ex-nazistas⁷³.

Para nós, o aspecto essencial dessa linha de 'reinterpretação' dentro da Psicologia Crítica é o especial significado do conceito 'capacidade de ação' em conexão com uma forma particular do conceito de 'funcionalidade'. Para explicar isso, é necessário citar novamente a análise histórico-funcional e em especial um de seus resultados em que se mostrou a conexão que existe entre o controle sobre as condições de vida e a especificidade humana das necessidades ou da emoção. Na hora de distinguir os traços básicos da situação subjetiva em que se encontra (na sociedade burguesa) o indivíduo, tinha que tomar conta dessa conexão. Mas também, isso repercutia em nossa concepção da 'capacidade de ação', que já não se entendia unicamente como a 'capacidade' que tem o indivíduo de controlar suas próprias condições de vida através de contribuições ao controle da realidade social, mas – com a inclusão dessa conexão – adquiria uma nova dimensão 'subjetiva'. Desta maneira, a necessidade de adquirir ou ampliar a 'capacidade de ação' em condições da vida burguesa não só significava a adoção de necessidades sociais (de luta coletiva contra a dominação capitalista de classe ou coisas semelhantes), mas, também, explicava-se como a necessidade subjetiva de limitar o desamparo ante as circunstâncias do momento, na medida e do modo possíveis na situação concreta, apontando para controle sobre as próprias condições de vida para, desse modo, superar o medo e asse-

72 Ideologia fascista e psicologia.

73 Em certo sentido, pode-se dizer que algumas das exposições de *Sinnliche Erkenntnis* ([*Conhecimento sensorio*]HOLZKAMP, 1973) são precursoras desse tipo de aproximação, já que ali também tentaram-se realizar concretizações históricas diante da análise das teorias burguesas (referentes a percepção). Este é o caso especialmente no capítulo dedicado a "*O desenvolvimento histórico-individual da percepção enquanto desenvolvimento condicionado por momentos significativos da estrutura burguesa da sociedade*" (p. 220).

gurar ou melhorar a qualidade de vida. Assim, a 'funcionalidade' das ações não se mediu principalmente segundo a contribuição do indivíduo à subsistência da sociedade (quer dizer, no nosso caso, a conservação ou transformação do sistema capitalista). Pelo contrário, mediu-se pelo grau em que o indivíduo, em sua situação de vida concreta e mediante suas ações, assegurando ou ampliando seu controle sobre as condições, podia superar seu medo e conservar ou melhorar sua qualidade de vida subjetiva. Só através da diferenciação da 'funcionalidade subjetiva' das ações, tornou-se claramente visível o problema central da relação entre funcionalidade subjetiva e funcionalidade para a reprodução social, ou seja, no nosso contexto, para a reprodução da dominação capitalista de classe. Isso nos permitiu responder uma questão crucial:

– Em que circunstâncias e de que modo as ações 'subjetivamente funcionais' são, ao mesmo tempo, 'funcionais' à conservação do sistema capitalista?

– Ou seja, em que circunstâncias e de que modo o indivíduo que busca ampliar seu controle sobre as condições para assim evitar o medo e melhorar sua qualidade de vida, serve, ao mesmo tempo, aos interesses dominantes?

– Ou, em que circunstâncias e como acontece que o sujeito só pode manter ou ampliar seu controle sobre as condições (e, dessa maneira, conservar ou melhorar sua qualidade de vida) participando da luta coletiva para ampliar o controle sobre as condições sociais, fazendo retroceder a dominação de classe burguesa?

Para a elucidação conceitual desta alternativa, apoiamos-nos no 'modelo do conflito' crítico-psicológico, desenvolvido sobre a base da 'reinterpretação' dos conceitos freudianos, no qual se integraram os resultados da investigação sobre a motivação especificamente 'humana'. Já no marco dessas investigações, destacamos a seguinte contradição subjetiva: por um lado, o indivíduo prevê que através do aumento do próprio controle sobre as relações sociais, ampliará suas possibilidades existenciais e melhorará

sua qualidade de vida, mas, por outro lado, com essa antecipação prevê inevitavelmente os esforços, os riscos, etc., que necessariamente são associados a ele.

O grau de 'motivação' das ações resulta da relação entre esses momentos contraditórios durante a antecipação do objetivo (OSTERKAMP, 1976, p. 63). Agora, sob condições de dominação burguesa de classe, os riscos associados à tentativa de ampliar as possibilidades de ação e de melhorar assim a qualidade de vida podem chegar a representar uma ameaça à capacidade de ação já conseguida. Por isso, partimos do pressuposto de que não só pode ser subjetivamente funcional orientar-se para uma capacidade de ação, mas sob determinadas circunstâncias também pode ser funcional tentar fugir da ameaça existencial através de uma ação em consonância com as instâncias de dominação e com o fim de obter garantias ou vantagens em curto prazo. Mas, a funcionalidade subjetiva desta alternativa de 'adaptar-se à dependência' é genuinamente contraditória: com cada tentativa de evitar o perigo atual que ameaça a capacidade de ação, renunciando, para ele, participar do controle ampliado sobre as condições, aumenta-se, a longo prazo, a desproteção frente às instâncias de dominação. Desta maneira, o próprio indivíduo apoia ativamente as relações de opressão causadoras de seu sofrimento. Tentando ganhar segurança e controle imediatos, atua contra seus próprios interesses gerais de vida.

Em virtude disso, e como nos mostrou Ute OSTERKAMP nos trabalhos citados, a funcionalidade da ação em consonância com as instâncias dominantes experimentada pelo indivíduo, inclui necessariamente um ato de negação da realidade. Todos os aspectos da realidade que indicam que com este tipo de ação, em última instância, isolo-me, destruindo o que é fundamental para a minha vida, devem ter sido recalcados e eliminados da minha experiência. Ute Osterkamp dedicou um extenso trabalho analítico à diferenciação conceitual desses tipos de processos defensivos. De particular relevância é, de fato, a reinterpretação do conceito freudiano de 'superego' como instância de 'coerção internaliza-

da'. Através deste mecanismo, o indivíduo recalca as causas externas da submissão, suprimindo assim por iniciativa própria e de maneira quase 'automática' todas as ações, todos os impulsos emocionais de ação que podem envolver o risco de conflito com as instâncias dominantes. Suprimidas as causas externas da submissão, o indivíduo pode agora se imaginar ilimitadamente 'livre' dentro das relações de opressão objetivas, produzindo-se assim uma concordância perfeita (embora mediada) entre a 'funcionalidade' para o indivíduo e a funcionalidade social para a consolidação das relações capitalistas de dominação.

Com esse tipo de abordagem e aproximação se documenta uma mudança crescente com respeito ao modo em que os conceitos elaborados são aplicados à subjetividade empírica dos indivíduos. Aqui não se criam hipóteses sobre quaisquer conexões objetivas entre as necessidades sociais e individuais da vida como 'fatos' da experiência subjetiva. Pelo contrário, os conceitos desenvolvidos servem para elucidar as formas em que se dão a capacidade de ação e a situação subjetiva, tal e como se manifestam no concreto, esclarecendo, sob condições sociais de vida dadas, porque é que o indivíduo pode experimentar uma determinada forma de conservar ou de ampliar sua capacidade de ação como forma subjetivamente funcional. E em especial, servem para elucidar quais são as contradições sociais e as relações de sujeição sob as quais, para o sujeito, sua própria participação na submissão, e assim o reforço das instâncias à mercê das quais ele mesmo se encontra, pode se transformar em uma alternativa real para sustentar sua capacidade de ação e sua qualidade de vida.

Com respeito aos trabalhos que foram desenvolvidos com base nesses critérios, podemos citar, por exemplo, a investigação dos depoimentos autobiográficos de nazistas, feita por Ute OSTERKAMP (1982). Aqui se analisou a forma em que o sistema de opressão e violência fascista constituiu condições materiais e ideológicas sob as quais, para determinados indivíduos, fazer parte da tirania se transformou em uma alternativa subjetivamente funcional na mesma medida em que usaram, em seus testemu-

nhos, essas condições materiais e ideológicas como referência a partir da qual exigiam uma compreensão ‘humana’ com respeito a sua participação na tirania fascista. Desta maneira, essas condições lhes permitiam negar uma alternativa que sempre existiu e que sempre existe, a resistência.

Dentro da Psicologia Crítica, a linha ‘reinterpretativa’ que acabo de esboçar é de grande relevância. Ela nos permitiu conceber diferenciadamente a contradição da subjetividade individual em sua relação com as contradições da realidade de classe burguesa e, sobre a base das determinações categoriais que havíamos elaborado, abriu a perspectiva de um próprio desenvolvimento conceitual para a ciência do sujeito.

Frente a isso, nos encontramos com o feito frequente e curioso de que a recepção (crítica ou não) da Psicologia Crítica quase não tomou nota dessa linha de desenvolvimento ou pelo menos não reconheceu seu significado fundamental. Um caso característico a esse respeito é o de H. GOTTSCHALCH (1979): depois de uma análise minuciosa dos dois tomos de *Motivationsforschung* de OSTERKAMP, este autor se surpreende pela forma ‘extremamente detalhada’ em que se dá “a crítica e exposição da psicanálise” do quinto capítulo do segundo tomo dessa obra e logo ignora simplesmente as concepções ali diferenciadas (cfr. a resposta de Osterkamp, 1979^a, p. 132 s.).

A opinião de que o quinto capítulo do segundo tomo é somente uma espécie de apêndice, em que só se critica a psicanálise freudiana, mas não se desenvolve outras posições crítico-psicológicas de importância, foi também a razão pela qual o editorial *Volk und Wissen* (Berlim, RDA) decidira omitir esse capítulo em sua edição do livro de OSTERKAMP (explicando, entre outras coisas, que a Alemanha Oriental havia publicado recentemente outra crítica da psicanálise, a de FRIEDRICH, 1977).

Está claro que a causa dessas opiniões equivocadas se concentra, em primeiro lugar, no tipo de exposição: as passagens interpretativas do quinto capítulo se incluíram na exposição e crítica das concepções freudianas e, talvez, não são fáceis de iden-

tificar para alguns leitores. Mas esses problemas de exposição só expressam outros problemas relativos à sistemática dos fundamentos da obra em seu conjunto: comparadas com sua significação e importância, as reinterpretações se encontram em um nível 'muito baixo' desta sistemática, longe das explicações analítico-categoriais do capítulo anterior, no qual, na verdade, eles tinham correspondido. Parte desse problema está na relativa falta de clareza sobre a relação entre a abordagem histórico-funcional e a 'reinterpretação', por exemplo:

– Que tipo de determinações categoriais só pode ser obtido através de uma análise histórica e funcional e quais de forma 'reinterpretativa'?

– Como fixar e consolidar metodologicamente o procedimento em que as determinações categoriais se concretizam historicamente por intermédio da 'reinterpretação'?

– Em que se reconhece o caráter 'avançado' das teorias que justifica sua 'reinterpretação'?

– Em que se reconhece se um determinado conceito se interpretou de modo adequado a partir do contexto categorial psicológico-crítico?

A problemática acima mencionada não significa, de forma alguma, que ecleticamente foram emprestados elementos da psicanálise e que, de forma velada, ingressaram na Psicologia Crítica olhares 'freudiano-marxistas' ou similares. Pelo contrário, aqui tudo indica que existiram certos assincronismos no processo do desenvolvimento gradual dos conceitos básicos e essenciais no contexto global do nosso trabalho. Nas análises da 'reinterpretação' de OSTERKAMP se anteciparam, por exemplo, orientações e novas determinações que realmente correspondiam a procedimentos e resultados analítico-categoriais que ainda não tinham sido sistematicamente elaborados. Assim, surgiram contradições (passageiras) entre aquelas especificações do psiquismo em nível social-humano que haviam sido expostas de maneira explícita e

as determinações implícitas na desconstrução do ‘modelo do conflito’, da ‘defesa’, do ‘inconsciente’, etc. Mais exatamente, quando, servindo-nos da ‘reinterpretação’, concretizamos nossos conceitos com respeito à subjetividade empírica na sociedade burguesa, supomos, implicitamente, determinações categoriais gerais sobre a mediação entre o processo da vida social e individual, e essas pressuposições (ainda) não estavam ‘respaldadas’ pelas determinações gerais que se haviam elaborado de maneira explícita.

À medida que tomávamos consciência desta contradição, fazia-se visível qual era a tarefa com respeito às mudanças que havíamos ‘antecipado’ e que concerniam à determinação geral. Havia que se articular essas mudanças em seus conceitos correspondentes, havia que precisá-los e, onde fora necessário, corrigi-los, situando-os em um contexto sistemático e fundamentado desde o ponto de vista de seus conteúdos. Esse devia ser o ponto de partida para elucidar explicitamente a relevância e o campo de ação desses conceitos, assim como a projeção de suas consequências metodológicas e materiais. Supúnhamos que, para esclarecer essas questões, bastava tomar as concepções que agora se encontravam plenamente integradas e relacioná-las, conceitualmente, umas com as outras (cfr. HOLZKAMP e OSTERKAMP, 1977). No entanto, de forma gradual e cada vez mais acentuada, ficou claro que aqui enfrentávamos um desafio de uma magnitude completamente diferente. Era preciso retomar, sob aspectos fundamentais, o conjunto do trabalho analítico-categorial aqui desenvolvido⁷⁴ e o continuar, tanto do ponto de vista metodológico, e no que diz respeito ao seu conteúdo.

74 Esse desenvolvimento se expunha sobretudo no livro *Sinnliche Erkenntnis* ([*Conhecimento sensorial: Origem histórica e função social da percepção*] HOLZKAMP, 1973), nos dois volumes de *Motivationsforschung* de Ute OSTERKAMP ([*Fundamentos da investigação psicológica sobre a motivação*] 1975 e 1976) e nos livros de Volker SCHURIG sobre a história natural do psiquismo (*Naturgeschichtlichen Entwicklung des Psychischen*, tomo 1 e 2, 1975a e b) e sobre o surgimento da consciência (*Entstehung des Bewußtseins*, 1976).

VI- A relação de possibilidade e as razões ou fundamentações de ação subjetivas: diferenciação sujeito-científica dos planos categoriais da mediação entre a reprodução da sociedade em seu conjunto e a reprodução individual.

Deveríamos tomar uma nova orientação, porém, para isto, não bastava esclarecer os conceitos, tentar integrá-los, etc. As insuficiências do nosso modo de proceder se faziam patentes à luz de um de nossos princípios metodológicos mais importantes, o isomorfismo entre as relações conceituais e genéticas (ver acima, p. 93), o princípio da crítica conceitual mediante a análise das diferenciações genéticas que se devem considerar no conceito. De acordo com este princípio, se nos propúnhamos a desenvolver as determinações categoriais diferenciando os planos 'subjetivos' da mediação entre reprodução social e individual, isto somente era possível de maneira extensa e fundada se desenvolvíamos nossa compreensão do processo de formação e diferenciação antropogênico (e isto deveria incluir, por sua parte, um exame crítico de todas as análises de gênese e diferenciação anteriores, a partir das que se desenvolveram as determinações gerais que agora deveriam ser especificadas desde o ponto de vista 'antropogênico'). Finalmente, a partir do processo de trabalho com o que se abordaram estas questões, contraditório e enrevesado, chegou-se a uma nova problematização:

- Fazendo uso da análise histórico-funcional, a Psicologia Crítica elaborou os aspectos psíquicos da 'natureza social' do ser humano. Porém, se podia considerar certo e inquestionável - como o havíamos feito até agora - que neste trabalho também se desenvolveram as determinações sociais humanas mais gerais do psiquismo?

Era precisamente nesta equiparação onde se encontravam as causas da problemática das mediações mencionadas (cfr. p. 101).

Desta maneira, iniciamos a viagem que culminaria em uma diferenciação categorial da relação entre as determinações sociais e subjetivas da atividade prática de vida. O primeiro passo nesta via guardava relação com as bases metodológicas do procedimento categorial-analítico. Até aqui, considerávamos que o procedimento 'histórico-funcional', especificação do enfoque lógico-histórico da dialética materialista com referência a nosso campo de investigação, representava, como tal, a base metodológica universal do procedimento categorial-analítico. Porém, agora se revisavam as análises antropogenéticas das que, em seu momento, havíamos obtido as determinações social-humanas gerais do psiquismo e se lhes aplicava, de maneira consequente, o novo conceito metodológico dos passos sucessivos na análise das conversões qualitativas (isto é, a 'mudança de função' e a 'mudança de dominância' como primeiro e segundo salto qualitativo - ver acima, na p. 95). Durante estas revisões, esbarramos com as graves contradições e inconseqüências de uma universalização do enfoque histórico-funcional na elaboração da qualidade social humana do psiquismo. O problema foi localizado na fase do desenvolvimento entre, por uma parte, o ponto em que ocorre a 'mudança de função' com que se passa em uma produção cooperativa e generalizada de meios e, pela outra, a mudança em que se passa à dominância do processo histórico-social e à formação da 'natureza social' do ser humano. Não cabem dúvidas de que quando se analisam as dimensões e aspectos do psiquismo correspondentes a esta fase, é adequado falar de um efeito retroativo da nova forma de produção existencial sobre a informação genômica no processo filogenético e que, portanto, é adequado aplicar a análise histórico-funcional. Porém, como se demonstrou, com a dominância do processo histórico-social, o tipo de desenvolvimento filogenético-evolutivo deixa de ser determinante para o processo histórico em seu conjunto. Isto significa que as qualificações psíquicas gerais posteriores à mudança de dominância já não se podem elaborar tomando por base as leis filogenético-evolutivas, ou seja, já não podem se desenvolver a partir de uma análise histórico-funcional.

Posto que com a dominância das determinações histórico-sociais do psiquismo se suspendem as condições para o uso da análise histórico-funcional, é um erro equiparar as qualificações psíquicas da natureza social do ser humano que podem ser desenvolvidas mediante essa análise com as determinações sociais gerais do psiquismo. Estas, somente podem se elaborar como novas qualificações, correspondentes ao psiquismo sob as condições do novo tipo de desenvolvimento sócio-histórico, posterior à mudança de dominância. Quer dizer que se trata de determinações que vão mais além das qualificações da 'natureza social' e que, portanto, somente podem se desenvolver mediante um procedimento de análise lógico-histórico mais além da análise histórico-funcional. Em *Grundlegung* tentei caracterizar este novo procedimento analítico-categorial e sua relação com o procedimento histórico-funcional como segue:

Para começar, há que analisar desde um ponto de vista histórico-funcional que novas mudanças qualitativas se originam com o surgimento da 'natureza social' do ser humano. Aqui são objetos de análises todos os aspectos funcionais do psiquismo que havíamos diferenciado até agora, passando pela primeira mudança qualitativa com que os aspectos funcionais foram transformados em aspectos da capacidade individual de aprendizagem e desenvolvimento, tendo até o limite indicado pela conversão da dominância do processo filogenético em processo histórico-social. Desta maneira, se obtêm resultados sobre a formação das dimensões psíquicas e aspectos funcionais que possuam uma orientação social humana, os que logo devem ser analisados perguntando: que outras determinações qualitativas de socialidade adquirem os aspectos funcionais, etc., a partir de sua relação com o conjunto do processo histórico-social que passou a ser dominante? Para este efeito, abordamos em primeiro lugar e desde uma perspectiva teórico-social, os momentos relevantes da relação entre indivíduo e processo social de produção e reprodução – ou seja, o nexos social ser humano-mundo – enquanto relação material-objetiva. A partir daí se observam, em segundo lugar, os aspectos psíqui-

cos funcionais da capacidade individual de aprendizagem e desenvolvimento enquanto momentos psíquicos do processo histórico-social, e se pergunta: que especificações – mais além das que se elaboraram até agora – resultam para estes aspectos psíquicos funcionais a partir da relação objetiva entre indivíduo e conjunto do processo histórico-social? Significa que as categorias científicas individuais desenvolvidas como instrumentos para a elucidação da especificidade social-humana do psiquismo não somente devem considerar a nova qualidade que adquirem os aspectos funcionais psíquicos na passagem ao nível social de desenvolvimento, se não que, ao mesmo tempo, devem servir como categorias de mediação: devem refletir conceitualmente e de maneira adequada a mediação entre as determinações objetivas (quer dizer, econômico-materiais, etc.) e psíquicas do nexos social entre o ser humano e o mundo (1983, p. 191).

Desta maneira, mostrava-se necessária, o que poderíamos denominar de, uma ‘análise lógico-histórico da mediação do psiquismo’ independente da análise histórico-funcional. Era manifesto que com as qualificações do psiquismo enquanto aspectos da natureza social do ser humano se haviam preparado as condições prévias para a elaboração das determinações sociais do psiquismo, porém não as determinações sociais em si. Por fim, abria-se o caminho para empreender, da perspectiva de seus conteúdos, a reconstrução das categorias de mediação que buscávamos⁷⁵. Os aspectos psíquicos da ‘natureza social’ se haviam formado sob as

⁷⁵ No *Grundlegung der Psychologie*, o passo de um tipo de análise à outra (ou seja, da análise histórico-funcional dos aspectos psíquicos da ‘natureza social’ dos seres humanos à análise das mediações referidas às determinações mais gerais do psiquismo sob a dominância do processo histórico-social) coincide com o passo de um capítulo a outro (do 6.2 ao 6.3 e respectivamente do 7.2 ao 7.3). Talvez o significado central deste passo tivesse ficado mais claro se o usasse como critério para a estruturação de todos os capítulos centrais e se havia subordinado a estes capítulos os subcapítulos referentes ao aspecto do conteúdo ou pela função. Mas penso que, do ponto de vista da lógica expositiva, a sistemática finalmente eleita se mostrou como a mais conveniente (desta maneira, cada um dos passos expositivos podia basear-se de maneira consequente nos demais, evitando repetições, etc.).

condições de vida correspondentes à fase de transição que abarca o período entre, por uma parte, a primeira vez em que apareceu o modo social da reprodução e, pela outra, a dominância desse modo de reprodução. Agora havia que explicitar a nova relação em que se encontram esses mesmos aspectos psíquicos da 'natureza social', quando os indivíduos reproduzem suas existências sob as condições de vida do processo histórico-social dominante. E, por último, havia que mostrar as características específicas da realização das possibilidades sociais naturais de desenvolvimento do psiquismo surgidas anteriormente, agora como qualidades sociais gerais dentro deste novo contexto social da existência.

Dentro do processo antropogenético, as condições sociais anteriores à mudança de dominância, através das quais se formou a 'natureza social' dos seres humanos, são distintas das condições de vida em que os indivíduos reproduzem sua vida, uma vez que se tornou dominante o tipo de desenvolvimento histórico-social. Este conhecimento resultou em uma peça chave para o desenvolvimento adequado das mediações categoriais entre reprodução social e individual. Na fase prévia à mudança de dominância, ainda era determinante a forma natural e herdada de produzir a existência. Inicialmente, a forma social da produção da existência se dava, por assim dizer, somente em 'ilhas' em que se elaboravam ou se usavam meios de forma cooperativa e nas que se exercia um controle objetivador e previsor sobre a realidade. Tratava-se de 'ilhas' dentro de um modo de vida 'natural', quer dizer, não existia uma formação autônoma de estruturas sociais amplas que puderam ter maior transcendência. Por conseguinte, temos que partir do pressuposto de que, por uma parte, já se haviam originado formas supraindividuais de trabalho cooperativo, porém que, por outra parte, cada sujeito individual ainda poderia perceber facilmente estas formas supraindividuais e 'reconhecê-las' diretamente como unidades não-mediadas em que se enfrentava de maneira conjunta a existência. Em geral, isto significava que, para o indivíduo, a contribuição individual necessária para realizar uma questão concreta em cooperação com os demais se desprendia e

evidenciava por si mesma a partir dos objetivos e a divisão cooperativa das funções ou do trabalho. Por isso, com respeito à fase antropogenética em que a forma social da produção da existência ainda não era o tipo de desenvolvimento determinante, pode-se falar realmente de uma unidade entre as necessidades social-cooperativas e individuais da vida, uma unidade constituída a partir da localização de cada um dos indivíduos.

Uma relação principalmente distinta é a que existe entre a produção social e individual da vida depois da mudança de dominância. Aqui praticamente já finalizou a formação biológica da 'natureza social' do ser humano. Como resultado do anterior desenvolvimento evolutivo, o ser humano dispõe agora das plenas potências naturais para participar do processo social de reprodução. Assim, ao tornar-se dominante o tipo de desenvolvimento social, as estruturas sociais se transformam no portador autônomo do processo histórico-social. Este portador autônomo perdura através de gerações (como mínimo, a partir do neolítico), tomando características sistêmicas que mudam e se sucedem com a história (de maneira que, por exemplo, se fala de 'sociedade escravista', 'feudalismo', 'capitalismo' e outras⁷⁶). Enquanto forma dominante da produção da existência, a 'socialidade', se refere, portanto, a um 'sistema de subsistência' que 'em si' é capaz de sobreviver. É um sistema que em todas as direções excede espaço-temporalmente o contexto cooperativo-social que se encontra ao alcance da vista do indivíduo concreto. De maneira global, este 'sistema de subsistência' se reproduz através das contribuições dos membros da sociedade, porém já não existe uma conexão clara e objetiva entre, por uma parte, a contribuição que realiza o indivíduo em um momento determinado e, por outra parte, a subsistência do sis-

76 N.d.T.: No mesmo ano em que escreve este texto, em sua conferência na Segunda Universidade de Verão sobre psicologia Crítica, Holzkamp (1984e) introduz este mesmo exemplo e agrega: "A teoria sobre a sucessão dos estágios de desenvolvimento histórico é, em certo sentido, ingênua e pode ser criticada sob muitos aspectos, mas serve para ilustrar o fato que queremos explicar, isto é, a existência de uma transformação das relações vitais em forma de desenvolvimento histórico"

tema social em seu conjunto. Portanto, se para o indivíduo é impossível compreender a identidade entre as necessidades sociais de vida e suas próprias necessidades subjetivas de vida, isto não somente se deve ao que não está 'ao alcance da vista', o conjunto do sistema da sociedade, senão que aqui realmente já não existe mais este tipo de identidade. A esta nova relação, a denominamos *ruptura da relação de imediatez* entre a reprodução individual e social sob as condições de uma existência individual mediada pela sociedade em seu conjunto (ver HOLZKAMP, 1983, cap. 5.4, especialmente, p. 192).

Esta especificação lógico-histórica do nível em que se tornou dominante a forma social, torna necessário introduzir uma nova diferenciação categorial entre, por uma parte, o contexto geral e objetivo da sociedade em seu conjunto e, pela outra, o mundo imediato da vida do indivíduo. Há que se rejeitar a ideia de que o indivíduo vive e se reproduz, por assim dizer, diretamente 'na' sociedade. Ainda que, 'a sociedade' constitua realmente o 'sistema de subsistência' que possibilita a vida dos indivíduos particulares, não é, como tal, um feito direto, imediato, da experiência. Em primeiro lugar, o indivíduo existe em relações práticas de vida que resultam de sua situação dentro do conjunto social e que, de nenhum modo, se estruturam simplesmente segundo o padrão dos contextos sistêmico-sociais. E mais: o fato de que estas relações práticas representem momentos socioestruturais, não é algo que deva ser necessariamente 'visível' nelas, de modo que, nesta primeira aproximação, a pergunta pelos aspectos psíquicos da conexão entre a reprodução social e individual se especifica como pergunta pelos aspectos psíquicos do nexos de mediação entre o processo da sociedade em seu conjunto e o mundo imediato da vida dos indivíduos (ver HOLZKAMP, 1983, p. 195 e p. 229).

De maneira distinta ao nível cooperativo-social que lhe precede, no nível da existência individual que é mediada pela sociedade em seu conjunto, deixa de existir para o indivíduo uma conexão direta e necessária entre sua contribuição à produção social da vida e sua própria subsistência. Disto, infere-se uma maior

diferenciação categorial que se deve agregar as determinações gerais da mediação acima esboçadas: visto desde a perspectiva do mundo da vida do indivíduo, o 'sistema social de subsistência' que se tornou autônomo pode reproduzir a si mesmo sem a permanente participação de cada um e, com ele, pode manter a existência do indivíduo sem sua participação. No plano categorial é, portanto, inapropriado caracterizar a relação entre o processo social e o mundo de vida imediato, principalmente em termos de necessidades sociais de ação dos indivíduos (e tanto faz que estas necessidades sociais sejam caracterizadas, ou não, como necessidades que o indivíduo 'reconhece'). Aqui parece mais bem adequado diferenciar, no plano das categorias, entre as necessidades de ação da sociedade em seu conjunto (em média), e as possibilidades de ações subjetivas. Deste modo, a relação dos indivíduos em seus ambientes de vida imediatos às exigências sociais de ação (do tipo que sejam) se qualifica, em geral, como uma relação de possibilidade. O indivíduo pode realizar as exigências sociais de ação de cada caso, porém, sempre e de um modo fundamental, tem a alternativa de atuar de outra maneira ou de não atuar e neste sentido (é dizer, não em sentido da alternativa entre conhecimento ou desconhecimento das necessidades sociais) pode 'posicionar-se' conscientemente em relação com elas. Esta é uma inevitável implicação de sua situação de vida sob as condições de uma existência individual mediada pela sociedade em seu conjunto (ver HOLZKAMP, 1983, p. 233).

Desta maneira, nossa reconstrução analítico-categorial 'integrou' a localização do sujeito, sua relação mediada (pelo ambiente de vida e a relação de possibilidade) com o processo do conjunto da sociedade. O labor conseguinte se devia dedicar à elucidação da capacidade de ação e da situação subjetiva dos indivíduos nesta relação de mediação. Sobretudo havia que esclarecer a questão:

- Se não se pode considerar que as ações dos indivíduos e as situações em que se encontram subjetivamente são simplesmente

‘determinadas’ pelo entorno que conforma a sociedade, senão que suas ações e suas situações subjetivas devem ser compreendidas como resultados do ‘posicionamento’ consciente em relação com possibilidades de ação e frente a alternativas, etc., com que tipo de conceitos é possível analisar cientificamente essas ações e essas situações subjetivas?

Havia que se levar a cabo a diferenciação categorial das mediações entre processo social e mundo individual de vida (trabalho que foi abordado e desenvolvido nos capítulos 6.3, 7.3 e 7.4 da *Grundlegung*). Para este efeito, começamos por qualificar os aspectos psíquicos da ‘natureza social’ do ser humano que com anterioridade se haviam mostrado a partir da análise histórico-funcional (quer dizer, as determinações referidas aos significados/necessidades, a cognição, emoção e motivação), aplicando agora o novo procedimento da ‘análise de mediação’. Tratava-se de determinar quais outras características gerais se devem atribuir aos aspectos psíquicos mencionados, se:

- Já não se trata de aspectos funcionais em um contexto de vida cooperativo-social imediato, senão que
 - Se trata de aspectos funcionais do psiquismo de indivíduos que se podem ‘posicionar’ conscientemente em relação com as exigências sociais como possibilidades de ação e, portanto,
 - Estamos diante de indivíduos que adquirem ou conservam sua capacidade de ação em vista de alternativas.

A generalização destas análises me levou a colocar em destaque um novo nível de mediação entre a práxis individual de vida e o processo social em seu conjunto: o nível das ‘razões ou fundamentações de ação subjetivas’. Aqui tentei mostrar que as condições sociais de vida não determinam diretamente as ações dos indivíduos, senão que somente fazem às vezes de ‘premissas’ dentro das relações subjetivas das razões ou fundamentações e tracei o modo como isto ocorre. O caráter ‘fundamentado’ das ações

torna-se 'inteligível', tanto subjetiva, como intersubjetivamente, a partir da necessidade subjetiva de dispor das condições (ou seja, a necessidade de evitar o temor e de melhorar a qualidade de vida) no marco dos 'espaços de possibilidade' dados e sob as premissas de ação histórico-sociais concretas (ver HOLZKAMP, 1983, cap. 7.4). Um conceito de 'inteligibilidade' intersubjetiva deste tipo, que pode, por assim dizer, ser 'operacionalizado', é uma condição necessária para a práxis individual de vida sob relações 'proble-máticas', em que a existência individual é mediada pela sociedade em seu conjunto. Mas também, se não queremos que perca seu objeto, a análise psicológica científica das ações dos sujeitos individuais e das situações subjetivas em que eles se encontram, jamais deve desatender este 'marco de entendimento intersubjetivo' (não nos podemos orientar, por exemplo, a uma mera 'análise dos condicionantes'; isto, assim como suas consequências metodológicas, foi exposto no capítulo 9 da *Grundlegung*).

Recordemos brevemente os passos descritos: depois de determinar a especificidade humana-social das determinações categoriais gerais do psiquismo, tentamos concretizá-las em vista das relações vitais da realidade de classes burguesa servindo-nos da 'reinterpretação', 'integração' e 'superação' das teorias burguesas mais avançadas sobre a subjetividade individual. Neste passo, se constatou um certo 'assincronismo' e contradição, pois nestas tentativas de 'concretização' estavam contidas, de maneira implícita, determinações que ainda não haviam sido desenvolvidas e que contrastavam com as determinações categoriais gerais que possuíamos, referidas a especificidade da atividade de vida humana (ver acima, p. 116). Por último, buscou-se reconsiderar esta concretização, agora incluindo o caráter mediado tanto da conexão entre reprodução social e individual, como das diferenciações que se desprendem de tal caráter, mostrando-se que os 'assincronismos' e as contradições citadas poderiam ser superados.

Como ilustração, podemos voltar a citar a nova elucidação dos conceitos de necessidade subjetiva e de funcionalidade que desenvolveu Ute OSTERKAMP no marco do 'modelo do con-

flito' da capacidade de ação e da situação subjetiva sob condições de vida burguesas. Antes, esta concepção aparecia, por assim dizer, como um desenvolvimento 'errático', devido à ausência de uma explicação das mediações entre as necessidades sociais e individuais da vida. No entanto, agora esta concepção pode ser considerada como uma concretização histórica que, a nível categorial, pertence ao novo nível de mediação da relação subjetiva de possibilidade e das relações subjetivas das razões ou fundamentações, diferenciada a partir de nossas investigações.

A relação entre o caráter historicamente determinado das ações e o fato de que o indivíduo possa se 'posicionar' conscientemente em relação aos significados sociais da sociedade burguesa deve ser considerado como uma especificação da relação geral entre a relatividade histórica e a universalidade humana da 'liberdade' dos espaços subjetivos de possibilidade. Mas também é evidente que a dimensão e o alcance que tem a alternativa entre a 'adaptação individual à dependência' e a ação coletiva que faça retroceder a heteronomia é perceptível nas relações contraditórias e repressivas da vida concreta enquanto 'premissas' das razões ou fundamentações subjetivas no espaço de possibilidades dado. Portanto, podem-se fazer 'inteligíveis' as formas em que se manifesta o modo de atuar e a situação subjetiva e devem-se analisar cientificamente como formas de assegurar ou de ampliar a capacidade de ação, precisamente a partir dessas premissas (como fez, por exemplo, Ute OSTERKAMP em seus trabalhos sobre o fascismo; cfr. HOLZKAMP, 1983, p. 352). Assim, confirma-se que os conceitos que no marco do 'modelo do conflito' se desenvolveram 'desde o ponto de vista do sujeito' e desde suas possibilidades e necessidades de vida, não representavam nenhum desvio com respeito ao nosso enfoque da conexão entre a reprodução social e individual. Pelo contrário, antecipavam a compreensão adequada desta conexão sob as determinações de uma existência individual mediada pela sociedade em seu conjunto.

Com os novos planos de mediação restabelece-se assim uma coerência e rigorosidade nos distintos níveis de generalização

de nossas determinações categoriais que, como vimos, não se obteve coloreando nos conceitos de maneira ‘condescendente’, nem em interesse de sua sintonia. Pelo contrário, este desenvolvimento baseou-se na crítica e numa nova elucidação das determinações categoriais referidas ao nexos entre a produção social e individual da vida. Esta crítica e elucidação se fundamentam, desde uma perspectiva científica e de maneira independente, a partir dos critérios metodológicos de reconstrução lógico-histórica. Agora que penso mais detidamente sobre tudo isto, o fato de que finalmente encontramos uma via para superar as contradições surgidas me parece quase um produto da sorte. Porém é mais realista partir da base de que, muito antes de se desenvolverem as análises que hoje nos permitem uma nova compreensão das determinações categoriais básicas, já se podia antecipar ou ao menos intuir, em nossa divisão de trabalho cooperativa, a orientação que possuem. Vista assim, a convergência dos distintos planos de análises somente foi um resultado lógico de nosso trabalho.

A partir do momento em que existia a possibilidade de ordenar nossos conceitos no plano categorial, os conceitos ‘sujeito-científicos’ elaborados em torno do modelo do conflito já não se ocultavam após exposições especiais no contexto da recepção das teorias burguesas, senão que eram localizáveis, em conformidade com seus significados, no contexto categorial⁷⁷. Isto tornou possível generalizar e continuar explicitando as determinações do modelo do conflito. Com este objetivo, diferenciou-se a alternativa básica para a capacidade de ação que se ‘fundamenta’ na conservação e ampliação do controle sobre as condições (e neste sentido, na conservação e melhoramento da qualidade de vida), sob relações burguesas⁷⁸:

77 Para tanto, se nos continuavam reprovando que frente às condições de vida objetivas desatendíamos o sujeito, essa crítica não apenas era torta, mas também era cega.

78 Neste contexto, não posso entrar em detalhes aqui sobre este procedimento de diferenciação. Ver *Grundlegung*, cap. 7.5.

- O desenvolvimento de uma 'capacidade generalizada de ação' vs. o desenvolvimento de uma 'capacidade restritiva de ação'⁷⁹.

Na continuação, realizaram-se as diferenciações correspondentes dos aspectos psíquicos funcionais da capacidade de ação:

- 'Entender' vs. 'interpretar'⁸⁰,
- Emoção e motivação 'generalizável' vs. emoção e motivação 'restritiva' (esta última, no sentido de interioridade ou 'coerção interna').

A característica social-interpessoal destas alternativas se qualificou mediante o par conceitual:

- 'relações entre sujeitos' vs. 'relações instrumentais'⁸¹.

79 Com respeito a este par conceptual, cfr., por exemplo, o Capítulo 4 (p.64), assim como p. 46 e p. 7 na presente edição

80 N.d.T.: Como explica Markard, o que, neste contexto, Holzkamp denomina 'interpretar' refere-se àquela "forma do pensar em que as situações, as pessoas e suas interações são o todo e que exclui ou deixa de lado as mediações da sociedade" (Markard, 2009, p. 204). 'Interpretar' (*Deuten*) faz parte de um par conceitual no qual seu contrário é 'entender' (o sentido de 'formar-se um conceito', *Begreifen*), como destaca o mesmo Holzkamp: "o caráter específico do 'entender' não está em que exclua a 'interpretação', senão que a supere ao mesmo tempo que a conserve em si. O pensamento meramente 'interpretativo' universaliza o 'imediato' e considera que os significados e as formas do pensar correspondentes à prática de vida representam o todo. A mudança, ao 'entender' a realidade da prática da vida' se realiza, por um lado, 'interpretando' a realidade, mas, por outro lado, elucida-se e transcende seguindo-lhe o rastro das referências que ela contém e que indicam a mediação da existência individual pela sociedade. À diferença do pensar interpretativo, no pensar intelectual não me mantenho 'como um peixe na água' da realidade 'pseudoconcreta' da continuidade burguesa. Pelo contrário, capto diretamente em minha atividade de vida sua determinação pelas relações antagônicas de classe da sociedade burguesa".

81 N.d.T.: "Nas relações 'intersubjetivas' se parte da premissa de que é possível ampliar o controle sobre nossas condições de vida junto com os demais". Em troca, no marco de uma capacidade restritiva de ação, 'as relações com

Sob o término ‘autoinimizade’ se realizou uma análise mais detalhada da alternativa ‘restritiva’ da capacidade de ação, desenvolvendo sua contradição interna e chegando, por esta via, a uma explicação categorial mais exata da gênese e função dos processos psíquicos de defesa, do ‘inconsciente’, etc. (ver HOLZKAMP, 1983, cap. 7.5). Seguidamente, estas diferenciações da capacidade de ação permitiram elucidar – no plano categorial – as contradições na ontogênese humana, em especial as referidas ao desenvolvimento infantil, enquanto ‘desenvolvimento que conduz até a capacidade de ação’. Neste contexto, realizou-se uma reconstrução lógico-histórica daquelas formas anteriores da ‘capacidade de ação’ que são necessárias para o desenvolvimento e se compararam suas determinações gerais com suas determinações formais burguesas enquanto formas anteriores da alternativa ‘capacidade generalizada de ação’ vs. ‘capacidade restritiva de ação’ (ver HOLZKAMP, 1983, cap. 8).

As generalizações e explicações categoriais que se realizaram deste modo, também nos permitem reconhecer a função e relevância que pode ter a ‘reinterpretação’ das teorias burguesas – como, por exemplo, a psicanálise – no processo de investigação sujeito-científico: mediante a ‘reinterpretação’, não se produzem novas determinações categoriais ‘através’ dos conceitos burgueses, de maneira misteriosa e como alternativa a reconstrução lógico-histórica.

Aqui os conceitos psicológicos tradicionais estão, por as-

outras pessoas se caracterizam pela mútua instrumentalização do outro para os próprios interesses. Mas, devemos assinalar que, neste contexto da ‘intersubjetividade’ e da ‘instrumentalização’, não devem ser confundidas como características dos indivíduos, que fazem parte da ‘personalidade’, ou questões similares. Pelo contrário, são implicações da funcionalidade subjetiva da alternativa” generalizada vs. Restritiva de atuar, isto é, por um lado, pode-se “ampliar o controle sobre as condições junto aos demais, mas, por outro lado, pode-se perseguir uma capacidade individual de ação no reconhecimento das responsabilidades de ação e as relações de poder existentes”. Por isso, “em toda situação de ameaça” a ‘intersubjetividade’ e a ‘instrumentalização’ “se dão sempre de novo, como ‘dupla’ possibilidade das relações, no espaço de possibilidade do indivíduo” (Holzkamp, 1983, p. 375).

sim dizê-lo, do 'lado do objeto' de análise sujeito-científico. Na 'reinterpretação', explicita-se o referente categorial, que de fato as teorias vêm tratando, utilizando-separa isso a ferramenta das determinações categoriais generalizadas que se elaboraram com anterioridade. Isto se efetua de tal maneira que se-faz visível o tipo de realidade psíquica que se aborda na teoria, que é 'reinterpretada'.

Por exemplo, ali onde se supunha uma validade 'universal' dos conceitos psicanalíticos com respeito ao ser humano, a 'reinterpretação' rejeitou esta pretensão de universalidade, servindo-se das determinações categoriais gerais do psiquismo a nível humano que se haviam derivado anteriormente. Desta maneira, pode-se mostrar que, em efeito, estes conceitos se referem a aspectos da subjetividade reprimida, isolada e mistificada pelas formas burguesas.

Com este tipo de reinterpretação se estabelece, portanto, o conteúdo de realidade que tem os conceitos burgueses em questão. Assim podem ser analisadas, por exemplo, as formas de manifestação da subjetividade individual na sociedade burguesa que se refletem em conceitos psicanalíticos como o 'temor', a 'angústia', a 'defesa' e o 'inconsciente', perguntando por suas gênese e funções no contexto da capacidade individual de ação. Assim, este procedimento permite integrar e às vezes superar o conteúdo cognoscitivo dos conceitos 'reinterpretados' (ver HOLZKAMP, 1983, por exemplo, p. 118).

VII - A consideração sistemática das determinações fenomênico-analíticas da estrutura: o giro sujeito-científico da análise categorial na Psicologia Crítica.

Depois de ter explicado os planos de mediação entre o processo do conjunto social e a subjetividade individual, a resposta à pergunta central da presente reflexão se torna mais que evidente. Com a determinação categorial da especificidade humana social do psiquismo fica superada a crítica e autocrítica de fun-

damento fenomenológico que foi exposto na quarta parte deste trabalho. Para começar, agora se outorga um lugar sistemático à experiência subjetiva, dentro do nível da mediação das razões ou fundamentações da ação e da relação de possibilidade. Esta não está mais contaminada com as determinações sociais da necessidade que se introduziam em nome da conexão entre a reprodução social e individual. Mas, além disso, na explicação categorial do modo subjetivo em que se dá a existência individual mediada pela sociedade em seu conjunto confluíram, desde o início, determinações fenomênico-analíticas da estrutura. Este era o caso, por exemplo, quando a referência da ação individual às exigências sociais se caracterizou como um espaço de possibilidades de ação, que, para o indivíduo, representam alternativas de ação dadas em relação com as quais se pode ‘posicionar’ conscientemente. Quem observa com minúcia o *Grundlegung* constatará, ademais, que as determinações fenomênico-analíticas essenciais da estrutura de nossa experiência – que citei na segunda parte do presente texto, fazendo referência a GRAUMANN – se encontram precisamente nas passagens que em meu livro se fazem estratégicas. Isto pode ser ilustrado citando o capítulo 6.3, onde a especificidade da situação subjetiva sob as condições de uma existência individual mediada pela sociedade se descreve, como relação de possibilidade, da maneira que se segue:

Com a nova qualidade do posicionamento ‘consciente’ em relação com as possibilidades sociais de ação (...) tem lugar uma mudança qualitativa na relação dos indivíduos entre si: o ‘posicionamento’ consciente ‘em-relação-com’ é, como tal, ‘meu’ posicionamento. A ‘consciência’ é sempre ‘primeira pessoa’. (HOLZKAMP, 1983, p. 237).

Isto inclui perceber que, ‘tal como eu’, também o outro é “em geral, a ‘origem’ de um conhecer, de um posicionamento e de um atuar ‘consciente’”, é o ‘foco’, do mesmo tipo e de igual classe, ‘de uma intencionalidade’, de maneira que a ‘subjetividade’ realmente deve se equiparar com a ‘intersubjetividade’. Isto, por

sua vez, significa que as relações entre os indivíduos se dão como um ‘entrecruzamento de perspectivas’: ao mesmo tempo em que “tomo em consideração o outro do ponto de vista de minha visão do mundo e de mim mesmo”, o faço de um modo ‘reflexivo’, ou seja, considero que tem “sua visão do mundo e de si mesmo” (*ibid.*, p.238).

Estas e outras descrições fenomenológicas do modo em que se dá a existência individual mediada pela sociedade desembocam em uma consequência decisiva:

(...) depois da mudança de dominância e a partir do nível da existência individual mediada pela sociedade no seu conjunto, o ‘objeto’ da ciência individual adquire qualidades altamente significativas. Na fase de formação da ‘natureza social’ se tratava de seres vivos que, se bem eram nosso objeto de conhecimento, não teriam uma relação ‘cognoscente’ com o ‘mundo’ e com os demais. Tratava-se, por tanto, de seres que, por princípio, tampouco podiam estar em uma relação intersubjetiva ‘até mim’ enquanto cognoscente. Pelo contrário, no caso dos seres vivos com os que nos relacionamos no marco de uma ciência individual, se trata de outros sujeitos e, portanto, se trata, por princípio, de seres ‘de nossa condição’. O investigador que aqui quer esclarecer questões ‘subjetivas’ de forma científica e generalizada se vê, por princípio, e necessariamente afetado por seus próprios procedimentos e resultados em quanto ‘também ele’ é um sujeito. Desta maneira, a ciência individual marxista é decididamente uma ‘ciência do sujeito’ (*ibid.*, p. 239).

As determinações fenomênico-analíticas da estrutura referidas à concepção da psicologia como ‘ciência do sujeito’ não são nem simples frases ou ocorrências do momento, nem mera programática. Em *Grundlegung* se trabalha com este tipo de conceitos em todos os contextos expositivos e argumentativos essenciais a partir do capítulo 6.3⁸². Sem a referência às determinações

82 Isto é, no essencial, a diferença com respeito às passagens fenomênico-analíticas que se encontram em minha obra *Sinnliche Erkenntnis* (HOLZKAMP, 1973). Ali faz-se referência explícita à fenomenologia, por exemplo a de

fenomênicas-analíticas da estrutura, seria impensável a diferenciação e distinção dos planos de mediação das “razões ou fundamentações subjetivas de ação”, a chave categorial para o esclarecimento da relação entre a subordinação às condições sociais e a ‘liberdade’ da relação social de possibilidade dos indivíduos (*ibid.*, cap. 7.4). Porém, também na hora de concretizar estas mediações com referência à sociedade burguesa, se realizam diferenciações fenomênico-analíticas. Por exemplo, em uma passagem estratégica do capítulo 7.5, ressalta-se a diferença entre a situação de vida imediata dos indivíduos, por uma parte, e seu entrelaçamento objetivo no tecido da sociedade em seu conjunto, por outra. Desta maneira se supera a ideia de confrontação direta dos indivíduos com ‘a’ sociedade. Por sua vez, isto nos permite compreender a alternativa da ‘capacidade generalizada de ação’ *vs.* a ‘capacidade restritiva de ação’, como forma histórica da estrutura dos ‘espaços de possibilidade subjetivos’, a partir da ‘dupla possibilidade’ dos indivíduos de ampliar o controle sobre a própria existência dentro das condições sociais de vida, o de ampliar esse controle enquanto controle sobre as próprias condições sociais de vida.

A relevância dos aspectos fenomênicos-analíticos também é manifesta no capítulo 8, de onde se elaboram as determinações categoriais da história individual humana e se caracterizam as distintas ‘sequências de desenvolvimento’. Por exemplo, para o desenvolvimento é necessário que a referência ao mundo baseada em um mero ‘aprender de sinais’ se supere mediante a ‘intencionalidade’ do tipo ‘social-interpessoal’⁸³. Em especial, é

MERLEAU-PONTY (ver, por exemplo, p. 22), assim como também a de GRAUMANN (p. 156). Ainda assim, isto não teve consequências que se poderiam comprovar no desenvolvimento e a fundamentação da concepção global (o que em certo modo contribuiu a que este plano fosse ignorado em um posterior desenvolvimento da Psicologia Crítica).

83 N.d.T.: Holzkamp (1983) introduz estes conceitos no marco de sua análise do desenvolvimento infantil. A “aprendizagem antecipatória individual de sinais [...] se orienta segundo o ‘êxito’; sobre sua base a criança provoca (ou faz que continuem) as atividades de apoio e cuidado por parte dos adultos mediante gestos, sons, gritos, etc.” (Holzkamp, 1983, p. 440). Porém quando os

patente a relevância fenomênico-analítica ali, onde se caracteriza a sequência que denominamos ‘transcender a imediatez’. Trata-se da sequência na qual as crianças ou jovens logram a distância própria do posicionamento consciente ‘em-relação-com’ e da relação intersubjetiva de possibilidade. Desta maneira, pela primeira vez dentro da ontogênese, as crianças ou jovens alcançam ‘subjetivamente’ a mediação objetiva da existência individual pela sociedade. Mais adiante, no capítulo 8.4, passa-se da ontogênese real “à própria infância como passado e presente do adulto”, ou seja, à própria infância ou desenvolvimento individual como dimensão biográfico-fenomênica da experiência do adulto. Aqui se atualiza a determinação fenomênico-analítica da estrutura da ‘historicidade’ da experiência imediata, fazendo referência a uma longa passagem no capítulo 7.3, em que a análise fenomenológica da estrutura constitui diretamente o princípio que rege a exposição: “Historicidade subjetividade, ‘memória’, perspectiva de vida” (p. 332). Finalmente, no capítulo 9, dedicado à metodologia, tornam-se centrais as dimensões fenomênico-estruturais da sujeição a um ponto de vista, ou seja, o perspectivismo e o entrecruzamento interpessoal das perspectivas dos ‘focos de intencionalidade’. Aí se mostra que uma metodologia psicológica adequada ao seu objeto jamais deveria abandonar a intersubjetividade que se alcançou nestas dimensões. Sobre esta base se elaboram as diretrizes para uma investigação ‘desde o ponto de vista do sujeito’, com concei-

adultos atuam frente à criança, não se orientam unicamente segundo os sinais (gritos, etc.) que ele emita, senão que obedecem a suas próprias intenções – as que a criança, em todo caso, ainda não pode vislumbrar – “Se bem está incluída objetivamente nos planos e intenções dos adultos, a criança não pode reproduzir este fato no mesmo nível”, porém “em sua natureza social possui a potencialidade de desenvolvimento necessária para fazê-lo” (ibid., p. 442 s.). Como explica Markard (2009), esta é a razão pela qual a criança pode responder com seu próprio desenvolvimento a discrepância descrita, “em que se torna experimentável à intencionalidade dos demais. [...] Nas permanentes interações, a criança se dá conta que as coisas e as pessoas se diferenciam, e que estas últimas ‘reagem’ de diferentes formas, tem diferentes ânimos, a diferencia das coisas, são influenciáveis. [...] A influência dos demais adquire, ela mesma, traços interacionais, a criança pode abordar as intenções dos demais a partir de suas próprias intenções” (Markard, 2009, p. 227 s.).

tos, métodos e resultados que não tratam ‘sobre’ os indivíduos, senão que são desenvolvidos ‘para’ os mesmos. Neste contexto, desenvolve-se uma nova concepção dos critérios usuais de objetividade, agora a partir de dois conceitos centrais: os ‘espaços típicos de possibilidade’ e a ‘generalização da possibilidade’. Este enfoque metodológico ‘sujeito-científico’, considera que a estrutura fenomênica de nossa experiência é incontornável para a investigação psicológica, questão que se toma tanto ou mais com seriedade que nas mesmas posições fenomenológicas ou fenomenológico-psicológicas.

VIII- O caráter incontornável da experiência imediata e a ação que a transcende: uma relação contraditória sob condições da existência individual mediada pela sociedade

Depois de destacar as referências fenomênico-analíticas contidas em *Grundlegung* – que, surpreendentemente, eram tão amplas e significativas – podemos agora retomar a nossa questão central, a relação entre Psicologia Crítica e Fenomenológica e as consequências implicadas em ambos os enfoques teóricos e metodológicos. Para isso, é necessário, em primeiro lugar, superar o caráter ‘externo’ da demarcação que fizemos quando distinguimos, de um lado, a abordagem ‘empírica’ da análise genético-reconstrutiva e, por outro lado, a análise fenomenológica da estrutura, a qual se referia somente à experiência imediata. Trata-se, por conseguinte, de determinar a função dos enunciados fenomênico-analíticos dentro das análises genético-reconstrutivas. Portanto, temos de perguntar:

– Sob que condições, com que relevância e sobre que base metodológica não é só possível, se não necessário, destacar as estruturas fenomênicas da nossa experiência no marco de nossa concepção marxista da teoria e do método da ciência individual?

Disso se desprendem, em segundo lugar, novas perguntas:

– Em vista da especificidade e função da Psicologia Fenomenológica, quais consequências acarretam o feito de que seu procedimento e seus resultados podem ou devam ganhar relevância dentro da análise categorial lógico-histórica?

– É compatível com o enfoque e a consciência da fenomenologia (e dos fenomenólogos) encontrar-se, inesperadamente, com tais enunciados essenciais, dentro de análises fundadas desde o marxismo?

A presente compilação das referências metodológicas essenciais contidas na *Grundlegung* não deveria causar uma falsa impressão. Estes enunciados fenomênico-analíticos não aparecem, em nenhum momento, simplesmente ‘para si’. Sempre explicam aspectos fenomenológicos de enunciados totalmente distintos sobre outras relações, os que não são nem podem ser o resultado de análises fenomênico-estruturais. A função desses enunciados é esclarecer a referência das novas determinações categoriais à situação em que nos encontramos como sujeitos-no-mundo. Mais especificamente: há que demonstrar, em cada caso concreto, que os enunciados categoriais são compatíveis com a estrutura da nossa situação subjetiva e que (dado o caso) podem servir de ajuda para seu esclarecimento. Ao mesmo tempo, isso implica uma crítica a todos os enunciados categoriais sobre a subjetividade humana nos que ‘se perdem’ momentos essenciais da estrutura da nossa experiência e que, por tanto, com seus esforços analíticos, não retornam ao lugar que constituiu seu ponto de partida, quer dizer: não retornam a nós, tal qual nos encontramos neste mundo, de maneira inevitável e irreduzível um com o outro, como sujeitos.

Visto dessa forma, a Psicologia Fenomenológica é, no contexto de nosso procedimento, uma espécie de ‘condição científica mínima’. Na medida em que estão suficientemente fundamentados dentro do próprio contexto metodológico, os enunciados fenomênico-analíticos sobre a estrutura de nossa experiência

representam uma *conditio sine qua non* para todas as demais determinações não-fenomenológicas. A partir do momento em que não se tomam em conta esses enunciados fenomênico-analíticos, a subjetividade humana deixa de ser tema de análise (ou ao menos já não é em pleno sentido da palavra), as análises abordam, em maior ou menor grau, um objeto errado. Uma ciência fenomenológica fundamental desse tipo seria, por assim dizer, a ‘peneira’ geral que excluiria todos os enfoques, todas os enunciados categoriais, teóricos e metodológicos que se refiram a um objeto errado e que, por tanto, não servem para as novas elucidações. Sua função se poderia comparar, por exemplo, com a ‘peneira’ lógica ainda mais geral, através da qual foram excluídas aquelas concepções que contem contradições lógicas.

A disputa entre as diferentes teorias e enfoques que realmente se referem ao sujeito não acaba uma vez que se cumprem os critérios fenomênico-analíticos estruturais, mas pelo contrário: preenchidas essas condições, pode iniciar-se um debate coerente, em que as partes não se referem a questões diferentes e mal compreendidas. Porém, sabemos que há enunciados que se referem ao sujeito, mas que vão ‘mais além’ dos enunciados fenomênico-analíticos e que, por enquanto, só se caracterizaram negativamente. Como relacionar esses tipos de enunciados? E acima de tudo, o que significa esse ‘ir mais além’, se as análises fenomenológicas se referem a momentos ‘incontornáveis’ da estrutura da nossa experiência?

A resposta a essas questões se desprende de um feito demonstrado em nossa investigação: ainda que não podemos ‘evadir’ as estruturas de nossa experiência, temos que ‘transcendê-las’. Pois o ser humano não só ‘experimenta’, mas, atuando, tem que criar ou controlar primeiro as condições sob as quais possa em geral viver, para depois, como ser vivo, também poder desenvolver experiências (com esta ou aquela estrutura). A realidade objetiva só pode transformar-se em ‘realidade para nós’ na medida em que for experimentada por cada ‘um’ e por ‘mim’. Mas, embora seja correta, esta relação gnosiológica de fundamentação se integra em

uma relação de fundamentos materiais mais amplos: quem quiser ‘experimental’, deve ser capaz de reproduzir sua vida – e isso não só em sua experiência, mas no mundo material do qual faz parte e do qual depende sua vida. Para viver, os seres humanos transcendem a imediatez de sua experiência ao agir. Ao fazê-lo, em sua práxis cotidiana, tem que reproduzir suficientemente as características objetivas da realidade – das que dependem suas existências – de uma forma ‘prática’, em seu pensamento. Já nesse plano, corresponde-lhe, portanto, ao pensar a função central de transcender a imediatez nos pensamentos. Mas ainda transcendida, a experiência imediata não foi eliminada. Por um lado, é a referência do pensamento, ao mesmo tempo em que, por outro, se encontra em uma relação contraditória com esse mesmo pensamento que a transcende.

IX. A relevância da análise fenomenológica dentro da metodologia marxista: especificação sujeito-científica

Há um instante, descrevi o recorrido da atividade humana que, tendo a imediatez por ponto de partida, reproduz no pensamento o contexto real em que ele se encontra e regressa finalmente a imediatez. Dentro da metodologia marxista, esta via se refletiu e generalizou naquela que partindo do ‘concreto da representação’, passa pela ‘abstração’ até chegar ao ‘concreto do pensamento’, ou seja, a uma ‘imediatez entendida’. De minha parte, especifiquei este procedimento em concordância com nosso objeto de investigação sujeito-científico caracterizando-o como segue: primeiro, o ponto de partida nos ‘pré-conceitos’ psicológicos; segundo, análise categorial sobre a base de uma reconstrução lógico-histórica, com fins de elucidar a referência geral dos ‘pré-conceitos’ aos seus objetos; e terceiro, a partir dali (como possibilidade) o desenvolvimento de uma crítica conceitual ‘retroativa’ da concepção de objeto limitada, parcial e reduzida (ver HOLZKAMP, 1983, por exemplo, p. 50).

Ao mesmo tempo, isto devia assentar as bases para a elucidação categorial da práxis de vida ‘cotidiana’ e de seu movimento contraditório entre a *fixação no imediato e o transcender da imediatez* (o que finalmente se traduziu no desenvolvimento do conceito de ‘capacidade restritiva de ação’ vs. ‘capacidade generalizada de ação’).

Por trás destas explicações, fica claro o lugar que se deve outorgar às determinações fenomênico-analíticas da estrutura dentro de nosso enfoque metodológico. Devem ser consideradas como desenvolvimentos conceituais que, de um modo específico, são produtos de uma *reflexão metodológica* anteposta aos pré-conceitos, sejam eles científicos ou cotidianos. Mas, além disso, para a análise categorial isto implica novos critérios que devem ser levados em conta: o ponto de partida da reconstrução categorial constitui as determinações fenomênicas da estrutura do ‘estado final’ do psiquismo como consciência e experiência imediata. No transcurso desta reconstrução, devemos voltar a ‘integrar’ essas determinações fenomênicas iniciais de tal maneira que nossas categorias analíticas incluam a ‘função crítica’ da análise fenomenológica (mencionada na p. 108). E, por último, esta função crítica tem que se refletir na elucidação categorial da especificidade da práxis vital subjetiva.

Como vemos, sempre que se analisem e critiquem as referências de um determinado conceito psicológico ao seu objeto, este também deverá incluir a análise e a crítica de sua estrutura fenomênica. Porém, a relevância que se outorgou à análise fenomenológica no contexto global de nosso enfoque metodológico, não tem somente implicações para os pré-conceitos. Tampouco ficam intactas as determinações fenomênico-analíticas de estrutura.

Por meio de seu passo pela reconstrução lógico-histórica, elas mesmas são integradas ao processo que conduz do ‘concreto da representação’ a uma ‘concretização do pensamento’ como ‘imediatez entendida’. Isto não significa que neste processo cognoscitivo se transforme como tais as determinações fenomênicas (que resultem de uma análise adequada). Mas agora se pode elu-

cidar o 'contexto objetivo mais amplo' no qual se encontram e, com ele, a singularidade do conteúdo da experiência das quais elas constituem o aspecto 'estrutural'. É precisamente a partir dessa elucidação que as determinações fenomênicas cobram agora seu significado:

Através da reconstrução científica do contexto real, 'eu' me reencontro, agora conscientemente, num lugar em que realmente havia estado desde sempre. Isto é, no lugar de um indivíduo que, também em sua 'subjetividade', se reproduz a si mesmo como momento do nexos social de produção e reprodução. A possibilidade subjetiva de 'posicionar-me' conscientemente em relação ao processo da sociedade em seu conjunto não está em contradição com sua característica objetiva. Pelo contrário, agora pode ser reconhecida como uma capacidade que alcançam os indivíduos envolvidos neste processo, em concordância com as necessidades da reprodução social e individual. (HOLZKAMP, 1983, p. 347).

Tomemos, por exemplo, os significados sociais como possibilidades de ação, ou seja:

(...) a 'relação de possibilidade', a 'liberdade', a qualidade de sujeitos própria dos indivíduos e, portanto, também a localização 'sujeito-científica'. A partir da reconstrução científica, pode-se reconhecer que tudo isto é o resultado das relações materiais próprias da 'síntese do conjunto social' como 'sistema de subsistência' que se tornou autônomo e que, em potência, pode eximir o indivíduo da necessidade de que participe no processo mediante o qual se assegura sua própria existência. (p. 347).

Para compreender a imediatez da experiência imediata, ou seja, sua limitação e possível 'inversão', ligadas à sua localização e perspectiva, tem que se reproduzir o nexos de sua mediação pelo conjunto social no pensamento. Este nexos pode-se reconstruir transcendendo a 'imediatez' de maneira logico-histórica. Em seu giro sujeito-científico, se realizou este trabalho no plano analítico-categorial, perseguindo um fim específico: tratava-se de

que o sujeito pudesse elucidar, desde seu próprio ponto de vista, a relação recíproca e às vezes contraditória que existe entre, por um lado, a experiência imediata e, por outro lado, a necessidade subjetiva de transcender essa experiência em direção ao controle das condições objetivas das quais depende.

A este respeito, o capítulo 7 de *Grundlegung* ilustra, mediante numerosos exemplos, as condições e formas de uma contradição fundamental. Nele se mostra que é precisamente agarrando-se à ‘imediatez’ de uma visão meramente interpretativa⁸⁴ do mundo que o indivíduo não pode desenvolver uma existência plena e uma qualidade de vida imediatas. A submissão ‘voluntária’ do indivíduo às relações de poder vigentes o força a adotar uma atitude de defesa frente à realidade. Acuado, se concentra no temor e a ameaça, mas precisamente sobre esta base se desagrega a ansiada plenitude e qualidade existencial. Ao mesmo tempo, a partir desta análise foi necessário abordar e mostrar os múltiplos nexos que existem entre, por uma parte, a ampliação ativa das possibilidades de controle sobre as condições de vida objetivas e, por outra, a superação do temor, o desenvolvimento da qualidade subjetiva da experiência do mundo e de si mesmo, etc.

Como vemos, a possibilidade e a necessidade de transcender a experiência imediata reproduzindo a realidade no pensamento podem ser explicadas tanto no plano do desenvolvimento das categorias sujeito-científicas, como no plano da função destas categorias nas mãos dos indivíduos. Em ambos os casos, trata-se de partir da mesma experiência para transcendê-la, abordando as extensas estruturas objetivas que, precisamente devido ao fato que não duplicam ou extrapolam simplesmente a estrutura da experiência imediata, permitem elucidar a singularidade e relevância da ‘imediatez’ de nossas referências existenciais tanto do ponto de vista científico, como prático-vital. A condição previa é que o indivíduo, da posição e do ponto de vista de seu mundo subjetivo de vida, ainda que nunca possa abandoná-lo, possa compreender no

84 Visão... interpretativa no sentido de par conceitual ‘compreender’ vs ‘interpretar’; a esse respeito, ver p. 127 e Nota 80.

pensar/na prática o nexo das mediações objetivas e contraditórias desse mundo de vida, seu próprio lugar no conjunto do processo social. Esta é a pré-condição metodológica básica da dialética materialista e a via metódica citada, que se especifica segundo o questionamento concreto, mas que sempre se caracteriza por conduzir do concreto da representação, passando pela abstração, ao concreto do pensamento.

Depois destas reflexões, podemos sintetizar a relação entre a análise fenomenológica e lógico-histórica em uma fórmula geral. Para começar, no marco da especificação sujeito-científica da reconstrução logico-histórica, a análise fenomenológica cumpre a função de uma condição científica mínima, ou seja, em certo sentido, de uma 'ciência fundamental'. Esta ciência fundamental cobra vigência à estrutura da experiência imediata como ponto de partida e meta final da reconstrução. Mas, por outro lado, fora da exigência de que se cumpram seus critérios estruturais, à Psicologia Fenomenológica não lhe competem a metodologia de reconstrução histórica do contexto mais amplo, o contexto material da reprodução, nem seus resultados. Visto deste modo, o fato de que, em nosso caso, a análise fenomênica e as determinações estruturais que desenvolve apareçam dentro do enfoque marxista da ciência do sujeito é uma questão alheia ao enfoque fenomenológico. Do mesmo modo, poder-se-ia encontrar dentro de outras ciências humanísticas ou sociais totalmente distintas que se ocupam da subjetividade. Neste caso hipotético, fora de sua função enquanto 'peneira' que exclui os enfoques que não satisfazem os critérios estruturais fenomenológicos, tampouco teria muito mais o que abordar.

No meu entender, isto remete novamente ao paralelismo que introduz anteriormente com referência à lógica como 'condição científica mínima' ainda mais fundamental que a da fenomenologia. Também a ela lhe compete unicamente questionar se algo está livre de contradição, mas não lhe incumbe o que aí se propõe. Ao contrário, tampouco a análise logico-histórico (por exemplo, na forma de nosso desenvolvimento analítico-categorial), com

seu modo de proceder e seus resultados, pode aportar algo – nem crítica, nem ‘positivamente’ – à análise fenomenológica. No caso da análise lógica-histórica necessitar revisar sua aproximação com um objeto na perspectiva de cumprimento dos critérios científicos ‘mínimos’, etc., ela deverá submeter-se com sua interrogante ao enfoque e ao procedimento fenomênico-analítico. Somente então pode, neste plano, posicionar-se ‘criticamente’ em relação aos procedimentos e resultados fenomenológicos. Portanto, neste contexto, não há nenhum sentido, a partir do marxismo, em criticar a análise fenomenológica (nem tampouco a lógica formal) por fazer parte das ciências ‘burguesas’, ‘idealistas’ ou coisas do estilo. Com seu status de ‘ciência fundamental’, situa-se no plano mais geral de especificação, na qual não pode surtir efeito essa crítica.

Mas o problema se apresenta de um modo fundamentalmente distinto, em que as concepções ‘fenomenológicas’ vão ‘mais além’ da base metodológica de análise estrutural da experiência imediata. Isto ocorre, por exemplo, nos enfoques etnometodológicos e nas frações do interacionismo simbólico que, sobre uma base fenomenológica, pretendem desenvolver teoremas gerais no campo da teoria social. Nestas visões, os contextos ‘mediados’ pelo conjunto da sociedade somente podem ser vistos através do prisma do ‘imediató’ e se desconhece a necessidade de um enfoque autônomo para a reconstrução dos processos materiais da reprodução social no pensamento. De um ponto de vista marxista, ressalta-se o caráter ‘burguês’ destes tipos de concepções, as quais mistificam a forma burguesa da fixação no imediato, a aparência de um sujeito que não tem relação alguma com antagonismos sociais de classe, com relações de opressão e cuja situação se expõe como *a* situação ‘universal’ do ser humano. Desta maneira, é impossível apreender a contradição entre o mundo individual da vida e o processo da sociedade em seu conjunto, já que este processo social é interpretado segundo o esquema do mundo individual. Uma problemática análoga se pode produzir quando as análises fenomenológicas contaminam-se com determinações epistemológicas. É o caso, por exemplo, quando os valores limites

que correspondem ao acesso direto, não-mediado à realidade, se extrapolam e se projetam em limites do conhecimento humano em geral (questão que não quero expor em detalhes). Aqui cabe, portanto, perguntar, com respeito à Psicologia Fenomenológica e suas distintas expressões:

- Em que medida o denominador comum consiste realmente em uma analítica fenomenológica da estrutura do objeto psicológico?

- Em que medida existem variantes que entendem ou praticam a Psicologia Fenomenológica como uma via autônoma para a investigação de questões de conteúdo?

Pois, neste caso, transgrediria o campo de aplicação da análise fenomênica e já não se cumpririam os critérios para sua fundamentação científica. Em consequência, haveria que iniciar novamente a discussão sobre a solidez metodológica dos enfoques 'fenomenológico-psicológicos' que se 'ampliaram' dessa maneira.

Estas transgressões do campo, que correspondem à análise fenomenológica, não reproduzem simplesmente divisões aleatórias do trabalho científico. Pelo contrário, fundamentam-se na singularidade metodológica própria da analítica fenomênica, que às vezes induz ao abandono de seu legítimo campo de aplicação, ou seja, leva a um mal-entendido sobre as possibilidades e os limites da análise fenomenológica de estrutura. Também na lógica formal podemos encontrar mal-entendidos similares. Por exemplo, dentro do marco lógico de referência, somente se pode fixar contradições formais; mas logo, a partir disto, se deduz que não podem existir contradições sociais reais (ver *Sinnliche Erkenntnis*, HOLZKAMP, 1973, p. 376 à 384). No plano mais fundamental, pode-se definir de maneira relativamente fácil o campo de aplicação da análise fenomenológica. Desta perspectiva, se deveria poder assinalar claramente onde ocorrem transgressões. Porém, isso não significa que também seja fácil estabelecer este tipo de demarcação para cada um dos procedimentos de tipo fenomenológico ou

para aqueles que pretendem sê-lo. Antes, seriam necessárias análises exatas sobre os materiais concretos. Talvez os critérios aqui propostos poderiam servir de instrumento analítico que ajude nesta tarefa⁸⁵.

85 No campo psicológico crítico, realizaram-se análises deste tipo, por exemplo, com respeito às posições do interacionismo simbólico e enfoques afins ao trabalho *Einstellung – Kritik eines sozialpsychologischen Grundkonzepts* de MORUS MARKARD (*Atitude: Crítica de um conceito básico da psicologia social*; 1984).

Referências

- Adorno, Theodor W. (1951). *Minima Moralia: Reflexionen aus dem beschädigten Leben*. Frankfurt: Suhrkamp.
- Bader, Kurt. (1984). Individualisierungstendenzen bei Sozialarbeitern und Sozialpädagogen. In: *Forum Kritische Psychologie*, 14, pp. 82-109. Berlin: Argument.
- Baritz, Loren. (1960). *The servants of power: A history of the use of social science in american industry*, Middletown, Whitefish.
- Czerwinski, Peter. (1989). *Der Glanz der Abstraktion: Frühe Formen der Reflexivität im Mittelalter*. Frankfurt: Campus.
- Dreier, Ole. (1980). *Familiales Sein und familiales Bewußtsein: Therapeutische Analyse einer Arbeiterfamilie*. Frankfurt: Campus.
- Engel, F. (1979). *Anti-Duhring*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Engels, F. (1873-1886/1962). Dialektik der Natur. In: *Marx-Engels Werke (MEW)*, Tomo 20. Berlin: Dietz.
- Freud, Sigmund. (1927/2006). O futuro de uma ilusão. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XXI.
- Freud, Sigmund. (1933/2006). 31ª conferencia. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XXI.
- Friedrich, Walter, Sève, Lucien. (1977). *Kritik der Psychoanalyse und biologistischer Konzeptionen*. Berlin: Deutscher Verlag.
- Goodall, Jane, Lawick, Hugo Van. (1971). *In the shadow of man*. Boston: Houghton Mifflin.
- Gottschalch, Holm. (1979). Probleme der Motivationstheorie der "Kritischen Psychologie". In: *Forum Kritische Psychologie*, 4, pp. 88-130. Berlin: Argument.
- Graumann, Carl F. (1985). Phänomenologische Analytik und experimentelle Methodik in der Psychologie: Das Problem ihrer Vermittlung. In: Braun, Karl-Heinz, Holzkamp, Klaus

- (eds.). *Subjektivität als Problem psychologischer Methodik: 3. Internationalen Kongreß Kritische Psychologie, Marburg 1984*. Frankfurt: Campus.
- Haug, Wolfgang Fritz. (1985). Die Frage nach der Konstitution des Subjekts. In: Braun, Karl-Heinz, Holzkamp, Klaus (eds.). *Subjektivität als Problem psychologischer Methodik: 3. Internationalen Kongreß Kritische Psychologie, Marburg 1984*. Frankfurt: Campus.
- Haug, Wolfgang Fritz. (2006). *Einführung in marxistisches Philosophieren*. Hamburg: Argument.
- Holzkamp, Klaus. (1979a). Zur kritisch-psychologischen Theorie der Subjektivität I. In: *Forum Kritische Psychologie*, 4, pp. 10-54. Berlin: Argument
- Holzkamp, Klaus. (1979b). Zur kritisch-psychologischen Theorie der Subjektivität II: Das Verhältnis individueller Subjekte zu gesellschaftlichen Subjekten und die frühkindliche Genese der Subjektivität. In: *Forum Kritische Psychologie*, 5, pp. 7-46. Berlin: Argument.
- Holzkamp, Klaus. (1973). *Sinnliche Erkenntnis: Historischer Ursprung und gesellschaftliche Funktion der Wahrnehmung*. Frankfurt: Fischer-Athenäum.
- Holzkamp, Klaus. (1977). Kann es im Rahmen der marxistischen Theorie eine Kritische Psychologie geben?. In: *Kritische Psychologie: Bericht über den 1. Internationalen Kongreß kritische Psychologie in Marburg*, pp. 202-230. Colônia: Pahl Rugenstein.
- Holzkamp, Klaus. (1979a). Zur kritisch-psychologischen Theorie der Subjektivität I. In: *Forum Kritische Psychologie*, 4, pp. 10-54. Berlin: Argument.
- Holzkamp, Klaus (1983). *Grundlegung der Psychologie*. Frankfurt: Campus.
- Holzkamp, Klaus. (1985). Zur Stellung der Psychoanalyse in der Geschichte der Psychologie. In: *Geschichte und Kritik der Psychoanalyse: Bericht von der 3. internationalen Ferienuniversität Kritische Psychologie*, pp. 13-69: Marburg: VAG.

- Holzcamp, Klaus. (1987). Lernen und Lernwiderstand: Skizzen einer subjektwissenschaftlichen Lerntheorie. In: *Forum Kritische Psychologie*, 20, pp. 5-36. Berlin: Argument.
- Holzcamp, Klaus, Osterkamp, Ute. (1977). Psychologische Therapie als Weg von der blinden Reaktion zur bewußten Antwort auf klassenspezifische Lebensbedingungen in der bürgerlichen Gesellschaft. In: Kappeler, Manfred, Holzcamp, Klaus, Osterkamp, Ute. *Psychologische Therapie und politisches Handeln*, pp. 148-293. Frankfurt: Campus.
- Holzcamp, Klaus, Schurig, Volker (1973). Zur Einführung. In: Leóntiev, Alekséi N. *Probleme der Entwicklung des Psychischen*, pp. XI-LII. Frankfurt: Athenäum.
- Lenin, V. I. (1914/1977). *Carlos Marx*. Pequim: Ediciones en lenguas extranjeras.
- Leontiev, A.N. (1959/1977). *Probleme der Entwicklung des Psychischen*. Frankfurt: Athenäum..
- Leontiev, A. N. (1959/1983). *El desarrollo del psiquismo*. Madrid: Akal.
- Maretzky, Klaus. (1990). Verallgemeinerte und restriktive Handlungsfähigkeit: Anmerkungen zu Klaus Holzcamp's "Grundlegung der Psychologie". In: *Forum Kritische Psychologie*, 26. Berlin: Argument.
- Markard, Morus. (1984). *Einstellung: Kritik eines sozialpsychologischen Grundkonzepts*. Frankfurt: Campus.
- Markard, Morus. (1985). Konzepte der methodischen Entwicklung des Projekts Subjektentwicklung in der frühen Kindheit. In: *Forum Kritische Psychologie*, 17, pp. 101-120. Berlin: Argument.
- Markard, Morus. (2009). *Einführung in die Kritische Psychologie*. Hamburgo: Argument.
- Marx, Karl; Engel, F. (1847/2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Marx, Karl. (1859/2008). *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, Karl. (1867/2013). *O Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial.

- Osterkamp, Ute. (1975). *Grundlagen der psychologischen Motivationsforschung 1*. Frankfurt: Campus.
- Osterkamp, Ute. (1976). *Grundlagen der psychologischen Motivationsforschung 2, Die Besonderheit menschlicher Bedürfnisse: Problematik und Erkenntnisgehalt der Psychoanalyse*. Frankfurt: Campus.
- Osterkamp, Ute. (1978). Erkenntnis, Emotionalität, Handlungsfähigkeit. In: *Forum Kritische Psychologie*, 3, pp. 13-90. Berlin: Argument.
- Osterkamp, Ute. (1979). Motivationstheorie im Lichte psychologischer Tagesmeinungen: Antwort auf Gottschalch. In: *Forum Kritische Psychologie*, 4, 131-169. Berlin: Argument AS 34.
- Osterkamp, Ute. (1982). Faschistische Ideologie und Psychologie. In: *Forum Kritische Psychologie*, 9, 155-170. Berlin: Argument.
- Osterkamp, Ute. (1988). Deutungen und Umdeutungen des Widerstandsbegriffs. *Forum Kritische Psychologie*, 22, 4-12. Berlin: Argument.
- Osterkamp, Ute. (1990). Intersubjektivität und Parteinahme: Probleme subjektwissenschaftlicher Forschung. In: *Bericht von der 5. Internationalen Ferienuniversität Kritische Psychologie: Subjektivität und Politik*, pp. 143-187. Marburgo: VAG.
- Osterkamp, Ute. (1994). *Leugnung des Rassismus*. Manuscripto inédito.
- Peitsch, Helmut. (1984). Bericht über die Arbeitsgruppe "Methoden der Medienanalyse am Beispiel von Selbstzeugnissen über den Faschismus in den Massenmedien der Nachkriegszeit". In: Braun, Karl-Heinz, Holzkamp, Klaus (eds.). *Subjektivität als Problem psychologischer Methodik: 3. Internationaler Kongreß Kritische Psychologie*, pp. 294-314. Marburgo.
- Schurig, Volker. (1975a). *Naturgeschichte des Psychischen I: Psychogenese und elementare Formen der Tierkommunikation*. Frankfurt: Campus..

- Schurig, Volker. (1975b). *Naturgeschichte des Psychischen II: Lernen und Abstraktionsleistungen bei Tieren*. Frankfurt: Campus.
- Schurig, Volker. (1976). *Die Entstehung des Bewußtseins*. Frankfurt: Campus.
- Sève, Lucien (1969/1973). *Marxismo y teoría de la personalidad*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Streffeler, Friedhelm (1975), *Politische Psychologie*. Hamburg: Hoffmann und Campe.



Índice Onomástico

- Adorno, T. W.: 24
Apel, Hans: 77
Bader, Kurt: 122
Baritz. Loren: 10
Brentano, Franz: 127
Buytendijk, F. J. J.: 127
Cicourel, Aaron : 127
Czerwinski, Peter: 120
Dreier, Ole: 22, 60
Engels, Friedrich: 84, 151, 153
Feger, Hubert: 13
Foucault, Michel: 19, 20
Freud, Sigmund: 16, 26, 27, 34, 65, 114, 161, 163, 164, 166, 167
Friedrich, Walter: 166
Garfinkel, Harold: 127
Gleiß, I. : 159
Goodall, Jane: 55
Gottschalch, H.: 159, 166
Graumann, Carl F.: 13, 125, 127, 128, 152, 158, 184
Gurwitsch, A. : 127
Habermas, J: 12
Haug, F.: 9, 22, 33, 37, 157
Husserl, E.: 127
Irle, M.: 13
Kellog, W. N.: 85
Lave, J.: 19
Lawick, H. V.: 88
Lenin, V. I.: 82, 84
Leontiev, A. N.: 15, 33, 88, 93, 154

Lineu, C.: 93
Linschoten, J.: 127
Lorenzer, A.: 63
Maretsky, K.: 107, 108, 109, 110, 112, 113, 116, 117, 120, 121
Markard, M.: 33, 35, 37, 38, 94, 102, 111, 122, 181, 187, 198
Marx, K.: 9, 12, 15, 17, 20, 68, 82, 84, 92, 103, 104, 105, 110,
126, 151, 152, 167, 185, 188, 189, 191, 195, 196
Merleau-Ponty, M.: 127, 186
Milgram, S.: 11
Niemeyer, B.: 159
Osterkamp, U.: 15, 22, 33, 35, 37, 38, 43, 67, 101, 102, 115, 119,
120, 123, 133, 150, 151, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 178, 179
Peitsch, H.: 120
Piaget, J.: 62
Schurig, V.: 15, 34, 133, 168
Sève, L.: 84, 110
Strauss, E.: 127
Streffeler, F.: 10
Ulmann, G.: 22, 38
Weber, M.: 20, 112